

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ERNESTINA MARIA DE ASSUNÇÃO CINTRA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS

FRANCA

2017

ERNESTINA MARIA DE ASSUNÇÃO CINTRA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social - Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Profa. Dra. Adriana Giaqueto Jacinto

FRANCA

2017

Cintra, Ernestina Maria de Assunção.

O trabalho do assistente social no âmbito do SUAS / Ernestina Maria de Assunção Cintra. – Franca : [s.n.], 2017.

132 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientadora: Adriana Giaqueto Jacinto

1. Sistema Único de Assistência Social (Brasil). 2. Bem-estar social. 3. Assistentes sociais. I. Título.

CDD – 362

ERNESTINA MARIA DE ASSUNÇÃO CINTRA

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DO SUAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, para obtenção do título de Mestre em Serviço Social. Área de concentração: Serviço Social - Trabalho e Sociedade.

COMISSÃO EXAMINADORA

Presidente: _____

Profa. Dra. Adriana Giaqueto Jacinto

1º Examinadora: _____

Profa. Dra. Nayara Hakime Dutra Oliveira

2º Examinadora: _____

Profa. Dra. Edna Aparecida de Carvalho Pacheco

Franca, _____ de _____ de 2017.

Dedico à minha família: Lucas, Gabriela e
Isabela, amor incondicional, companheirismo,
respeito, essência de minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela proteção, pelo dom da vida e por iluminar meu caminho;

À querida Profa. Dra. Adriana Giaqueto Jacinto, pela sabedoria, ética, paciência, encorajamento e contribuição com meu conhecimento e amadurecimento profissional, por quem tenho um carinho especial e muita gratidão;

Aos meus familiares, especialmente ao Lucas, Gabriela e Isabela, pelo respeito e compreensão e por fazerem parte de minha existência;

Às amigas assistentes sociais e às (os) companheiras (os) de trabalho que tenho o privilégio de conviver, especialmente a: Viviane, Silvia, Fernanda, Cleonice, Vanessa, Stella, Maria José, Letícia, Cristiany, Maria Amélia, Niura, Karina, Cauê e Maria Ignêz pela presença, carinho, aprendizado e encorajamento durante a caminhada;

Aos colegas, amigos(as) do mestrado da UNESP-Franca, especialmente a Helena, Mayara, Maicow, Francislaine, Cintia, pela acolhida, valiosas reflexões e contribuições;

Aos queridos professores da UNESP – Franca e professores convidados, da banca de qualificação e defesa, que contribuíram com importantes reflexões teóricas, o meu muito obrigado;

À equipe de funcionários da UNESP – Franca, especialmente ao Mauro e Pádua, meu respeito e admiração;

Aos assistentes sociais, sujeitos desta pesquisa, agradeço a disponibilidade e contribuição com importantes reflexões;

Gratidão!

Ernestina Maria de Assunção Cintra

Nada é impossível de mudar
Desconfiai do mais trivial, na aparência singelo.
E examinai, sobretudo, o que parece habitual.
Suplicamos expressamente: não aceiteis o que é de hábito como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht

CINTRA, Ernestina Maria de Assunção. **O trabalho do assistente social no âmbito do SUAS**. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

RESUMO

O presente estudo traz uma reflexão sobre o trabalho do assistente social nos serviços de proteção social do SUAS no município de Franca/SP. Inicia refletindo sobre a categoria trabalho como fundante do ser social e sua centralidade na vida do homem, dando sustentação para pensar no trabalho do assistente social, na sociedade capitalista. Discorre sobre o Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho, bem como os processos de trabalho. Busca compreender junto aos assistentes sociais, sujeitos da pesquisa, os desafios do trabalho enquanto profissional, nos serviços do Sistema Único de Assistência Social. Apresenta a trajetória histórica da política de assistência social, a partir da Constituição Federal de 1988, visando compreender o Sistema Único de Assistência Social e suas diretrizes para estados e municípios. Discorre, ainda, sobre o trabalho do assistente social nessa política e a organização dos programas, projetos, serviços e benefícios, bem como o processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais, tendo como referência o município de Franca/SP. Propõe ainda, a partir do movimento de reconceituação, refletir sobre a direção social do trabalho do assistente social nos diversos espaços de atuação no SUAS e as mediações que norteiam o trabalho profissional. Apresenta a dimensão educativa e sua interface com as dimensões teórica-metodológica, ético-política e técnica-operativa e os principais desafios a serem enfrentados pelo assistente social, enquanto trabalhador do SUAS.

Palavras-chave: política de assistência social. Serviço Social. sistema único de assistência social. trabalho profissional.

CINTRA, Ernestina Maria de Assunção. **O trabalho do assistente social no âmbito do SUAS**. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

ABSTRACT

The present study brings a reflection about the work of the social worker in the social protection services of SUAS in the city of Franca/SP. It begins with a reflection about the work category as the founder of social being and its centrality in the life of man, giving support to think about the work of the social worker in capitalist society. It discusses Social Work in the social and technical division of labor, as well as the work processes. It seeks to understand with the social workers, research subjects, the challenges of work as a professional in the services of the Unified Social Assistance System. It presents the historical trajectory of social assistance policy, starting with the Federal Constitution of 1988, aiming to understand the Single System of Social Assistance and its guidelines for states and municipalities. It also discusses the work of the social worker in this policy and the organization of programs, projects, services and benefits, as well as the process of reorganization of socio assistance services, based on the reference of the municipality of Franca/SP. It also proposes, based on the reconceptual movement, a reflection about the social direction of the work of the social worker on the multiple spaces of actuation on SUAS and the mediations that guides professional work. It presents the educational dimension and its interface with the theoretical-methodological, ethical-political and technical-operative dimensions and the main challenges to be faced by the social worker as a worker of SUAS.

Keywords: professional work. single system of social assistance. social assistance policy. social service.

LISTA DE SIGLAS

ABEPPS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
APAE	Associação de Pais e Amigos do Excepcional
BM	Banco Mundial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CADÚNICO	Cadastro Único
CAPs	Caixas de Aposentarias e Pensões
CEAS	Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo
CEME	Central de Medicamentos
CENTRO-POP	Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CIB	Comissões Intergestoras Bipartite
CIT	Comissões Intergestoras Tripartite
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
DC	Desenvolvimento de Comunidade
EaD	Ensino a Distância
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
IAPs	Institutos de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional da Previdência Social
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência Social
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
LOPS	Lei Orgânica de Previdência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário

MROSC	Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil
NOB	Normas Operacionais Básicas
NOB-RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
PAEFI	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias
PMAS	Plano Municipal de Assistência Social
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
SCFV	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDAS	Secretaria de Ação Social
SINPAS	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho
UNISER	Unidades de Serviço Social

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Síntese – espaços ocupacionais do assistente social nos serviços socioassistenciais em Franca/SP	90
--	----

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	13
CAPÍTULO 1 A CATEGORIA TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	21
1.1 A centralidade do trabalho na vida do homem.....	21
1.2 O Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho.....	22
1.3 Processos de trabalho e Serviço Social	24
1.4 O assistente social e o trabalho no SUAS	29
CAPÍTULO 2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO BRASIL	39
2.1 A Constituição Federal de 1988 e a seguridade social: efetivação de direitos sociais?	39
<i>2.1.1 A política de assistência social após a promulgação da Constituição Federal de 1988.....</i>	<i>45</i>
2.2 O sistema único de assistência social: princípios e diretrizes para estados e municípios.....	49
2.3 A caracterização do município de Franca/SP	53
<i>2.3.1 A política de assistência social no município de Franca/SP.....</i>	<i>55</i>
2.4 Considerações sobre serviços, programas, projetos e benefícios e sua articulação com outras políticas sociais.....	56
<i>2.4.1 Proteção social básica.....</i>	<i>59</i>
<i>2.4.2 Proteção social especial.....</i>	<i>61</i>
2.5 O processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais.....	67
CAPÍTULO 3 TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS	76
3.1 Direção social da profissão: do movimento de reconceituação aos dias atuais.....	76
3.2 Competências profissionais e mediações que norteiam o trabalho profissional.....	84
3.3 O trabalho do assistente social nos equipamentos públicos e entidades da rede socioassistencial privada: projeto profissional e projeto institucional	87

3.4 Dimensão educativa e sua relação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: os desafios no cotidiano profissional	93
<i>3.4.1 Considerações sobre o trabalho profissional na perspectiva socioeducativa</i>	<i>95</i>
<i>3.4.2 Dimensão ética política na perspectiva do trabalho profissional.....</i>	<i>103</i>
<i>3.4.3 Dimensão teórico-metodológica e a direção social da profissão</i>	<i>107</i>
<i>3.4.4 A Dimensão técnico-operativa e seus desafios no cotidiano profissional</i>	<i>111</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS	120
APÊNDICES	
APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA	127
APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA.....	128
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	129
ANEXOS	
ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	131

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa propõe um estudo sobre o trabalho do Assistente Social na Política de Assistência Social, no âmbito dos serviços de proteção social, realizados no município de Franca/SP.

Refletir sobre o trabalho profissional demanda conhecimento do processo histórico da profissão, “[...] configurada como um tipo de especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social do trabalho peculiar à sociedade industrial.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 71).

No Brasil o Serviço Social surge como estratégia da classe dominante, que tinha por finalidade manter o controle da classe trabalhadora. Sofreu, ainda, influência da Igreja católica e de acordo com Iamamoto (2009), é no final da década de 1950, início dos anos de 1960, que a os profissionais iniciam os questionamentos sobre o trabalho profissional.

Em meados do ano de 1964, os assistentes sociais, num movimento de ruptura com o pensamento conservador, questionaram a atuação profissional, buscando a superação do Serviço Social tradicional, via aperfeiçoamento de técnicas e metodologias de trabalho.

O Serviço Social tem sua demanda de trabalho legitimada pelos detentores do poder político e econômico. Políticas sociais são reduzidas e questões coletivas são tratadas de forma individualizada, os programas sociais mantêm e reproduzem a força de trabalho para atender aos interesses do capital.¹

Em que pese todo o esforço da categoria na ruptura com o conservadorismo da profissão, é importante considerar a realidade complexa em que se efetiva o trabalho profissional e o desafio constante de “[...] superar o caráter pragmático e empirista, que não raras vezes, caracteriza sua intervenção [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 115).

O processo de ruptura com o pensamento conservador da profissão foi construído ao longo dos anos e teve seu momento de amadurecimento teórico, na década de 1980, no movimento de luta pelo processo de democratização brasileira, juntamente com movimentos sindicais, dos trabalhadores, numa opção pela transformação social e ruptura com práticas conservadoras, vigentes até então.

Neste contexto de mobilização, de fortalecimento dos movimentos sociais e da luta pelos direitos dos trabalhadores, é aprovada em 1988 a Constituição Federal (BRASIL, 1988),

¹ No ano de 1964, o Brasil passa por tensões políticas e econômicas, e como resposta institucional, o Estado e empresas demandam pelo trabalho do assistente social visando o enfrentamento das expressões da questão social, numa conjuntura de repressão as mobilizações dos trabalhadores.

resultado da participação da população, iniciando o processo de democratização da sociedade brasileira e a ampliação de alguns direitos sociais.

A aprovação da Constituição Federal (CF) 1988 não garante a efetivação dos direitos sociais da população, à guisa de exemplo, citamos a política de assistência social, que foi aprovada como direito do cidadão e dever do Estado, mas não se efetiva nos anos seguintes.

O presente estudo parte de um recorte temporal a partir da CF de 1988, considerando a proposta de pesquisar o trabalho do assistente social na política de assistência social, uma vez que esta política tem se configurado num amplo campo de trabalho para este profissional.

A direção social assumida pela profissão é consolidada no início de 1990 com a aprovação em 1993 do Código de Ética, da Lei de regulamentação da profissão neste mesmo ano, e das Diretrizes Curriculares em 1996, resultado de amplos debates da categoria, configurados no Projeto Ético Político da profissão.

Nas palavras de Yamamoto (2012, p. 51), esse período também foi importante em relação às publicações do Serviço Social. “Os assistentes sociais ingressaram nos anos 1990, como uma categoria que também é pesquisadora, reconhecida, como tal, pelas agências de fomento.”

Os assistentes sociais se fortalecem enquanto categoria profissional quando estabelecem:

Um amplo debate em torno das políticas sociais públicas, em especial da assistência social, situada no campo dos direitos sociais, na teia das relações entre o Estado e a sociedade civil, contribuiu para adensar o debate sobre identidade desse profissional, fortalecendo o seu auto-conhecimento. (IAMAMOTO, 2012, p. 51).

Refletir sobre o trabalho profissional é um exercício permanente, pois a sociedade está em constante movimento, e o Serviço Social segue esta dinâmica, pois a ruptura com o conservadorismo é um processo que não está concluído, mas necessita ser consolidado no cotidiano profissional.

A aproximação com o tema decorre do trabalho da pesquisadora na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Franca-SP (APAE), entidade privada sem fins lucrativos, de atendimento e defesa e garantia de direitos da pessoa com deficiência e da participação em Conselhos, como representante de entidades e organizações de assistência social, especialmente no Conselho Municipal de Assistência Social de Franca, que se constitui em instância de controle social do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A política de assistência social configura-se num importante espaço de trabalho do assistente social, que ocorre nos equipamentos públicos ou entidades e organizações da sociedade civil. O assistente social, além de trabalhar na execução dessa política, tem, ainda, ocupado os espaços de gestão, considerando seu conhecimento na elaboração e implementação dessa política pública. Cabe destacar que os conselhos também se constituem em importantes espaços ocupacionais do assistente social, seja na secretaria executiva, como conselheiro ou ainda na assessoria a esses órgãos.

A opção por pesquisar o exercício profissional no SUAS surge do interesse em identificar o que norteia a ação profissional nessa política pública, considerando as recentes orientações do Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)² e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), visando o reordenamento dos serviços socioassistenciais.

A política de assistência social vem se consolidando ao longo dos anos e na última década tem apresentado avanços enquanto política pública, no âmbito da proteção social, através da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios para quem deles necessitar, embora a efetividade desta política, na redução das desigualdades sociais, seja questionável.

Na contramão dos avanços desta política, verificamos a ofensiva neoliberal, a precarização e redução dos serviços sociais públicos, por parte do Estado, em defesa dos grandes capitais, ou seja, de interesses privados, prejudicando a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, previstos na Constituição Federal.

As entidades e organizações não governamentais têm sido chamadas a desenvolver serviços socioassistenciais, principalmente pelos gestores municipais e estaduais. Estes espaços são contraditórios, pois contribuem para a desresponsabilização do Estado, a privatização da coisa pública e a desmobilização da sociedade civil enquanto movimento social de resistência, pois se tornam “parceiras” do poder público na execução de política pública.

No tocante ao aprimoramento da assistência social, política pública de seguridade social, destacamos a publicação de legislações e normas, que contribuíram na caracterização dos serviços socioassistenciais, especialmente a partir de 2009 com a publicação da Resolução nº 109, em 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009).

² O Presidente interino, Michel Temer, que assume o governo federal em 12/05/2016, realizou a fusão do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o Ministério Agrário.

Para além da Tipificação dos serviços, o Governo Federal tem publicado orientações técnicas para os serviços, com o objetivo de contribuir na organização, implementação e gestão dos serviços socioassistenciais no país. Cabe ressaltar que a tipificação não conseguiu abarcar todos os serviços que vinham sendo executado no país, devido às diferenças regionais e o distanciamento do poder público com os municípios, que estão na execução direta dos serviços socioassistenciais.

Nesse processo de reorganização os serviços públicos e privados, que não estavam de acordo com as normativas legais, foram orientados pelos gestores públicos da assistência social a procederem ao reordenamento, atendendo às orientações técnicas do Governo Federal.

Com a descentralização política e administrativa, os governos municipais são os principais responsáveis pela gestão e financiamento da Política de Assistência Social nos municípios, porém a execução é compartilhada com a sociedade civil, através das entidades privadas, que também são chamadas a reordenar e a caracterizar seus serviços nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Nesse cenário, é importante ressaltar que o assistente social teve e ainda tem participação ativa nesse processo, como trabalhador nos equipamentos públicos da assistência social, especialmente nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e Centro de Referência Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP), destinados ao atendimento da população em situação de rua, na rede socioassistencial privada ou ainda como gestor municipal da Política de Assistência Social, que neste caso é o responsável direto pela condução da política de assistência social no município.

A Assistência Social, enquanto política pública é padronizada por leis e normas e nesse universo estão os usuários, profissionais, especialmente o assistente social, trabalhador dessa política, seja na execução ou na gestão.

A indagação proposta neste estudo, consiste na reflexão sobre o trabalho do assistente social, no SUAS, considerando o compromisso assumido pelo Serviço Social, na perspectiva do Projeto Ético-Político da profissão, que incide sobre o exercício profissional, bem como as normativas decorrentes da própria política social. Este profissional tem sido norteado pelo Projeto Profissional da profissão ou tem apenas incorporado as diretrizes da Política Nacional de Assistência social em seu trabalho cotidiano?

Neste contexto, a reflexão proposta nesse estudo é pensar o trabalho do assistente social, de forma crítica e comprometida com a preservação e ampliação das conquistas democráticas na perspectiva do Projeto Ético-político da profissão.

Um dos maiores desafios que o Assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo não só executivo. (IAMAMOTO, 2012, p. 20).

Importante ressaltar que a ofensiva neoliberal coloca em risco inclusive o projeto ético-político profissional, vez que o mesmo não se concretiza de forma isolada e sim na coletividade, em conjunto com movimentos democráticos e populares. Assim, o trabalho do assistente social deve privilegiar a mobilização da coletividade e buscar mediações que fortaleçam o enfrentamento a todo tipo de violência e de desrespeito aos direitos sociais da população.

Na perspectiva do SUAS, é essencial que o assistente social se aproprie desta realidade de forma crítica, que entenda as diversas nuances das expressões da questão social e processos sociais, para o qual é chamado a intervir, pautado no Projeto Ético-político da profissão. Que sua ação seja norteada para a construção de estratégias sociopolíticas e profissionais, que superem ações pontuais, legalistas, de operacionalizadores de política do Estado.

O presente estudo surgiu do interesse da pesquisadora em refletir sobre o que norteia e dá parâmetro para o trabalho do assistente social, na gestão ou execução dos serviços³ socioassistenciais, considerando o processo de reordenamento e orientações técnicas para os serviços de proteção social, oriundas do Governo Federal.

O estudo foi norteado pelo método histórico dialético, “[...] que considera a historicidade dos processos sociais e dos conceitos, as condições socioeconômicas de produção dos fenômenos e as contradições sociais.” (MINAYO, 2013a, p. 24).

Nesta perspectiva, o método dialético possibilitou a interpretação da realidade social considerando seu contexto, bem como as influências políticas, culturais, sociais e econômicas, numa articulação com as concepções teóricas da abordagem.

³ Considerando que a Política de Assistência Social é composta por serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e/ou especial, o presente estudo se propõe a pesquisar a atuação do assistente social frente aos serviços desta política.

A pesquisa propõe uma análise crítica do trabalho do assistente social, frente aos serviços de proteção social do SUAS, considerando seu processo histórico, bem como o compromisso ético e político da profissão.

Neste contexto, quanto à natureza, a pesquisa classifica-se como aplicada, pois “[...] o investigador é movido pela necessidade de contribuir para fins práticos mais ou menos imediatos, buscando soluções para problemas concretos.” (CERVO; BERVIAN, 1996, p. 47).

O presente estudo foi direcionado pelas pesquisas bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida a partir do estudo das produções que tinham por base o objeto investigado, em bancos de dados virtuais, bibliotecas e banco de teses. Foi realizada leitura sistemática e síntese da literatura registrando resumos, referências bibliográficas e documentais.

Na pesquisa bibliográfica foram privilegiados autores que trabalham com a temática proposta, como Marilda Villela Iamamoto, Odária Bastini, Adriana Giaqueto, Yolanda Guerra, Maria Carmelita Yazbek, Maria Lucia S. Barroco, José Paulo Netto, Ana Elizabete Mota, Ana Maria de Vasconcelos, Ivanete Boschetti, Ricardo Antunes, Karl Marx, entre outros, que discorrem e/ou fundamentam teoricamente sobre o tema.

Na pesquisa documental, foram utilizadas legislações, orientações técnicas, resoluções e outros documentos que dizem respeito à Política de Assistência Social, publicados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), entre outros.

Na pesquisa foi utilizada a entrevista semiestruturada, “[...] que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada.” (MINAYO, 2013b, p. 64), privilegiando o contato com os entrevistados e ressaltando a importância da colaboração na pesquisa.

Do ponto de vista da forma de abordagem, a pesquisa será qualitativa, que de acordo com Minayo (2013b), divide-se em três etapas: fase exploratória, trabalho de campo e análise e tratamento do material empírico e documental.

O universo da pesquisa foi constituído pelos equipamentos do poder público (Órgão Gestor da Assistência Social, CREAS e CRAS) e entidades da rede privada que atuam na proteção social básica e especial do Município de Franca/SP.

A escolha dos sujeitos da pesquisa foi por amostragem de forma aleatória, considerando os assistentes sociais que atuam no poder público, na gestão e execução dos serviços socioassistenciais e profissionais que atuam na rede socioassistencial privada.

Foram entrevistados 7 (sete) assistentes sociais, sendo: 1 (um) assistente social da gestão, 1 (um) do monitoramento, 1 (um) dos Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e 1 (um) dos Centros de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS).

A seleção de assistentes sociais que atuam na rede privada, privilegiou os profissionais cujas entidades desenvolvam serviços de proteção social básica e especial de média e alta complexidade. Foi sorteado 1 (um) assistente social que atua na proteção social básica; 1 (um) da média complexidade e 1 (um) da alta complexidade.

O critério de identificação dos sujeitos foi com nome fictício, escolhido pelas assistentes sociais participantes da pesquisa. As entrevistas foram realizadas sob sigilo profissional, e mediante autorização das entrevistadas, foram gravadas e transcritas, preservando as informações e facilitando a análise do material empírico.

A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP – Franca) e cumprindo as normativas de um trabalho científico, com observância aos princípios éticos em pesquisa, inclusive com assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Na análise do material empírico o objeto da pesquisa foi compreendido, buscando a relação entre as partes, contextualizando-os com a fundamentação teórica. A interpretação foi como base nas falas dos sujeitos, buscando o sentido das mesmas, de forma contextualizada, dentro de uma visão de totalidade, visando à compreensão ou explicação do que foi descrito ou analisado.

A devolutiva dos resultados da pesquisa será realizada através de reunião com os assistentes sociais entrevistados, visando à disseminação do resultado do estudo, difusão do conhecimento e à reflexão junto aos profissionais.

Assim o presente estudo teve por objetivo refletir sobre o trabalho do assistente social nos serviços de proteção social do SUAS no município de Franca/SP, na perspectiva de identificar o que norteia o trabalho do assistente social, nessa política.

No primeiro capítulo realizamos um estudo teórico sobre o trabalho como fundante do ser social e sua centralidade na vida do homem, visando compreender o Serviço Social enquanto trabalho e as relações sociais e de poder que surgem na sociedade capitalista. Foram abordados, ainda, os processos de trabalho, as tensões e desafios do assistente social como trabalhador nessa política.

No segundo capítulo, apresentamos a trajetória da assistência social, a partir da constituição de 1988, com breves considerações sobre o período anterior a CF/88. Discorreremos, ainda, sobre como o SUAS está organizado, na perspectiva dos serviços

socioassistenciais, bem como a organização dos programas, projetos, benefícios, com atenção para os serviços, considerando ser o foco deste estudo. Abordamos o processo de reordenamento da política de assistência social, bem como a percepção do assistente social sobre este processo.

No terceiro capítulo, refletimos sobre o trabalho do assistente social no SUAS, a direção social assumida pela profissão, do movimento de reconceituação aos dias atuais, bem como a autonomia profissional e mediações que norteiam do trabalho do assistente social nessa política. Refletimos sobre o projeto profissional do assistente social e se o mesmo converge com as requisições institucionais. Concluímos o presente estudo discorrendo sobre a dimensão educativa e sua relação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e os desafios dessas mediações no cotidiano do assistente social.

Nas considerações finais, apresentamos algumas reflexões sobre o trabalho do assistente social no SUAS e os desafios da profissão na perspectiva de desenvolver um trabalho norteado pelo Projeto Profissional do Serviço Social, sem se deixar sucumbir pelas requisições institucionais, nos diversos espaços de trabalho que ocupa no Sistema Único de Assistência Social.

CAPÍTULO 1 A CATEGORIA TRABALHO E O SERVIÇO SOCIAL NA SOCIEDADE CAPITALISTA

1.1 A centralidade do trabalho na vida do homem

Pensar o trabalho como fundante do ser social, requer uma reflexão sobre o ser social e o que o difere da natureza. O homem como ser social está em constante relação com a natureza, embora seja distinto dela. Nessa relação com a natureza, se reproduz, e na medida em que se desenvolve, constrói mediações, provoca alterações nas relações sociais. “Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.” (MARX, 2013, p. 255).

Assim, a partir do trabalho, o homem através de sua capacidade teleológica, produz os bens necessários à sua reprodução. Idealiza o que vai produzir, modificando a natureza, originando algo novo.

Com o desenvolvimento do trabalho, o homem aumenta sua capacidade produtiva, gerando o trabalho excedente, bem como a exploração do homem pelo homem, ficando cada vez menos dependente da natureza e sujeito de sua história na sociedade.

A sociabilidade humana vai se constituindo a partir do trabalho, na interação entre os homens, permeada por valores, comportamentos e conhecimentos, onde as relações se constroem com base nas dimensões, éticas, políticas, econômica, entre outras.

Historicamente o trabalho contribuiu para o desenvolvimento do ser social, porém com o desenvolvimento industrial, das forças produtivas, da propriedade privada, a sociedade capitalista se desenvolveu como a forma de sociabilidade ideal, caracterizada pela exploração do trabalho.

Com o avanço do capitalismo, da exploração do homem pelo homem e da divisão social do trabalho, acentuam-se as desigualdades sociais decorrentes da relação entre as classes sociais, onde o capitalista enriquece com a exploração do trabalhador, que vende sua força de trabalho. O trabalhador não se reconhece no produto de seu trabalho, uma vez que o mesmo pertence ao capitalista.

Assim o trabalhador, a fim de garantir sua subsistência vende sua força de trabalho em troca de salário e transforma seu objeto de trabalho em produto. Este produto adquire um valor de uso, que pode ser vendido, na forma de mercadoria.

No capitalismo o valor adquirido do produto não se restringe ao valor de uso ou de troca, o produto adquire mais-valia, ou seja: “Este sobre valor ou mais-valia é o fim e o

resultado do processo capitalista de produção. Significa substancialmente materialização de tempo de trabalho excedente, trabalho não pago apropriado pela classe capitalista.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 36).

Assim o processo de trabalho no modo de produção capitalista, para Marx (2013, p. 262) possui duas características: “O Trabalhador labora sob o controle do capitalista, a quem pertence seu trabalho.” Portanto, o capitalista fornece os meios de produção e acompanha a execução para que os mesmos sejam aproveitados em sua totalidade, exercendo ainda o controle sob o trabalhador; “[...] o produto é propriedade do capitalista, não do produtor direto, do trabalhador.” Neste sentido o detentor do poder econômico detém os meios de produção, a força de trabalho do trabalhador e o produto de seu trabalho.

No modo de produção capitalista a acumulação de riqueza ocorre na mesma proporção da exploração dos trabalhadores, conforme relata Montaño e Duriguetto (2011, p. 81) “Quanto maior desenvolvimento, maior acumulação de capital. O desenvolvimento no capitalismo não promove maior distribuição de riqueza, mas maior concentração de capital, portanto, maior empobrecimento (absoluto e relativo), ou seja, maior desigualdade.”

1.2 O Serviço Social na divisão social e técnica do trabalho

Sendo o Serviço Social uma especialização do trabalho coletivo, está inserido na divisão social e técnica do trabalho, responde às necessidades sociais e contribui com a reprodução das relações sociais.

Assim, a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social, a reprodução de determinado modo de vida que envolve o cotidiano da vida em sociedade: o modo de viver e de trabalhar, de forma socialmente determinada, dos indivíduos em sociedade. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 72).

As relações sociais no modo de produção capitalista estão em constante transformação seja pelos meios de produção ou das forças produtivas, em que a produção social se dá pela relação social entre as classes sociais, ou seja, capitalistas e trabalhadores. Assim, a reprodução das relações sociais não se dá somente pelo trabalho, envolve todas as relações da vida do ser social.

O trabalho tem caráter social e sua divisão na sociedade resulta em diversas atividades realizadas pelos trabalhadores e suas tecnologias para chegar ao produto. Os homens produzem e reproduzem seus meios e modo de vida em sociedade, para Iamamoto e

Carvalho (2005, p. 17): “O grau de desenvolvimento da divisão social do trabalho expressa o grau de desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho.”

Neste contexto, o desenvolvimento do trabalho do homem ocorre na mesma proporção em relação ao produto produzido, portanto, ao mesmo tempo em que o homem satisfaz suas necessidades, produz para atender as necessidades sociais. Nesse processo, contribui também com a reprodução do capital, vendendo sua força de trabalho ao capitalista, convertendo-se em objeto, ou seja, mercadoria.

Para Guerra a reprodução do trabalhador ocorre:

[...] com o revolucionamento do meio de trabalho – do modo como se produz –, com a transformação do instrumento simples de trabalho em máquinas, estas passam a exercer seu domínio sobre o trabalhador, abstraindo-lhe sua subjetividade e potencializando a extração da mais-valia. Nesse âmbito ‘não é o trabalhador quem usa as condições de trabalho, pelo contrário, são as condições de trabalho que usam o trabalhador.’ É o modo de produção capitalista criando as condições para a sua reprodução. (MARX 1985 apud GUERRA, 2000, p. 14).

Assim, com o desenvolvimento do capitalismo e o crescimento das desigualdades sociais, o Serviço Social tem sua origem para responder às expressões da questão social, porém já permeado por antagonismos, pois a profissão foi legitimada pelos detentores do poder econômico, para atender as necessidades dos trabalhadores. As políticas sociais compensatórias não possuem estrutura para o enfrentamento das desigualdades sociais, as ações que eram tratadas pontualmente no campo da solidariedade e da filantropia, têm a atenção do Estado, porém essa atenção ocorre na perspectiva de educar para o consenso e dirimir os conflitos sociais.

Para Iamamoto e Carvalho (2005, p. 23), o Serviço Social participa do processo social e reproduz as contradições da sociedade capitalista, pois, “[...] de um lado, o profissional é solicitado a responder às exigências do capital, de outro, participa, ainda que subordinadamente, de respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora.”

Assim, o Serviço Social configura-se como uma especialização do trabalho coletivo, dentro da divisão social do trabalho. Foi assim reconhecido, em função da necessidade do Estado e das instituições assistenciais de “controlar” os movimentos de trabalhadores, cuja intervenção resulta em políticas sociais pontuais.

Frente à demanda do trabalho do assistente social, a profissão foi legitimada, mas não pelos trabalhadores, e sim pelo Estado e detentores do poder econômico e social, pois:

O Estado passa a intervir nas relações entre o empresariado e a classe operária através da legislação social e trabalhista, da prestação de serviços sociais previstos nas políticas sociais. Estes tornam-se meios de enfrentamento do processo de pauperização das classes trabalhadoras e do processo de organização e luta na defesa de seus interesses classistas e de suas necessidades imediatas de sobrevivência. (IAMAMOTO, 2013, p. 111).

O assistente social está sujeito à mercantilização de seu trabalho, enquanto trabalhador assalariado, legitimado pelos detentores do capital, o que suscita questionamentos quanto à autonomia frente às demandas do projeto profissional e às requisições institucionais.

Deparamo-nos com a contradição da profissão, expressa no antagonismo das classes sociais, onde o profissional deve buscar estratégias teóricas, ético-políticas e técnicas para o trabalho profissional. Porém, os instrumentos e recursos utilizados são disponibilizados pelos empregadores, ou seja, subordinado as requisições institucionais, o que não raramente compromete a autonomia profissional.

Com a divisão social e técnica do trabalho, em suas várias formas⁴, o assistente social se insere nas relações de mercado, e na venda de sua força de trabalho, onde o valor está expresso de forma monetária, característica da sociedade capitalista.

1.3 Processos de trabalho e Serviço Social

O Homem como ser social, busca sua realização através do trabalho, pois através do mesmo ele produz e se reproduz na sociedade, diferencia-se de outros seres da natureza, pela prévia ideação, ou seja, o exercício consciente de sua atividade, de forma planejada no processo de trabalho, para conseguir os bens essenciais às necessidades humanas.

É o único a criar meios e instrumentos, dando à categoria “trabalho” o status de atividade eminentemente humana. “Na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado.” (ANTUNES, 2015, p.171).

De acordo com Antunes, o que deveria ser a realização do homem, torna-se meio de subsistência e a força de trabalho vira mercadoria, cuja finalidade é a produção de mercadorias.

Portanto, o que deveria ser uma atividade de criação e realização do homem torna-se seu único meio de subsistência, num processo de produção e troca, especialmente numa sociedade onde o modo de produção capitalista explora a força de trabalho, e o trabalhador

⁴ De acordo com Iamamoto (2015, p. 419), “[...] as formas gerais de divisão do trabalho social ocorre no mercado mundial, por grupos de países, no interior de um país, entre agricultura e indústria, cidade e campo.”

não se reconhece no produto de seu trabalho. Segundo Marx (1983 apud ANTUNES, 2015, p. 172) “No estranhamento do objeto do trabalho só se resume o estranhamento, a alienação na atividade mesma do trabalho.”

O trabalhador produz a riqueza, porém não se apropria dela, o que provoca um estranhamento com relação ao produto de seu trabalho, pois não se reconhece no mesmo, considerando que os meios de produção e as mercadorias produzidas não pertencem ao trabalhador.

Essa relação de exploração do homem pelo homem, naturalizada pelo modo de produção capitalista, resulta numa inversão de valores, onde a relação social é reificada.

Outra reflexão importante referente à forma de organização das indústrias, na lógica capitalista, conseqüentemente do trabalho e trabalhador, diz respeito à “[...] decomposição cada vez maior do processo de trabalho em operações parciais, operando-se uma ruptura entre o elemento que produz e o produto desse trabalho.” (ANTUNES, 2015, p. 176).

Sobre processo de trabalho em Marx (2013, p. 258):

[...] o processo de trabalho inclui entre seus meios, além das coisas que medeiam o efeito do trabalho sobre seu objeto e, assim, servem de um modo ou de outro como condutores da atividade, também todas as condições objetivas que, em geral, são necessárias à realização do processo.

Segundo o mesmo autor, “[...] no processo de trabalho, portanto, a atividade do homem, com ajuda dos meios de trabalho, opera uma transformação do objeto de trabalho, segundo uma finalidade concebida desde o início.” (MARX, 2013, p. 258).

Neste contexto, de acordo com Marx (2013), é através do processo de trabalho, que ocorre a transformação do objeto de trabalho, onde o homem, através da teleologia, tem a capacidade de projetar previamente em sua consciência.

Para Antunes (2015, p. 33) “A década de 1980 presenciou profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política [...],” com profundas alterações na vida da classe operária. Dentre as transformações ocorridas, podemos citar os avanços tecnológicos, a automação no interior das indústrias, entre outros.

No processo histórico da civilização, é possível verificar que a organização do trabalho passou por diversas mudanças. Porém, as mais variadas formas de organização do trabalho, como o Fordismo, Taylorismo, Acumulação flexível, entre outras, resultam em

exploração da força do trabalho pelo capitalista, que mesmo com mudanças nos modos de produção, permanece como o sistema ideal.

Novos processos de trabalho⁵ substituem processos vigentes até então. Outras formas de gestão da força do trabalho são implantadas, impactando significativamente na vida dos trabalhadores, resultando em perdas de direitos para essa classe que vive do trabalho.

O fordismo se caracterizava pela produção em massa, com grandes indústrias e produção em série, já a acumulação flexível vem contrastar com a rigidez do fordismo, pois sua característica é a flexibilização nos processos de trabalho, dos mercados, etc. Na acumulação flexível com seu desenvolvimento desigual, aumentam os empregos no setor de serviços, bem como o deslocamento de indústrias para regiões pouco desenvolvidas, além do crescimento do trabalho informal, entre outras características. "Em condições de acumulação flexível, parece que sistemas de trabalho alternativos podem existir lado a lado, no mesmo espaço, de uma maneira que permita que os empreendedores capitalistas escolham à vontade entre eles." (ANTUNES, 2015, p. 41).

Observando a história é possível perceber que no modo de produção fordista, com a produção em série, o poder de organização e mobilização dos trabalhadores era maior. Já com a flexibilização do trabalho, esse poder de mobilização fica prejudicado, considerando as novas formas de organização do trabalho, especialmente a fragmentação, que fragiliza a organização coletiva dos trabalhadores, inclusive o poder dos sindicalistas.

Tal flexibilização traduz alterações centradas na gestão e organização do trabalho, implicando enxugamento das empresas via processo de terceirização e a conseqüente redução do número de trabalhadores. Nesses casos, a flexibilização do trabalho constitui saída predominantemente para a redução dos custos da produção, nem sempre acompanhadas de inovações no campo tecnológico, pois estas, além de exigir altos investimentos, estão fora das expectativas do empresariado em virtude de uma cultura ainda marcada pelo protecionismo estatal e pelo pouco investimento em pesquisa e desenvolvimento tecnológico. (ABREU, 2011, p. 178).

O modelo flexível, com o discurso de modernização, favorece a informalidade, formas de organização do trabalho que já estavam superadas, são incorporadas, como o trabalho doméstico, de pequenas empresas, de grupos familiares, resultando na precarização do trabalho, intensificação e outras formas de exploração.

Apreende-se que essa nova forma de organização do trabalho, no modo de produção capitalista, se configura numa forma de mutação da exploração do trabalho, sob a retórica de

⁵ Ver processos de trabalho em Antunes (2015, p. 33-58).

modernidade, resultando na queda de empregos formais, acentuando as expressões da questão social, especialmente o processo de exclusão social dos trabalhadores.

O Serviço Social, como profissão especializada, foi sendo construído historicamente pelos profissionais, que foram imprimindo ao longo do tempo sua forma de trabalho, nos termos das orientações teóricas e metodológicas da profissão, frente às múltiplas expressões da questão social.

Referente à discussão do processo de trabalho, Iamamoto (2012, p. 61-62), aponta que:

[...] todo processo de trabalho implica uma matéria-prima ou objeto sobre o qual incide a ação; meios ou instrumentos de trabalho que potenciam a ação do sujeito sobre objeto; e a própria atividade, ou seja, o trabalho direcionado a um fim que resulta em um produto.

Considerando que o objeto de trabalho do assistente social é a questão social, representada nas suas múltiplas formas, a exemplo do trabalho junto à população idosa(o), pessoas com deficiência, criança e adolescente, população em situação de rua, entre outros, é essencial o conhecimento desta realidade. Importante refletir ainda sobre os fatores políticos, econômicos e sociais que incidem na vida das pessoas, deixando a margem da sociedade um número expressivo da população que não consegue sobreviver com dignidade.

Pensar o trabalho profissional implica em considerar o sistema de acumulação capitalista, que naturaliza as desigualdades sociais, como se fosse inerente à sociedade, onde alguns se apropriam da riqueza produzida, enquanto outros vivenciam situações de extrema exclusão social.

Importante considerar, ainda, que todo conhecimento adquirido, ao longo do processo de formação profissional, não garante a efetivação do trabalho profissional, uma vez que os espaços ocupacionais, as requisições institucionais também interferem no trabalho do assistente social, pois o mesmo depende dos recursos da instituição empregadora, sendo que os meios/instrumentos são essenciais para que o trabalho se efetive.

Buscar estratégias de atuação numa sociedade em que os sujeitos sociais vivenciam as mais diversas vulnerabilidades é um desafio para o assistente social, que se constitui em um trabalhador especializado. Neste contexto, os meios de trabalho são essenciais para a transformação do objeto de trabalho.

Esses meios ultrapassam as técnicas tradicionalmente utilizadas, como visitas, trabalho grupal, acolhimento, acompanhamento, entre outros, consistem principalmente no

conhecimento do profissional, ou seja, em seu referencial teórico e metodológico necessário às mediações inerentes ao mundo do trabalho, a leitura da realidade e no projeto profissional que dá direção ao trabalho do assistente social.

O assistente social é um profissional especializado, portanto não existem espaços ocupacionais privilegiados, pois tanto em espaços públicos ou privados o profissional desenvolverá seu trabalho, como trabalhador assalariado, sujeito a baixos salários e a intensificação do trabalho.

Pensar no trabalho profissional requer considerar as condições sócio históricas, políticas sociais, movimentos e lutas sociais, pois sua funcionalidade “[...] está vinculada a funcionalidade da política social na preservação e controle da força de trabalho, quer dizer, a uma das formas de produção e reprodução da força de trabalho [...]” (GUERRA, 2000, p. 22).

No modo de produção capitalista, o trabalho do homem será produtivo quando gerar mais valia, ou seja, valor excedente, pois o valor pago ao trabalhador é inferior ao valor gerado pelo produto do seu trabalho.

Para que o trabalho seja produtivo, é necessário que gere valor excedente, seja produtor de mais valia, em que o capitalista se apropria desse excedente, satisfazendo sua necessidade de acumulação privada de riqueza. Para Marx (2013, p. 578) “Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valor para o capitalista, ou serve a autovalorização do capital.”

Neste contexto, a reflexão em torno do trabalho do assistente social, deve levar em consideração a natureza do mesmo, pois justificaria a classificação como trabalho produtivo, aquele cuja finalidade seja a produção da mais valia.

Para Yamamoto (2015, p. 86) não se caracteriza como trabalho produtivo: “[...] o trabalho realizado diretamente na esfera do Estado, na prestação de serviços públicos, nada tem a ver com o trabalho produtivo, visto que não estabelece uma relação direta com o capital, não estando o trabalho a ele subsumido.”

Na esfera da reprodução, o assistente social contribui na sobrevivência da classe trabalhadora, quando “[...] o Serviço Social interfere na reprodução da força de trabalho por meio dos serviços sociais previstos em programas, a partir dos quais se trabalha nas áreas da saúde, educação, condições habitacionais e outras.” (IAMAMOTO, 2012, p. 67).

Logo, o trabalho do assistente social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, também se insere na esfera da reprodução, pois desenvolve serviços, programas, projetos e benefícios que contribuem na reprodução do trabalhador, pois nas palavras de Yamamoto (2012, p. 67) “[...] o Serviço Social é socialmente necessário porque ele atua sobre

questões que dizem respeito a sobrevivência social e material dos setores majoritários da população trabalhadora.”

1.4 O assistente social e o trabalho no SUAS

A Assistência social como política pública, de direito do cidadão e dever do Estado, compõe a política de Seguridade Social, juntamente com a saúde e a previdência social, nos termos da Constituição Federal de 1988 (CF/88).

O reconhecimento da assistência social enquanto política pública ocorre no final da década de 1980, período em que o Serviço Social já repensava o trabalho profissional, na perspectiva de romper com o conservadorismo da profissão em consonância com a teoria social de Marx.

O Serviço Social apresenta uma nova proposta de trabalho junto à categoria, assume o compromisso com a luta geral dos trabalhadores, realiza a revisão das diretrizes curriculares, do Código de Ética, aprova a lei de regulamentação da profissão, dando visibilidade ao trabalho profissional, que tem atuação significativa junto às políticas públicas, especialmente na década de 1980 e 1990. O contexto desse período contribuiu para a construção do Projeto Ético-Político da Profissão, que busca nortear e dar direção ao trabalho profissional.

Destaca-se também nesse período, o avanço da categoria no âmbito da produção de conhecimentos, dos cursos de Pós-graduação, contribuindo para o fortalecimento da profissão e da categoria.

Nesta perspectiva a política de assistência social constitui um importante campo de trabalho para o assistente social, juntamente com outros profissionais de nível médio e superior.

O profissional deve ser vigilante para não se distanciar de suas referências teórico-metodológicas no trabalho cotidiano, especialmente na política de assistência social, considerando as orientações e normativas oriundas dessa política. A apreensão desta realidade em que está inserido é fundamental para o trabalho profissional, bem como na defesa dos direitos sociais da população.

A importância da participação do assistente social nesta política é inconteste, especialmente na regulamentação da Lei Orgânica da Assistência Social, na Política Nacional de Assistência Social e na formatação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), porém

é importante esclarecer que o Serviço Social não se traduz em exclusividade da política assistencial social.

O assistente social é um trabalhador que compõe a equipe de referência dessa política, com habilidade no trabalho coletivo, juntamente com outros trabalhadores, como relata a assistente social entrevistada:

Eu, como profissional desse sistema, vejo que eu não sou só assistente social, todos são participantes do SUAS, não é uma coisa só para assistente social. Mesmo outros profissionais dentro do CRAS como o psicólogo, o escrivão, o ajudante geral, acho que todos são funcionários do SUAS. Então é sempre importante a gente ter as conversas em equipe, porque cada um faz parte do mesmo sistema, tem que ter a consciência que não é exclusivo do assistente social, todos nós temos que contribuir como profissional do SUAS mesmo. (Flávia).⁶

O assistente social é um profissional que historicamente participou da política de assistência social no país, portanto a profissão já se encontra consolidada nessa política. Em Franca/SP, cidade em que foi desenvolvida a presente pesquisa, existem 8 (oito) equipamentos públicos da assistência social, sendo 5 (cinco) CRAS, 2 (dois) CREAS e 1 (um) CENTRO-POP, todos possuem o coordenador dos serviços, dos oito coordenadores, 7 são assistentes sociais.

Isso demonstra que os assistentes sociais estão ocupando os espaços de planejamento, gestão e execução de políticas sociais, evidenciando conhecimento no enfrentamento das expressões da questão social, especialmente na política de assistência social. Além dos espaços de gestão e execução de políticas públicas, os assistentes sociais têm ocupado também os espaços de controle social, especialmente os conselhos de políticas públicas.

O Código de Ética da profissão traz as atribuições privativas do assistente social e aquelas em que o profissional concorre em condições de igualdade com outros profissionais, portanto, deve estar preparado para disputar o mercado de trabalho com outras categorias profissionais.

O processo de descentralização das políticas públicas – com ênfase na sua municipalização – requer dos assistentes sociais – como de outros profissionais – novas funções e competências. Estão sendo requisitados e devem dispor de competências para atuar na esfera da formulação e avaliação de políticas, assim como do planejamento e gestão, inscritos em equipes interdisciplinares que tensionam a identidade profissional. (IAMAMOTO, 2002, p. 60).

⁶ Os sujeitos sociais desta pesquisa estão caracterizados no Apêndice “A”.

Na ótica de outra assistente social entrevistada, o SUAS possui alguns engessamentos, mas considera importante a organização do trabalho proposto pela política de assistência social, conforme fala da entrevistada:

Eu sou uma entusiasta do Sistema Único de Assistência Social, apesar de ter várias críticas, porque todo sistema acaba tendo alguns engessamentos, algumas questões que apresentam algumas barreiras para o trabalho. Mas quando eu me formei em 1984, uma das minhas maiores angústias era não ter uma organização do trabalho da assistência social. Então eu lembro que desde o período da faculdade, nos meus questionamentos aos professores, no campo de estágio, depois no campo de trabalho, era esse, cada um fazia do seu jeito, executava do seu jeito, não havia uma orientação, não havia uma legislação, não havia um norte para o trabalho no campo da assistência social e isso era uma coisa que me incomodava muito e quando o SUAS começou a ser construído, isso foi muito importante, então eu sou uma entusiasta do SUAS, eu acho que ele ainda precisa de muito aprimoramento, mas eu gosto muito de trabalhar no SUAS, de ter um sistema constituído, onde eu possa trabalhar, ter um norte para o meu trabalho e propor alterações. (Isabel).

Compreendemos que a formação acadêmica habilita o assistente social para o trabalho social e enfrentamento das expressões da questão social, numa sociedade antagônica, onde as contradições sociais exigem do profissional a busca de estratégias para o desenvolvimento do trabalho profissional.

A formação profissional busca desenvolver competências teórico-metodológicas e ético-político para o exercício da dimensão técnico-operativa, porém a apreensão da realidade, nas suas múltiplas expressões, decorrentes do processo de acumulação capitalista, com transformações significativas no mundo do trabalho, exige do profissional um olhar crítico, inclusive das políticas sociais que se apresentam cada vez mais fragmentadas e pontuais.

Não podemos negar que a política de assistência social é uma importante mediação no enfrentamento das expressões da questão social, porém o assistente social não pode se limitar a operacionalizar essa política pública. O projeto profissional da profissão é mais amplo que uma política de governo, ainda que não existissem orientações técnicas para o trabalho na assistência social, o profissional deve possuir competência teórico-metodológica e ética-política para construir as mediações necessárias ao trabalho profissional.

[...] a profissão não se confunde com a responsabilidade do governo e de Estado, constitucionalmente responsáveis pela formulação, gestão, financiamento de políticas e programas sociais, ainda que a atuação nesse campo seja uma de nossas competências profissionais, resguardadas pela Lei de Regulamentação da Profissão, de 1993. Certamente existem tensões entre

projetos profissionais e políticas governamentais e nítidas disputas teóricas e políticas no direcionamento do Serviço Social brasileiro. (IAMAMOTO, 2014, p. 611).

A sociedade capitalista e as formas de organização do trabalho vão se metamorfoseando, porém no modo de produção capitalista, necessariamente ocorre a exploração do trabalhador, resultando nas crescentes desigualdades sociais, exigindo do profissional estratégias no trabalho cotidiano, para o enfrentamento das expressões da questão social.

Indagados sobre as orientações técnicas para o trabalho na política de assistência social, os profissionais veem de forma positiva, porém ressaltam a necessidade de conhecer a realidade da população usuária do serviço.

São importantes sim. Aqui no CRAS a gente trabalha com o PAIF - Programa de Atendimento Integral à Família, tem até o manual de orientações do PAIF que a gente segue, que é um dos manuais de orientações técnicas, mas eu acredito que é importante para a gente ter um subsídio para saber qual percurso deve fazer, só que também a gente tem que ver qual é a realidade do nosso município, do nosso bairro, da nossa comunidade. A gente tem que ter muito bom senso na hora de aplicar isso, porque nem sempre está sendo bom para o usuário, aqui a gente sempre dialoga muito sobre isso. Nem sempre a gente consegue seguir aquela perfeição das orientações. (Flávia).

Importante ressaltar que o objetivo deste trabalho não é desqualificar as orientações técnicas oriundas do Governo Federal, haja vista sua contribuição na superação da visão assistencialista existente anterior a 1988 e quiçá posterior à aprovação da Constituição Federal de 1988, mas refletir sobre o trabalho do assistente social nesta política, pois entendemos que as orientações técnicas contribuem na formatação do trabalho, mas os profissionais não podem segui-las como se fossem o único direcionamento possível na execução do serviço, devem olhar para as mesmas de forma crítica, sem perder a direção social da profissão.

Corroborando com esta reflexão a pesquisadora Boschetti (2016, p. 19), quando afirma que “O Serviço social não é assistência social e os/as assistentes sociais não podem e não devem subordinar a profissão e seu Projeto Ético-Político Profissional à Política de Assistência Social, ainda que nela atuem.” A autora afirma que:

[...] o exercício das atribuições e competências profissionais deve se orientar pela intencionalidade de ampliar direitos, assegurar acesso a bens e serviços públicos de qualidade, e fazer da intervenção na assistência social um espaço de mediação para a luta pela igualdade de condições, e não favorecer o

conformismo minimalista e o liberalismo da igualdade de oportunidade, que vem insidiosamente capturando a assistência social. (BOSCHETTI, 2016, p. 19-20).

Entendemos que a assistência social isoladamente, não consegue resolver as questões das desigualdades sociais, porém se constitui numa importante mediação na perspectiva da garantia e ampliação de direitos, oferta de serviços, benefícios e principalmente estimular a participação popular na perspectiva da emancipação política.

Na percepção da assistente social entrevistada, um dos desafios no trabalho profissional é:

[...] que as pessoas possam ter acesso aos seus direitos, porque existem os direitos nas leis, mas na prática eles ainda não são efetivados [...].
(Marcela).

Os países capitalistas vivenciam os efeitos da crise, e no Brasil não é diferente, repercutindo diretamente nos direitos sociais da classe trabalhadora e da população em geral. É necessário ressaltar que alguns direitos sociais nem chegaram a ser efetivados e já são ameaçados, pois a previsão legal não garante a sua efetivação.

Outro fato que tem sido recorrente é a crescente desresponsabilização do Estado na execução das políticas sociais. Nos serviços de proteção social não tem sido diferente, reflexo dos ideais neoliberais, pois o Estado tem assumido cada vez menos a execução dos serviços socioassistenciais, transferindo à sociedade civil a execução dos mesmos.

Este posicionamento reflete diretamente no trabalho do assistente social junto à população usuária, pois não raramente as requisições institucionais interferem no trabalho profissional. Especialmente considerando ser o assistente social um trabalhador assalariado, que vende sua força de trabalho ao empregador, com relativa autonomia em relação ao trabalho com a população usuária, pois “[...] não dispõem, todavia, de todos os meios e condições necessários para a efetivação de seu trabalho, parte dos quais lhes são fornecidos pelas entidades empregadoras.” (IAMAMOTO, 2012, p. 96).

No desenvolvimento de seu trabalho é essencial que o assistente social busque estratégias e instrumentos, dentre eles os conhecimentos teórico-metodológicos e ético-político da profissão, bem como a apreensão da realidade social em que está inserido, estabelecendo uma relação de proximidade, confiança, estimulando a população à participação social, com atenção para não desenvolver práticas pedagógicas subalternizantes, que eduquem o consenso, de acordo com Abreu (2011, p. 216):

[...] a função pedagógica do assistente social vincula-se à capacitação, mobilização e participação populares, mediante, fundamentalmente, processo de reflexão, identificação de necessidades, formulação de demandas, controle das ações do Estado de forma qualificada, organizada e crítica.

Neste contexto, destaca-se a linguagem como instrumento essencial no trabalho do assistente social, para que, com base na direção social da profissão, possa refletir criticamente junto aos sujeitos sociais com os quais desenvolve seu trabalho, contribuindo para que os mesmos sejam parte do processo e da mudança desejada e não objeto⁷.

Na pesquisa de campo realizada com os profissionais, foi indagado sobre a questão da capacitação na área do Serviço Social. Todas participam de algum tipo de formação, mas voltada para a política de assistência social. Apenas uma das entrevistadas, que trabalha em entidade privada, citou a participação em um curso preparatório para concurso, onde pôde estudar um pouco sobre o Serviço Social.

A formação permanente é relevante no trabalho profissional, pois a atuação exige do assistente social um posicionamento crítico, análise do processo histórico e leitura da realidade, a fim de que possa compreender os antagonismos existentes em nossa sociedade e possa assumir o compromisso com os trabalhadores e população usuária dos serviços. Frente a essa realidade complexa e contraditória, é fundamental que os profissionais estudem, pesquisem, para que não se percam no tecnicismo e que possam contribuir, com seu fazer profissional, para uma nova sociabilidade.

Outra questão que chamou a atenção nas entrevistas foi o processo de intensificação do trabalho, característica marcante da sociedade capitalista. Destaca-se que em todo trabalho o trabalhador despende energia, que pode ser física ou intelectual, e que de acordo com Rosso (2008, p. 20) “A intensidade tem a ver com a maneira como é realizado o ato de trabalhar. Esse é o primeiro elemento a destacar sobre intensidade: ela se refere ao grau de dispêndio de energia realizado pelos trabalhadores na atividade concreta.”

Segundo este mesmo autor, o trabalho contemporâneo tem exigido o componente intelectual e emocional, “[...] além dos setores tipicamente manuais, a divisão do trabalho ampliou campos anteriormente inexistentes que exigem dramaticamente o emprego das funções intelectuais.” (ROSSO, 2008, p. 38).

A profissional entrevistada demonstra a necessidade de despender mais esforço e envolvimento nas atividades cotidianas:

⁷ De acordo com Paulo Freire (1982), o educador deve dialogar com o analfabeto sobre situações concretas e oferecer os meios para que o mesmo possa se alfabetizar. O analfabeto deve ser sujeito da alfabetização e não objeto.

[...] surge uma certa angústia, de dar conta de tudo, o que mais eu estou vendo complicado é essa grande demanda. Está vindo muito caso novo, de pessoas que nunca precisaram da assistência, que nunca conheceram e que agora estão precisando. (Flávia).

No depoimento acima, identificamos a angustia da trabalhadora com relação à demanda pelos serviços, que necessariamente exige mais dispêndio de energia, porém outra questão que também chama a atenção é o aumento de casos novos que procuram a assistência social.

O aumento da demanda se dá em decorrência de maior conhecimento dos direitos socioassistenciais ou a população que está procurando os serviços, programas, projetos e benefícios dessa política pública está aumentando em virtude da crise do capital?

Em entrevista com outra profissional, a mesma se refere ao tempo que é escasso, inclusive que leva trabalho para casa, especialmente as leituras que precisam ser realizadas em decorrência do trabalho.

Observa-se que a intensificação do trabalho do assistente social está relacionada ao desgaste de sua capacidade intelectual e emocional e que não raramente os profissionais vivenciam esse processo de intensificação, considerando territórios amplos e vulneráveis, bem como a característica do público atendido, que demanda “plantão” à distância caso haja necessidade.

Aliada à questão da intensificação, destacamos também a flexibilização do trabalho, que vem contribuir nesse processo:

Os trabalhos flexíveis criaram condições não apenas para que os horários de trabalho real se aproximem de suas margens formais, descartando assim os tempos mortos durante as jornadas, como ainda permitem a intrusão dos negócios nos momentos de vida pessoal do trabalhador, nos tempos de não trabalho. (ROSSO, 2008, p. 40-41).

O trabalho do assistente social no SUAS não está submetido à lógica da produtividade capitalista, pois tem finalidade pública, mas ainda assim a intensificação do trabalho afeta os trabalhadores em seu cotidiano, os quais vivenciam situações de jornadas extensas, ausência de profissionais nas equipes de referência, baixos salários, alto número de famílias referenciadas, entre outras situações de precarização que refletem no trabalho profissional.

Na materialização das políticas, temos profissionais em condições cada vez mais precárias de trabalho, adoecidos, capturados pelo procedimentalismo exigido pelas próprias políticas e seu conjunto de cartilhas e manuais,

reiterando a produção do já produzido, ou seja, uma reprodução sem reflexão, sem mediações, sem crítica, despolitizada, com ênfase conformadora. (PRATES, 2014, p. 4).

Para Prates (2014), além da intensificação e precarização do trabalho já relatado, a assistência social tem expedido orientações técnicas e normativas, que exigem que os profissionais sejam meros executores e acríticos.

Entendemos que estas orientações devem ser recebidas com critério pelos profissionais, pois a política pode criar “armadilhas” que precisam ser apreendidas pelo profissional em seu trabalho cotidiano. A título de exemplo, citamos quando estimula o protagonismo e participação dos usuários e se contradiz quando apresenta um traçado metodológico, com orientações de percursos, inclusive com orientação referente ao tempo de permanência dos usuários no serviço, onde os profissionais e usuários têm que se adequar a essas normativas e são cobrados por isso, especialmente quem está na execução da política.

Uma prática recorrente na atualidade é o direcionamento da execução dos serviços de proteção social, para a rede socioassistencial privada (terceirização dos serviços) caracterizando a desresponsabilização do Estado com os serviços públicos. Buscar alternativas para o trabalho profissional no SUAS, na perspectiva do fortalecimento da participação dos usuários e dos trabalhadores que trabalham nessa política é um desafio.

Pensar o trabalho profissional numa perspectiva crítica, ética, norteadas pelo conhecimento teórico-metodológico da profissão, atentos aos direcionamentos das políticas sociais e contradições inerentes ao sistema capitalista é urgente, considerando o risco eminente de retrocessos. Que a defesa das políticas sociais seja na perspectiva da universalização e não de critérios restritivos, especialmente no SUAS, que é uma política relativamente nova.

Observa-se na atualidade a despolitização dos assistentes sociais e a não participação em espaços de representação da categoria, que suscita indagações. O processo de intensificação do trabalho tem contribuído para essa não participação? A rotina do trabalho tem prejudicado a participação dos profissionais ou essa “acomodação” se dá em decorrência do não reconhecimento da importância da participação e organização política da categoria na busca de superação do capitalismo, em defesa de uma nova ordem social?

A fragmentação, a precarização do trabalho é funcional ao sistema. Cabe ao assistente social desenvolver seu trabalho profissional numa perspectiva crítica, norteadas pela dimensão teórico-metodológica, ação está relevante no trabalho realizado no SUAS, na

perspectiva de promover a participação social dos sujeitos sociais desta política, numa perspectiva educativa.

Essa perspectiva educativa se contrapõe às novas formas de organização do trabalho, especialmente na acumulação flexível; nas palavras de Abreu (2011, p. 228):

[...] o capital engendra a reorganização de um ‘novo’ conformismo social como princípio educativo fundante de uma cultura que se pretende o consenso. Esse novo princípio tem a política de privatização e a formação de uma vontade corporativa como elementos constitutivos centrais.

A busca de estratégias que estimulem a organização coletiva dos trabalhadores e usuários da assistência social é uma mediação importante rumo a uma nova sociabilidade mais politizada e fortalecida para a ruptura de processos subalternizantes, que façam frente aos interesses do capital.

Neste contexto, Abreu nos instiga a refletir sobre as mediações necessárias para que o assistente social possa imprimir uma ação voltada aos interesses dos trabalhadores, ou das classes subalternas⁸, que desenvolva um trabalho que ultrapasse:

As metamorfoses operadas nas pedagogias da ‘ajuda’ e da ‘participação’ conformam uma reatualização da função pedagógica tradicional do assistente social, na sociedade brasileira, referidas ao ajustamento, integração e promoção sociais, mediante incorporação de novos elementos e mediações que refuncionalizam essas pedagogias no processo de reorganização da cultura a partir da orientação neoliberal. (ABREU, 2011, p. 226).

As tendências citadas acima conflitam com o trabalho profissional que tem por direção a formação de consciência de classe, o fortalecimento de ações coletivas, que defenda os direitos sociais da população, de forma universal, sem critérios restritivos, como estratégias para a emancipação humana.

Neste contexto fica evidente que a luta do trabalhador é também do assistente social, que enquanto trabalhador, também sofre com a precarização das condições de trabalho, portanto, a busca da superação se fortalece nas ações coletivas.

Que o assistente social fortaleça a luta pelos direitos sociais e como sujeito desse processo, possa posicionar-se criticamente quando:

⁸ De acordo com Simionatto (2009, p. 42), “[...] as primeiras noções sobre o termo ‘subalterno’ aparecem nos escritos pré-carcerários, empregadas para designar a submissão de uma pessoa a outras, mais especificamente no contexto da hierarquia militar. É, no entanto, nos *Cadernos do Cárcere* que Gramsci amplia largamente o significado desse conceito, demarcando seus nexos dialéticos com o Estado, a sociedade civil, a hegemonia, a ideologia, a cultura e a filosofia da práxis.”

[...] os mecanismos e instrumentos postos para garantir direitos numa perspectiva de democratização e universalização das políticas sociais estatais passam a ser utilizadas para dissimular a negação dos mesmos direitos a partir da retórica de fortalecimento da cultura do consenso e da solidariedade indiferenciada entre as classes. (ABREU, 2011, p. 229).

Para fazer frente a essa negação de direitos, presente na sociedade capitalista, o assistente social deve fortalecer-se para o enfrentamento das expressões da questão social. Como estratégia deve buscar em seus órgãos representativos, no conhecimento teórico-metodológico e na apreensão crítica da realidade, habilidade para desenvolver suas atribuições profissionais na perspectiva da defesa e ampliação dos direitos sociais, fazendo frente a projetos conservadores que têm a finalidade de educar o consenso e a manutenção do sistema.

Inferimos que a política de assistência social é uma mediação importante na perspectiva da garantia de direitos da população. O assistente social enquanto trabalhador dessa política, deve buscar formação continuada para além daquela ofertada aos trabalhadores do SUAS, pois a formação proposta pela assistência social não substitui a formação profissional que deve fazer parte da trajetória profissional do assistente social.

Esta formação deve privilegiar a apreensão da realidade, a análise das políticas sociais e a compreensão das metamorfoses do mundo do trabalho, bem como o modo de produção capitalista na atualidade.

Compreender a trajetória de um país que historicamente fortaleceu políticas clientelistas, assistencialistas, populistas, que naturaliza as desigualdades sociais e criminaliza a pobreza é fundamental para o Serviço Social, que tem nas expressões da questão social seu objeto de trabalho, especialmente no SUAS, para que não tenhamos retrocessos.

É no processo histórico do Serviço Social que será possível analisar a evolução da profissão enquanto trabalho na sociedade capitalista. Compreender em seu trabalho cotidiano que as políticas sociais são compensatórias e que não se constituem uma finalidade em si, é fundamental.

Que o assistente social possa buscar mediações para que possa realizar o trabalho em defesa da classe trabalhadora e que não se perca em ações conservadoras, que legitimam e naturalizam as desigualdades sociais. Que tenha como horizonte a ruptura com este sistema que explora, desumaniza, em consonância com o projeto ético-político da profissão na perspectiva da emancipação humana, por uma nova ordem social.

CAPÍTULO 2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SUA TRAJETÓRIA HISTÓRICA NO BRASIL

2.1 A Constituição Federal de 1988 e a seguridade social: efetivação de direitos sociais?

A história da Política de Assistência Social no Brasil, como direito, tem como marco legal a Constituição Federal de 1988, quando a assistência social é reconhecida como política pública, não contributiva, parte integrante da seguridade social, que nos termos da Carta Magna “Art. 194 - [...] compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.” (BRASIL, 1988).

Considerando que anterior a Constituição Federal de 1988 as expressões da questão social eram tratadas no campo do assistencialismo, com ações pontuais, fragmentadas e centralizadas, faremos um breve relato desse período, para compreendermos o que antecedeu a assistência social enquanto política pública.

Em Iamamoto e Carvalho (2005), encontramos referências a essa história, que retrata ainda a história do Serviço Social enquanto profissão. Em 1922, o candidato à presidente, Artur Bernardes, apresenta como promessa de campanha o Seguro Social, que:

[...] terá por característica orientar-se para setores específicos da Força de Trabalho, englobando a totalidade dos assalariados daquele setor ou empresa, a partir de quatro benefícios principais: medicina curativa; aposentadoria por tempo de serviço, velhice ou invalidez; pensões para dependentes e ajuda para funerais. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 291).

Observa-se inicialmente que o Seguro Social era para uma parcela reduzida de trabalhadores, sendo ampliado para os operários e outras categorias a partir de 1930. A partir dessa data diversos atos normativos ampliam as Caixas de Aposentarias e Pensões (CAPs), bem como os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs).⁹

No período ditatorial de Getúlio Vargas, uma nova Constituição é decretada, que mantém grande parte dos direitos previstos na Constituição de 1934. Os direitos sociais ganham ênfase nesse período, especialmente na área trabalhista, mas o controle do Estado apresenta-se na mesma proporção, cujo foco é a classe operária.

⁹ Os Decretos, portarias e leis desse período podem ser consultados Ministério da Previdência Social (2013).

Nesse período, movimentos laicos se organizam no atendimento à população, suas ações não se restringiam à caridade, na percepção de Yamamoto e Carvalho (2005, p. 166) “Possuem uma aporte de recursos e potencial de contatos em termos de Estado que lhes possibilita o planejamento de obras assistenciais de maior envergadura e eficiência técnica.”

O movimento laico, juntamente com a Ação Católica foram importantes para a origem do Serviço Social, pois através deles identificou-se a necessidade da formação técnica especializada para o atendimento às demandas sociais da população, resultado das desigualdades sociais provocadas pelo sistema capitalista.

De acordo com Yamamoto e Carvalho (2005, p. 168), ainda, em 1932 surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo (CEAS), com a finalidade de realizar formação técnica especializada, sendo “[...] considerado como manifestação original do Serviço social no Brasil [...].”

Os CEAS além de aprofundar os estudos no conhecimento dos problemas sociais, tem sua atuação voltada para as expressões da questão social, especialmente junto aos operários, na perspectiva do consenso, considerando o então papel da mulher de educar. Na gênese da profissão já é possível observar a questão do gênero, pois participava da formação as moças católicas, que em 1936 contribuiu na fundação da primeira Escola de Serviço Social de São Paulo.

Ainda na era de Vargas, no ano de 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA), que nas palavras de Couto:

A LBA representou o braço assistencialista do governo, que centrou na figura da primeira-dama Darcy Vargas a coordenação da instituição. Esse traço clientelista e vinculado à benemerência apresentou-se persistente por muitos anos na política de assistencial brasileira. (COUTO, 2010, p. 76).

Importante destacar que o primeiro damismo ainda persiste até os dias atuais, especialmente nos municípios de pequeno e médio porte. A Política de Assistência Social ainda é vista por muitos como política de atendimento aos pobres e necessitados. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) criou as diretrizes para nortear os profissionais que trabalham na área, mas ainda é considerada uma política nova, especialmente junto a entidades de origem religiosa.

Nesse processo histórico, em que pese todo o autoritarismo do governo de Getúlio Vargas, foi um período de consolidação dos direitos trabalhistas, visando manter o controle da classe operária e o equilíbrio na relação entre capital e trabalho.

Após a queda do governo de Vargas, em 1945, inicia-se um período de redemocratização do Brasil e foi promulgada a Constituição Federal de 1946, que se destaca no campo dos direitos sociais, dentre eles, podemos citar a liberdade à associação, o direito a greve, entre outros. Embora estes direitos fossem previstos constitucionalmente, na prática eram duramente reprimidos (BRASIL, 1946).

Conforme Iamamoto e Carvalho (2005), no final da década de 1940 o número de assistentes sociais diplomados eram pouco superior a 300, em sua maioria mulheres. Os autores informam ainda que “A primeira experiência da implantação do Serviço Social na estrutura burocrática do Seguro Social se fará a partir da Administração Central de uma das maiores instituições previdenciárias.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 294).

No ano de 1960, surge a Lei Orgânica de Previdência Social (LOPS), que unificou a legislação referente aos Institutos de Aposentadorias e Pensões. O trabalho do assistente social junto a esses órgãos inicia-se anteriormente a esse período, porém de forma reduzida, pois não havia profissionais diplomados o suficiente. “No início da década de 1950 ocorreu a generalização das Turmas e Seções de Serviço Social.” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 300).

O crescimento do Serviço Social ocorre na previdência, que também tem um crescimento significativo, assim “O Serviço Social na previdência deve ser ‘ o elo que irá unir e possibilita o exercício da justiça social em conexão à prática administrativa da lei.’” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 301).

Assim, o Serviço Social na previdência se ocupou com o atendimento dos usuários, especialmente aquelas situações que estavam “fora” da cobertura do órgão, com atenção aos casos individuais e demandas pontuais. Outro trabalho desenvolvido foi “[...] a educação social do segurado e seus dependentes. Compreendendo o alcance e as limitações do seguro, seus direitos e deveres diante do seguro, deixarão de ter sentido as explosões de inconformismo, quanto aos benefícios não concedidos [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 302). Fica evidente que a educação social desenvolvida pelo assistente social consistia em educar o consenso, esclarecendo os usuários sobre as finalidades do seguro social, entre outras atribuições.

As contradições sociais eram marcantes, pois os segurados nem sempre eram atendidos em suas demandas, ocasionando insatisfações, resistências, pois os benefícios eram limitados, consistia na reprodução e manutenção da força de trabalho. A população que não usufruía do seguro social era encaminhada para as instituições sociais na comunidade, visando à atenção as suas demandas. Importante verificar que o atendimento do seguro social se

restringia aos trabalhadores segurados, restando à população em geral buscar apoio nas instituições que “[...] aparecem claramente como agência política de contenção e controle das lutas sociais [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 307).

Importante observar que, anterior à Constituição de 1988, a função das entidades filantrópicas consistia em atender aquela população que não era segurada, na perspectiva da caridade e não do direito. Existem na atualidade entidades centenárias que já eram constituídas nesse período e a partir da Constituição Federal de 1988, quando a assistência se torna direito do cidadão, estas entidades têm muita dificuldade em reorganizar seus serviços nesta perspectiva do direito, pois a questão caritativa está nas suas origens e não raramente mantém esta finalidade em seus estatutos sociais.

Com o avanço do capitalismo, cresce a pauperização da população, bem como os seus movimentos organizados, que espera do Estado uma atenção aos problemas sociais apresentados. Com o desenvolvimento da empresa moderna e a divisão social do trabalho, vem a necessidade de manter o equilíbrio das massas populacionais, exigindo atenção as necessidades sociais. A filantropia não consegue atender todas as demandas sociais e o governo intervém para manter o controle social.

Em alguns países da Europa, o Estado se fez presente na garantia e efetivação dos direitos sociais, denominado de o Estado de bem-estar social, já no Brasil:

[...] ocorreu uma ambiguidade na enunciação desses direitos, que estão quase na sua totalidade vinculados à legislação trabalhista, e, quando desvinculados dela, se apresentam como um enunciado de intenção, sem a efetiva presença do Estado. (COUTO, 2010, p. 76).

Na percepção da autora o Estado se fez presente somente na regulamentação, o que suscita questionamentos sobre a presença de direitos sociais no período anterior à constituição de 1988.

A relação entre capital e trabalho era conflituosa, os trabalhadores tencionavam por melhores condições de trabalho e a intervenção do Estado era no sentido de reduzir os conflitos sociais. Diversas regulamentações aconteceram, além do sistema previdenciário, como os direitos trabalhistas, a associação sindical, entre outras, conforme o ideário liberal. Porém os direitos conquistados eram destinados somente aos trabalhadores urbanos, conforme nos relata Couto: “Deve-se ressaltar que os trabalhadores rurais, que até então não tinham sido alvo de legislações que garantissem proteção social, representavam, nessa época a maioria dos trabalhadores do país [...]” (COUTO, 2010, p. 113).

Os três anos que antecederam o golpe de 1964, foi um período de intensa mobilização dos movimentos de trabalhadores e de centrais sindicais, que resultaram em mobilizações, greves, considerando as dificuldades sociais vivenciadas pela população. Estas mobilizações associadas ao conservadorismo presente na sociedade brasileira, bem como a resistência ao movimento comunista fortaleceu o golpe militar de 1964.

A ditadura militar foi um período muito crítico no país, pois se praticava a tortura, a censura, a repressão política e ideológica em nome do desenvolvimento do país. Os direitos previstos na Constituição de 1946 foram alterados pela Constituição de 1967, porém na prática os direitos previstos nessa constituição não eram respeitados, prevalecia o Estado de exceção (BRASIL, 1967).

Para Couto, no campo econômico o Brasil vivenciou um período que ficou conhecido como o do “milagre econômico”:

Essa pujança econômica mostrava seu reverso especialmente no que se referia às condições enfrentadas pelos trabalhadores brasileiros: o arrocho salarial, as péssimas condições de vida nas cidades, a alta mortalidade infantil, o analfabetismo, dentre outras. (COUTO, 2010, p. 128).

Não obstante toda a violência e censura praticada contra os cidadãos, a exploração da classe trabalhadora exigiu ações no âmbito social, visando à manutenção do equilíbrio entre a relação capital e trabalho. Dentre as medidas tomadas, podemos citar o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), a criação do Instituto Nacional de Previdência Social e ainda de acordo com Couto: “Na área da Previdência, também foi acionada a extensão dos benefícios aos trabalhadores rurais, sem exigir sua contribuição ou a contribuição dos empregadores [...]” (COUTO, 2010, p. 128).

Outro problema social descrito por Couto, diz respeito às situações de crianças e de adolescentes autores de ato infracional, enfrentadas com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que além de institucionalizar as crianças e adolescentes, utilizavam de técnicas repressivas no atendimento dos mesmos.

No campo da previdência social, foi criado em 1974 o Ministério da Previdência e Assistência Social, dando origem em 1979 ao Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), que reúne as instituições que eram responsáveis pelos benefícios à população, como na assistência médica o Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), a Central de Medicamentos (CEME), atenção a crianças e adolescentes infratores (FUNABEM) e a assistência ofertada pela LBA (COUTO, 2010).

Observa-se que neste período de repressão, os benefícios sociais eram concedidos não na perspectiva do direito, mas sim àqueles que mereciam, pois aos insurgentes era aplicado o rigor do Estado de exceção.

A sociedade civil se organiza em defesa da democracia e os movimentos sociais ganham força na década de 1980. O então governante, João Figueiredo cede à pressão popular e com a aprovação do Congresso, alguns direitos políticos e civis são restabelecidos, como a criação de novos partidos políticos, a anistia, entre outros. O movimento “Diretas já” toma conta das ruas, resultando na eleição indireta do candidato Tancredo Neves, que era oposição ao regime militar, para o período de 1985 a 1990.

Esse período de amplas mobilizações foi significativo para o Serviço Social, que repensa o trabalho profissional, rumo à superação do conservadorismo na profissão, assumindo o compromisso com as lutas dos trabalhadores e a garantia de direitos. O movimento em defesa da redemocratização do país fortaleceu os movimentos sociais, que reuniram trabalhadores, grupos estudantis, igreja, intelectuais, organizações da sociedade civil e de trabalhadores. Esta “força” popular contribuiu na construção da nova Constituição que foi promulgada em 1988, intitulada como Constituição Cidadã.

O crescimento e desenvolvimento econômico defendido pelos governos militares não ocorreu, o período da ditadura se encerra marcado por acentuadas desigualdades sociais e com danos irreversíveis aos direitos civis e políticos da população, que ficaram na história de vida das pessoas e do país.

Os anos seguintes à promulgação da Constituição Federal de 1988 foram de instabilidade econômica e social, marcados por planos econômicos pouco exitosos e as legislações sociais prevista na Constituição Federal não se consolidaram, aliado as características populistas, clientelista e assistencialista dos governos que assumem a direção do país nos anos seguintes.

Segundo Couto (2010, p. 144), outro fator que contribuiu para a não efetivação das garantias constitucionais foi a adesão do Brasil ao “[...] acordo firmado com organismos financeiros internacionais, como o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), por meio das orientações contidas no Consenso de Washington.”

Para essa mesma autora, as orientações tinham por base os ideais neoliberais, que previam “[...] a indicação para a desestruturação dos sistemas de proteção social vinculados às estruturas estatais e a orientação para que os mesmos passassem a ser gestados pela iniciativa privada.” (COUTO, 2010, p. 145).

Essas orientações econômicas previstas no Consenso de Washington colidem com os direitos constitucionais recém aprovados na Constituição Federal de 1988, impactando diretamente nas políticas sociais. Corrobora com essa assertiva a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), somente em 1993, ou seja, 5 (cinco) anos após a promulgação da Constituição Federal, no governo de Itamar Franco. Esses dados nos mostram a falta de prioridade da Política de Assistência Social na agenda do governo.

Sendo assim, a Seguridade Social, definida pela CF/1988, com a finalidade de assegurar direitos referentes à saúde, à previdência e à assistência social, de primazia do Estado, não se consolida, especialmente a Proteção Social Pública, prevista na Assistência Social. Importante reconhecer o avanço dessa política pública como dever do estado, para aqueles que dela necessitar, mas ainda precisa avançar na perspectiva da universalização do acesso, pois está restrita as pessoas em situação de extrema pobreza. A título de exemplo, podemos citar o corte de renda de $\frac{1}{4}$ do salário mínimo para o pagamento do benefício de prestação continuada, para os idosos e pessoas com deficiência.

Com o avanço dos ideais neoliberais, o Estado tem se desresponsabilizado da execução de políticas sociais. Privilegia o desenvolvimento do capitalismo em detrimento do desenvolvimento social, limita-se a realizar aqueles serviços que, em decorrência de diretriz do Governo, constitui-se responsabilidade exclusiva do poder público.

As medidas econômicas, ajustes fiscais, reforma na previdência entre outras ações adotadas pelo Estado, acentuam as desigualdades sociais, deixando a margem da sociedade uma população, que vivencia a falta de políticas sociais, o desemprego e a flexibilização do trabalho, essas situações contribuem para a precarização e informalidade do trabalho.

2.1.1 A política de assistência social após a promulgação da Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 reconhece a assistência social como política pública, para quem dela necessitar e em seu Art. 203 apresenta os seguintes objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

Os objetivos previstos na CF/88 trazem também a quem se destina essa política, que tem a família, a infância, a adolescência, os idosos (as) e pessoa com deficiência como foco de sua atenção. Isso se justifica, pois, numa sociedade capitalista, a exploração do trabalhador cresce a cada dia, trazendo consequências sociais graves para os diferentes arranjos familiares que não raramente são culpabilizados por não conseguir proteger seus membros. Já a pessoa com deficiência não tem igualdade de oportunidades, considerando uma sociedade prejudicada em todos os níveis de acessibilidade e que não acolhe a diversidade e um sistema que potencializa e naturaliza as desigualdades sociais.

Observa-se que anterior a CF/88 a população que não era “segurada” era atendida pelas entidades sociais e filantrópicas, na perspectiva da caridade. Posterior à promulgação da Constituição Federal de 1988, a assistência passa a ser direito, para quem dela necessitar, porém ainda é preciso superar o estigma de que assistência social é para pobres. Atualmente com a crescente exploração da classe trabalhadora e as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pela população brasileira, tem aumentado a demanda por serviços, programas, projetos e benefícios da Assistência Social, o desafio consiste no financiamento dessa política, que não tem prioridade.

Após a redemocratização do Brasil, os governos que assumiram a direção do país nos anos subsequentes não colocaram na agenda o enfrentamento das expressões da questão social, considerando as profundas desigualdades sociais. Esta afirmativa pode ser comprovada no tempo transcorrido da promulgação da Constituição Federal de 1988 à aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) no ano de 1993.

A LOAS dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Social no país e prevê em seu Art. 1º:

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 1993a).

A LOAS regulamenta a Assistência Social, como política pública não contributiva, destinada a quem dela necessitar. Esta norma legal inova quando não exige contraprestação dos sujeitos sociais atendidos por esta política. Importante ainda observar o nível de abrangência de seus objetivos, elencando a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos.

Ressaltamos que o enfrentamento à pobreza e às desigualdades sociais não é responsabilidade exclusiva da assistência social, cada política tem sua competência, pois está prevista a intersectorialidade das políticas sociais no enfrentamento às expressões da questão social.

No ano de 2017, a LOAS fará 24 anos de existência, mas ainda existe muitos desafios a serem superados, dentre eles citamos a intersectorialidade entre as políticas sociais que ainda é muito prejudicada, pois não conseguiu prover os mínimos sociais e a universalização dos direitos é uma realidade distante. Como já citado o Benefício de Prestação Continuada (BPC) embora tenha sido concedido, precisa avançar no que diz respeito a ampliação do corte de renda per capita, pois da forma com que é calculado, atende famílias em situação de extrema pobreza, excluindo parte da população em situação de pobreza, em decorrência do corte de renda.

Frente à conjuntura econômica e social, em que os ajustes na economia estão na agenda do governo e os ideais neoliberais tem norteado as ações do Estado, a implantação da LOAS ficou prejudicada, na perspectiva da garantia dos direitos. Está restrita ao atendimento das prioridades, excluindo da proteção social parcela significativa da população.

Após a aprovação da LOAS no ano de 1993, o sistema de proteção social não avança, ações pontuais fizeram parte das ações governamentais:

As respostas governamentais às demandas da população foram apresentadas por meio de programas fragmentados, assistemáticos e seletivos, como o do leite de José Sarney; o da participação comunitária, de Collor de Mello, e o da Comunidade Solidária, de Fernando Henrique Cardoso. (COUTO, 2010, p. 153).

A Política Nacional de Assistência Social é aprovada em 2004¹⁰, transcorrido mais de dez anos da aprovação da LOAS. Importante destacar que a PNAS é resultado de amplo debate da população que:

Expressa as deliberações da IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em Brasília em dezembro de 2003 e se coloca na perspectiva da materialização das diretrizes da Loas e dos princípios enunciados na Constituição Federal de 1988, entendendo a Assistência Social como uma Política Social inserida no Sistema de Proteção Social Brasileiro, no campo da Seguridade Social. (COUTO et al., 2012, p. 60).

¹⁰ As definições legais atinentes à regulamentação da política pública da assistência social, no período entre 1993 e 2003, estão estabelecidas em três instrumentos principais, a saber: a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei Federal nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social – (PNAS) de 1998 e as Normas Operacionais Básicas (NOB/97) e (NOB/98) (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2004).

A PNAS vem dar concretude à Lei Orgânica da Assistência Social e corroborar na construção do Sistema Único de Assistência social, bem como estabelecer princípios e diretrizes para a Política de Assistência Social, definindo as responsabilidades dos entes federados, os níveis de proteção, entre outros.

A PNAS é resultado da participação coletiva, foi pactuada nos espaços de controle social, como os Conselhos, Conferências e Comissões Intergestoras Bipartite (CIB) e Tripartite (CIT), que são responsáveis pela pactuação da gestão e operacionalização da PNAS, fortalecendo o sistema de proteção social brasileiro.

É certo que a trajetória da Política da Assistência Social não se encerra com a LOAS e a PNAS, é um processo que avança em alguns momentos e outros não. Neste contexto, no ano de 2005, foi aprovado a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS), que foi revogada no ano de 2012, pela Resolução do Conselho Nacional de Assistência social (CNAS), n. 33 de 12 de dezembro de 2012, que define:

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB SUAS) disciplina a gestão pública da Política de Assistência em todo território brasileiro, exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal, de 1988, e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), de 1993. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2012).

Ainda no ano de 2006, tivemos a aprovação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH), atendendo a Resolução n. 269, do CNAS, considerando a necessidade de aprimorar a gestão do trabalho no SUAS, bem como a qualificação e valorização dos trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. 2006). Ressalta-se que esta norma vem contribuir com a gestão do SUAS, e define a equipe de referência para os serviços da proteção social básica e especial. Importante destacar que o assistente social tem sido um profissional de referência na Assistência Social, seja na gestão ou na execução dessa política.

A responsabilidade do Estado com as políticas sociais é garantida no texto constitucional, a Seguridade Social traz essa inovação, os indivíduos deixam de ser responsabilizados pela sua condição, pois a saúde e a assistência social se configuram como políticas públicas não contributivas, mas a efetivação desses direitos nem sequer foram concretizadas na íntegra e já sofre ameaça, com a tramitação no Congresso Nacional da proposta de emenda constitucional de reforma da Previdência Social.

A assistência social avança, quando traz para o campo do direito a proteção social à quem dela necessitar, buscando romper com práticas clientelistas, filantrópicas saindo do

campo da assistência para o dos direitos socioassistenciais. No próximo item, o Sistema Único de assistência social será apresentado com mais detalhes, no que diz respeito às diretrizes, seguranças afiançadas, princípios, entre outros

Conclui-se que, o avanço do capitalismo assola a vida dos trabalhadores e suas famílias, deixando um contingente populacional sem trabalho ou na informalidade. A Assistência Social é uma política essencial, mas isolada, não consegue prover condições para que a população possa enfrentar as adversidades da vida, ou seja a proteção social. O Estado como principal responsável pelas políticas sociais, deve colocar a assistência social como prioridade na agenda, para que junto com outras políticas, possa fazer frente às crescentes desigualdades sociais que tem sido naturalizada em nossa sociedade.

Depreende-se que a Assistência Social é uma política que busca dar um pouco de dignidade à população, mas sua incompletude é incontestável, a busca de articulação com outras políticas sociais é imprescindível, visando a garantia dos direitos sociais da população. Importante ainda estimular a participação da população na formulação desta política pública, pois a organização popular, por meios de órgãos representativos é outro avanço na consolidação da democracia participativa, e o assistente social é um profissional essencial nesse processo.

2.2 O sistema único de assistência social: princípios e diretrizes para estados e municípios

Um dos desafios do Sistema Único de Assistência Social foi o de romper com as práticas assistencialistas e clientelistas que historicamente fizeram parte de nossa sociedade. A Política Nacional de Assistência Social vem materializar a Assistência Social como política de proteção social, que compõe o tripé da Previdência Social.

A NOB-SUAS disciplina a gestão da Política de Assistência Social e avança quando define a implantação dos serviços socioassistenciais em todo o território brasileiro:

[...] tendo como base critérios de partilha transparentes e objetivos, adequados à distribuição territorial das populações vulneráveis, com a alocação equitativa do cofinanciamento federal e a possibilidade de superação das distorções regionais históricas. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2012, p. 13).

Neste contexto a gestão do SUAS se caracteriza pelo financiamento partilhado entre os entes federados, pela primazia do Estado, ou seja, é o responsável pela direção dessa

política, respeitando a descentralização política e administrava e comando único das ações, em cada esfera de governo (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Outra direção do SUAS é a matricialidade sociofamiliar, em que a atenção sai do indivíduo para a família, considerando as diferentes configurações familiares. A reflexão proposta é de como as famílias usuárias da Política de Assistência Social conseguem exercer sua função protetiva, especialmente numa sociedade onde os membros do núcleo familiar vendem sua força de trabalho para garantir sua subsistência? Quem deverá prover os cuidados das crianças e adolescentes, dos idosos(as), ou membros do grupo familiar que possuem alguma dependência, que compromete a autonomia? Destaca-se que muitas famílias de baixa renda sobrevivem com o BPC que recebem da pessoa com deficiência ou do idoso(a), que na atualidade correm sérios riscos frente à proposta da reforma da previdência, que tramita no Congresso Nacional.

Observa-se uma sobrecarga das famílias em prover os cuidados de seus membros, que não raramente são culpabilizadas e/ou responsabilizadas por uma proteção que o próprio Estado não consegue garantir via políticas sociais. Ressalta-se a importância da articulação intersetorial com outras políticas públicas, com foco na proteção social de famílias e indivíduos que dela necessitar, pois a assistência social não consegue sozinha promover a proteção social.

No tocante ao território, o SUAS prevê que as ofertas dos serviços socioassistenciais devem priorizar os territórios mapeados com maior índice de vulnerabilidade e risco social, considerando a importância de desenvolver serviços socioassistenciais mais próximos da população. A atenção com relação aos territórios deve centrar-se no cuidado de não “engessar” a oferta ao território, pois a população pode não se sentir pertencente ao território onde reside.

Ainda na gestão do SUAS, a NOB-SUAS apresenta como diretriz o fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil. Portanto, importante destacar a primazia do Estado na condução e gestão das políticas sociais, entre elas a Assistência Social. A qualificação da oferta dos serviços na perspectiva do direito do cidadão é um desafio, bem como o fortalecimento das ações coletivas junto aos serviços públicos e privados.

A LOAS prevê ainda como instâncias deliberativas do SUAS, de caráter permanente e composição paritária, o Conselho Nacional, Conselhos Estaduais, Conselho do Distrito Federal e Conselhos Municipais. Estes espaços se constituem órgãos colegiados com representantes do poder público e sociedade civil, que tem “[...] competência para

acompanhar a execução da política de assistência social, apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências nacionais, estaduais, distrital e municipais, de acordo com seu âmbito de atuação [...]” (BRASIL, 2011).

Os conselhos de assistência social, nas três esferas de governo, são compostos de forma paritária, por representantes da sociedade civil e poder público. De acordo com as orientações do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), os representantes da sociedade civil devem ser escolhidos através de eleição, privilegiando um processo democrático, já os representantes do poder público são nomeados. A composição dos representantes da sociedade civil deve ser composta por representantes de usuários e/ou organizações representantes de usuários, representantes de trabalhadores e/ou organização de trabalhadores e representantes das entidades e organizações de assistência social.

Destaca-se que o fortalecimento da participação social no exercício do controle social é um desafio para estes órgãos, especialmente nos Conselhos de Assistência Social, onde a defesa e o conhecimento do Sistema Único de Assistência Social, seus objetivos, diretrizes, garantias que devem ser asseguradas, visando à orientação, acompanhamento e fiscalização dessa política pública.

Outra questão a ser observada nos conselhos é a manifestação e defesa de interesses coletivos, evitando ações corporativas, que efetivamente não contribui com a política de assistência e não representa os interesses dos usuários dessa política, fragilizando a efetivação da democracia participativa. Importante destacar que os espaços de controle social, como conselhos e conferências, precisam avançar na perspectiva de estimular a participação dos usuários, bem como organizar outros espaços que estimulem ações coletivas, na perspectiva do fortalecimento dos sujeitos sociais.

No âmbito das proteções afiançadas, com base na NOB-SUAS, prevê a garantia das seguranças de acolhida nos serviços públicos de proteção social, bem como em situações de perda dos vínculos familiares ou violação de direitos; renda para os cidadãos que não fazem parte do sistema contributivo da Previdência Social, que apresente incapacidade para a vida independente e trabalho, ou são idosos e não tem como prover o seu sustento; convívio familiar, com vistas a promover a convivência familiar e comunitária; desenvolvimento da autonomia com foco nas habilidades, buscando a independência e autonomia dos atendidos; oferta de apoio e auxílio para as situações eventuais, de forma provisória, para as famílias e indivíduos.

As seguranças afiançadas vêm contribuir na garantia dos direitos socioassistenciais dos usuários dessa política, reiterando que outras ofertas que não são da assistência social, devem ser garantidas pelas respectivas políticas.

No que diz respeito aos princípios, esta norma traz em primeiro lugar a supremacia do atendimento sobre as exigências da rentabilidade econômica. Não é raro encontrar espaços que priorizam a renda para a inserção no serviço. A própria política reforça este comportamento, quando define o per capita familiar que pode ser cadastrado no Cadastro Único (CADÚNICO)¹¹, ou seja, aquelas que possuem até ½ salário mínimo per capita, um contrassenso para uma política que tem como direção o enfrentamento da pobreza e das desigualdades sociais.

À guisa de exemplo, citamos um idoso que possui renda superior ao valor definido pelo Cadastro Único em situação de isolamento e/ou sendo vítima de violência. Reconhecemos que o cadastro até permite a inserção do mesmo, a título de exceção, mas não o garante como direito, pois não é a regra. Uma política que defende a universalização dos direitos sociais e prevê a não discriminação de qualquer natureza, não pode trabalhar com exceções ou critérios de elegibilidade, especialmente num país com desigualdades sociais tão acentuadas.

Outro princípio que merece atenção é o respeito à dignidade, a autonomia e ao direito a benefícios e serviços de qualidade. Os assistentes sociais que trabalham na política de Assistência social devem considerar os sujeitos sociais como parte ativa do processo, não podendo ser tratados como objetos, definindo quando e como serão inseridos nos serviços, com o discurso de que são orientações da política, especialmente no tocante aos serviços, ao território e tempo de permanência no serviço.

No que diz respeito à igualdade de direitos e a não discriminação de qualquer natureza, consideramos um avanço a equivalência entre populações urbanas e rurais. Porém existe uma discriminação que é “legitimada”, quando um município de grande porte não aceita receber usuários de municípios de pequeno porte, por entender que não tem obrigação de acolher usuários de outros municípios. Neste contexto a política de saúde já avançou um pouco mais, pois os serviços estão sendo pactuados por regionais, garantindo assim o atendimento à população de municípios de pequeno porte.

¹¹ “O Cadastro Único é um conjunto de informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza. Essas informações são utilizadas pelo Governo Federal, pelos Estados e pelos municípios para implementação de políticas públicas capazes de promover a melhoria da vida dessas famílias.” (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, [2017]).

Reconhece-se a importância da implantação de serviços nos próprios municípios, porém no Brasil existem municípios de pequeno porte, que ainda não conseguiram implementar alguns serviços, especialmente os de alta complexidade.

A assistência social é uma política relativamente nova, ainda existem muitas dúvidas com relação às ofertas da mesma, portanto, a ampla divulgação dos serviços, programas, projetos e benefícios é um desafio para os gestores e trabalhadores desta política.

Necessário se faz, ainda, destacar a confusão existente entre a política de assistência social com o profissional assistente social. Reconhecemos que a Política de Assistência Social se constitui uma das áreas de maior empregabilidade do assistente social, porém esse profissional não é exclusivo dessa política e não representa a política em si. A NOB-RH/SUAS define a equipe de referência que atua nos serviços, bem como na gestão do SUAS e o assistente social compõe a equipe da Proteção Social Básica e Especial. A Resolução CNAS n. 17, de 20 de junho de 2011 (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2011), ratifica a equipe de referência definida pela NOB-RH/SUAS e define os profissionais de nível superior que compõem as equipes de referência por nível de complexidade.

2.3 A caracterização do município de Franca/SP

A cidade de Franca foi fundada em 3 de dezembro de 1805, porém o município foi criado em 28 de novembro de 1824, data em que comemora o aniversário da cidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2017a). Está localizada na região nordeste do Estado de São Paulo (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2017b), é sede da 14ª região administrativa, que é composta por 23 municípios da região¹². De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade possui uma população de 318.640 (Censo/2010) habitantes, porém a população estimada em 2016, foi de 344.704 habitantes. A cidade possui densidade demográfica de 526,09 hab/km² (IBGE, 2010).

De acordo com o IBGE (2016), o salário médio mensal da população em 2015 era de 2,2 salários mínimos, considerando os trabalhadores formais. A população ocupada representa 30,4%, da população total, ou seja, um número de 103.856 pessoas. Cabe ressaltar que este número inclui todos os municípios, independente de ser economicamente ativo ou não.

¹² Municípios que compõe a 14ª Região Administrativa: Franca, Aramina, Batatais, Buritizal, Cristais Paulista, Guará, Igarapava, Ipuã, Itirapuã, Ituverava, Jeriquara, Miguelópolis, Morro Agudo, Nuporanga, Orlandia, Patrocínio Paulista, Pedregulho, Restinga, Ribeirão Corrente, Rifaina, Sales de Oliveira, São Joaquim da Barra, São José da Bela Vista (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2017b).

No âmbito da educação, de acordo com o IBGE a taxa de escolarização de alunos na faixa etária de 6 a 14 anos de idade, foi de 98,02%, conforme censo de 2010. Ainda neste mesmo ano, a cidade apresentou um índice de desenvolvimento humano de 0,78.

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social - 2014-2017 (PMAS), o desenvolvimento industrial e econômico da cidade está diversificado.

[...] atualmente apresenta grande diversidade nos setores industrial, comercial e de serviços. No setor industrial, há predominância do complexo coureiro calçadista composto por diferentes indústrias produtoras de matéria-prima e componentes para calçados, com destaque em curtumes e indústrias de artefatos de borracha. Houve também crescimento industrial nas áreas de: metal, mecânicas, moveleiras, alimentícias, elétricas, bebidas, lingerie, máquinas e equipamentos. Já o setor agropecuário, com produção de café, leite e gado para corte, e o de serviços a exemplo da construção civil, dinamiza, outros setores da economia. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p. 21-22).

O Plano Municipal de Assistência Social - 2014-2017 - aponta ainda, que no município não há áreas com grande concentração de vulnerabilidade, porém apresenta um índice de 3% de trabalho infantil que precisa ser enfrentado. Outro grupo vulnerável identificado pelo plano são as pessoas idosas (2,30%) com renda per capita inferior a ¼ do salário mínimo, juntamente às pessoas com deficiência (2,0%). Outra vulnerabilidade apontada pelo Plano Municipal, refere-se à população em situação de rua, é uma situação que retrata o processo de marginalização e exclusão social vivenciado por essas pessoas, aliado ao conservadorismo e preconceito da sociedade em relação a essa população (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015).

Observa-se que as expressões da questão social se manifestam de diversas formas, e o seu enfrentamento precisa superar ações fragmentadas e pontuais. De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social (2014-2017), “[...] as políticas sociais devem ofertar serviços complementares para alcançar, de forma prioritária, todas as demandas trazidas pela população empobrecida, como forma de garantia dos direitos de cidadania.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p. 55).

Nesse contexto, ressaltamos a lógica do neoliberalismo, pois a perspectiva universal fica prejudicada, especialmente quando as políticas sociais são destinadas ao público prioritário, ou seja, à população empobrecida. Assim, a desresponsabilização governamental se manifesta de forma contundente, pois a seletividade da população reforça ações fragmentadas e pontuais, em detrimento do direito social.

Nesse universo das políticas sociais, especialmente da assistência social, é que este estudo se desenvolve, com foco no trabalho profissional do assistente social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

2.3.1 A política de assistência social no município de Franca/SP

Nos termos do PMAS – 2014-2017 as primeiras ações na área da assistência social em Franca/SP, tiveram início com as entidades filantrópicas, a partir de 1900. O que não difere do restante do país, pois anterior a Constituição Federal de 1988, está política era fragmentada e pontual. As entidades sociais desenvolviam suas ações na perspectiva da benemerência e caridade e o Estado se mostrou muito ausente com as expressões da questão social, mantinha ações pontuais, especialmente destinada aos trabalhadores, como forma de amenizar as demandas coletivas dos mesmos.

Confirmando assim, os dados históricos da assistência social, de que anterior a 1988 está política era tratada na perspectiva da benemerência e da caridade pelas entidades sociais e por parte do Estado, com ações pontuais e fragmentadas.

Em Franca a Secretaria de Promoção Social¹³ “[...] surgiu após a promulgação da Constituição Federal de 1988, marco legal que atribui à assistência social o caráter de política pública [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p. 72).

A partir de 1990, após a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) a Secretaria de Promoção Social, passa a se ocupar das questões da política de assistência social. Em 1996, houve a criação do Conselho Municipal de Assistência Social e o município contava com nove Unidades de Serviço Social (UNISER), mais três unidades estatais, bem como com as entidades privadas prestadoras de serviço (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015).

Com a publicação do texto da PNAS – (MDS, 2004), foram redefinidos os princípios organizativos, as diretrizes estruturantes, os instrumentos da gestão e o modelo de cofinanciamento da assistência social, organizados no SUAS, em 2005, e detalhado na Norma Operacional Básica (NOB/SUAS) (MDS,2005). Diante destas normativas, o município encontrou amparo teórico e técnico para rever suas ações. (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p. 75).

¹³ Destaca-se que as diversas administrações adotaram nomes diferentes para esta secretaria, nesse período, este era o nome atribuído.

Ainda de acordo com o PMAS – 2014-2017, com a aprovação da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), “[...] que estabeleceu matriz padronizadora para os serviços das proteções sociais básica e especial, a Secretaria de Ação Social (SEDAS,) procurou reorganizá-los por nível de complexidade e de acordo com as nomenclaturas estabelecidas.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p. 76).

Com base nesta reorganização da política de assistência social, a Secretaria de Ação Social desenvolveu um intenso trabalho junto a rede socioassistencial, na perspectiva de reordenar os serviços da assistência social, visando atender as normativas federais e o enfrentamento das vulnerabilidades sociais do município identificadas no PMAS/2015.

O Plano Municipal de Assistência Social - 2014-2017, aponta que “[...] 96,4% da população de Franca vive acima da linha da pobreza”, porém a cidade possui 3,6% da população, que vivem entre a linha da indigência e pobreza. Nos termos deste mesmo plano, essa população soma um número de 2.959 pessoas, divididas entre crianças, adolescentes, adultos e idosos (PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA, 2015, p. 78).

O município possui ainda 18.379 famílias com renda familiar per capita de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, que de acordo com o PMAS em dezembro de 2014, estavam inscritas no Cadastro Único. Importante localizar essas famílias, pois de acordo com a Política de assistência social, as mesmas se configuram como público alvo dos programas de transferência de renda, como o bolsa família e outros.

Ressalta-se que os programas de transferência de renda são parte da política de assistência social, porém as ações desta política não podem se restringir aos mesmos, com o risco da política se restringir à administração da pobreza. Os serviços socioassistenciais são relevantes para a população, especialmente as ações que visam a prevenção às vulnerabilidades, porém a perspectiva da universalidade deve ser considerada.

2.4 Considerações sobre serviços, programas, projetos e benefícios e sua articulação com outras políticas sociais

Após um breve panorama da assistência social, de como eram tratadas as expressões da questão social anteriormente à Constituição Federal de 1988 e sua regulamentação após 1988, apresentaremos neste item como o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) se organizou, no que diz respeito aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Conforme a NOB-SUAS, a assistência social tem por função a proteção social, a vigilância socioassistencial e a defesa de direitos, sem exigência de contraprestação do usuário, e se organiza de forma descentralizada e participativa, resultando no Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Dentre os vários e relevantes objetivos do SUAS está o de “[...] assegurar a oferta dos serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.” (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2012, p. 16).

De acordo com a LOAS “[...] os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.” (BRASIL, 1993a).

Portanto, os programas possuem prazo de duração e são criados com a finalidade de complementar os benefícios e serviços socioassistenciais, ou seja, possuem início, meio e fim.

Já os projetos se assemelham aos programas, no que diz respeito a sua temporalidade, mas tem a finalidade de trazer melhoria da qualidade de vida aos grupos populares e/ou comunidades. A LOAS cita os projetos de enfrentamento à pobreza, que compreendem:

[...] investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social. (BRASIL, 1993a).

Referente aos benefícios a Lei Orgânica da Assistência Social cita o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e os benefícios eventuais. Nos termos do Art. 20 da **Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993**, o BPC se caracteriza pela “[...] garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família.” (BRASIL, 1993b).

Os critérios de renda inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo, estabelecidos para o recebimento deste benefício, limitam o acesso de muitos brasileiros que vivem em situação de pobreza e são idosos ou que possuem algum tipo de deficiência, portanto esses critérios são estabelecidos não na perspectiva do direito, mas sim na comprovação de situação de miséria absoluta, deixando à margem inúmeras famílias que não se enquadram nos índices estabelecidos.

Um dos espaços de participação e discussão previstos na política de assistência são as conferências municipais, estaduais e nacional. Nestas conferências aparece reiteradamente

a solicitação de ampliação do per capita familiar, porém sem sucesso. A judicialização tem sido o caminho percorrido por algumas famílias que necessitam deste benefício.

No âmbito dos benefícios eventuais, a situação não tem sido diferente, uma vez que as famílias não têm sido atendidas em suas demandas, pois existe uma afirmativa de que a Política de Assistência Social não é assistencialismo, deixando sem atendimento muitas famílias que não conseguem prover o seu próprio sustento, acesso à moradia, entre outras necessidades básicas de sobrevivência.

Do total de 5570 municípios brasileiros, 5346 possuem os benefícios eventuais regulamentados por algum instrumento legal, porém a regulamentação não garante o acesso. (IBGE, 2010). Não raramente as famílias recorrem a instituições religiosas, grupos de apoio da sociedade civil para acessar um benefício que está previsto legalmente como direito, porém não se efetiva no cotidiano da população em situação de pobreza.

A segurança de apoio e auxílio prevista no SUAS “[...] quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos” (BRASIL, 2005, p. 92), ocorre de forma prejudicada. Em Franca-SP, município que compõe o universo desta pesquisa os benefícios eventuais estão regulamentados, porém precisa avançar na perspectiva de promover o acesso aos cidadãos que deles necessitam.

A presente pesquisa propõe estudar o trabalho do assistente social junto aos serviços socioassistenciais no município de Franca-SP, portanto discorreremos a seguir sobre os serviços socioassistenciais existentes no município, os quais se constituem em área de trabalho dos assistentes sociais, considerando ser a assistência social uma política responsável pela empregabilidade de um grande número de assistentes sociais. Este profissional teve atuação importante no processo de consolidação da LOAS e PNAS e demais avanços dessa política pública, através da organização da categoria em defesa do SUAS.

Em relação aos serviços Franca possui atualmente 5 (cinco) Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), localizados em cinco regiões diferentes da cidade e na Proteção Social Especial, possui 2 (dois) Centros de Referência Especializados de Assistência Social. Os CRAS e CREAS se constituem em unidades públicas, de atendimento aos usuários dos serviços socioassistenciais. Na esfera privada, a cidade possui as entidades que compõem a rede socioassistencial, que atuam na proteção social básica e especial. Neste contexto o Sistema Único de Assistência Social no município de Franca é composto pelos CRAS (norte, sul, leste, oeste e centro) e CREAS (localizados no Jardim Moema e no Centro) e pelas entidades que integram a rede privada e desenvolvem os serviços abaixo relacionados.

2.4.1 Proteção social básica

Nos termos da Política Nacional de Assistência Social, os CRAS são equipamentos públicos de referência na Proteção Social Básica.

São considerados serviços de proteção básica de assistência social aqueles que potencializam a família como unidade de referência, fortalecendo seus vínculos internos e externos de solidariedade, através do protagonismo de seus membros e da oferta de um conjunto de serviços locais que visam a convivência, a socialização e o acolhimento, em famílias cujos vínculos familiar e comunitário não foram rompidos, bem como a promoção da integração ao mercado de trabalho [...]. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2004).

Atualmente no município de Franca, os CRAS estão localizados na região norte, sul, leste, oeste e centro e executam o **Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)**, que “[...] consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.” (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2014, p. 12).

Considerando a crescente desresponsabilização do Estado na execução das políticas sociais e o avanço dos ideais neoliberais, que tem por direção a recuperação da economia, com prejuízo para o desenvolvimento social, a maior parte dos serviços socioassistenciais desenvolvidos no município, são realizados pelas entidades privadas sem fins lucrativos, que compõem a rede socioassistencial e são referenciados aos CRAS, a saber:

✓ **Os serviços de Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos destinado a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos e consiste em:**

Serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. Forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território. Organiza-se de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Possui caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2014, p. 16).

Na Tipificação dos Serviços Socioassistenciais, os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), devem organizar-se em percursos, para garantir aquisições progressivas aos usuários. O SUAS apresenta seus objetivos, princípios e diretrizes para o trabalho na área da assistência social, porém entendemos que as normativas, orientações técnicas e a Tipificação dos Serviços Socioassistenciais que padronizaram os serviços de proteção social básica e especial, não devem “engessar” os serviços, pois precisam ser ofertados respeitando as diversidades étnicas, religiosas, socioeconômicas, políticas e territoriais dos usuários.

Os profissionais que atuam nos referidos serviços, devem ter por direção o seu projeto profissional, pois correm o risco de se limitar a seguir “cartilhas” do Governo Federal, em detrimento de vivências que estimulem o protagonismo dos usuários dos serviços. Importante, ainda, a busca de estratégias para tornar o serviço atrativo para os usuários, respeitando as atividades adequadas para as diferentes faixas etárias atendidas no SCFV, de acordo com os interesses dos atendidos.

✓ **O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas, tem a finalidade de:**

[...] prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2014, p. 25).

Considerando que a Proteção Social Básica trabalha a prevenção às situações de vulnerabilidade e risco, este serviço visa o atendimento da pessoa com deficiência e pessoa idosa, na perspectiva da prevenção às situações de violência, abandono, isolamento, entre outros. O serviço é ofertado com equipe técnica constituída de acordo com a NOB-RH-SUAS, no domicílio do usuário, com apoio e orientação às famílias e/ou cuidadores, bem como encaminhamentos a rede socioassistenciais e demais políticas públicas, ressaltando o caráter preventivo.

2.4.2 *Proteção social especial*

A Proteção Social especial é composta pelos serviços de média e alta complexidade, devendo trabalhar na perspectiva de promover a proteção social daquelas pessoas que [...] se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2004).

- **Proteção social de média complexidade**

Os serviços de proteção social de média complexidade são destinados para famílias e indivíduos que vivenciam situações de ameaça ou violação de direitos conforme abaixo relacionados:

- ✓ **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI):**

Este serviço é ofertado essencialmente nos CREAS, e “[...] deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.” (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2014, p. 29).

O CREAS se constitui no equipamento público de referência para as entidades e organizações que desenvolvem serviços na Proteção Social Especial.

- ✓ **Serviço Especializado em Abordagem Social:**

Realiza a abordagem social e busca ativa¹⁴ nos territórios especialmente aqueles com maior incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescente, pessoas em situação de rua, entre outras situações violadoras de direitos. O trabalho poderá ser executado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) ou em Unidade Específica Referenciada ao CREAS, de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços

¹⁴ Nos termos da descrição do Serviço Especializado de Abordagem Social, a busca ativa consiste em identificar “[...] nos territórios, a incidência de trabalho infantil, exploração sexual de crianças e adolescentes, situação de rua, dentre outras. Deverão ser consideradas praças, entroncamento de estradas, fronteiras, espaços públicos onde se realizam atividades laborais, locais de intensa circulação de pessoas e existência de comércio, terminais de ônibus, trens, metrô e outros.” (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2014, p. 31).

Socioassistenciais. No município de Franca/SP, a abordagem social está em fase de reestruturação.

✓ **Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC):**

Este serviço é destinado ao atendimento e acompanhamento de adolescentes e jovens em decorrência de ato infracional, cuja medida socioeducativa em meio aberto, foi determinada judicialmente. O serviço “[...] deve contribuir para o acesso a direitos e para a ressignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens.” (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2014, p. 34).

Na Prestação de Serviço de Serviço à Comunidade (PSC) os adolescentes e jovens são encaminhados pela Vara da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente para prestar serviços na comunidade (entidades públicas ou privadas), de forma gratuita, sem prejuízo de suas atividades escolares e/ou trabalho. As atividades devem contribuir para o seu desenvolvimento pessoal e social.

No município de Franca este serviço está sendo realizado atualmente por uma entidade sem fins lucrativos, sendo o mesmo referenciado ao CREAS.

✓ **Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias:**

Serviço destinado para pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência e respectivas famílias e/ou cuidadores, consiste na:

Oferta de atendimento especializado a famílias com pessoas com deficiência e idosos com algum grau de dependência, que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidados adequados por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2014, p. 37).

No município de Franca este serviço é executado pela rede socioassistencial privada, referenciado ao CREAS, nas modalidades de: “Centro Dia” para pessoa com deficiência, “Serviço no domicílio do Usuário”, “Centro dia da pessoa idosa” e “Unidade Referenciada”.

O atendimento no Centro dia é destinado para pessoas com deficiência e idosos, com algum grau de dependência, na faixa etária de 19 a 59 anos.

Já o serviço do domicílio é realizado no domicílio do usuário, visando promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, promover acesso a benefícios e outros programas de transferência de renda, prevenir o acolhimento institucional, a segregação dos usuários, entre outros objetivos.

O serviço ofertado na modalidade de Unidade Referenciada é destinado às pessoas com deficiência com algum grau de dependência, porém sem a delimitação de idade, que ainda não conseguem se beneficiar dos serviços da comunidade, considerando a ausência de acessibilidade em suas diversas dimensões.¹⁵

✓ **Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua:**

Nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, este serviço é destinado:

[...] para pessoas que utilizam as ruas como espaço de moradia e/ou sobrevivência. Tem a finalidade de assegurar atendimento e atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, na perspectiva de fortalecimento de vínculos interpessoais e/ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2014, p. 40).

Atualmente, em Franca, esse serviço está sendo desenvolvido no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), equipamento público municipal, com a participação de outros entes federados.

O Centro Pop é referência para a população em situação de rua, na experiência de Franca, o serviço demonstra vínculos dos profissionais com os usuários, porém o mesmo é muito criticado por alguns segmentos da sociedade que possuem posturas conservadoras e querem higienizar¹⁶ a cidade.

Os mesmos são acolhidos pela equipe técnica em suas demandas, recebem orientações de forma individual e grupal, são encaminhados para serviços da comunidade e outras políticas públicas, na perspectiva do enfrentamento as situações que os levaram a utilizarem as ruas como espaço de moradia.

¹⁵ De acordo com Sasaki (2009, p. 1-2), “As seis dimensões são: arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, 2 estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).”

¹⁶ Práticas higienistas que consiste numa ação de proibir as pessoas em situação de rua de permanecerem nas ruas, praças, em locais públicos, usando muitas vezes de ação repressiva e violenta na remoção dessas pessoas.

Destacamos neste serviço a importância de garantir a segurança da acolhida com dignidade, à população em situação de rua, preservando a identidade, integridade e história de vida dos atendidos, pois ações conservadoras ainda são muito presentes em nossa sociedade, a título de exemplo, citamos o município de Franca, onde a presente pesquisa foi realizada. O preconceito e a discriminação com a população em situação de rua é tão exacerbado, que são taxados por parte da sociedade conservadora, de vagabundos, marginais e outros termos pejorativos, chegando ao extremo do legislativo do município discutir o fechamento do Centro Pop, que se constitui em um serviço público municipal, destinado à população em situação de rua.

Estas ações vêm confirmar a retórica conservadora na atualidade, em que a defesa da “ordem” e dos “bons costumes” é o anseio de uma sociedade que não se sente responsável pelas desigualdades sociais existentes, criticando parcos avanços sociais e outras conquistas civilizatórias da humanidade.

Essa reflexão nos instiga a pensar nos impactos desse conservadorismo no trabalho social, que valores estamos incorporando no trabalho profissional, em tempos de regressão de direitos, de naturalização das desigualdades, de criminalização da pobreza, de preconceitos e discriminações com a população em situação de pobreza. Qual a direção social que tem norteado o trabalho profissional? Essas indagações abordaremos no terceiro capítulo da pesquisa, em que discorreremos sobre a percepção dos assistentes sociais, sujeitos da pesquisa.

- **Proteção Social Especial de Alta Complexidade**

Os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade são destinados às pessoas que estão com vínculos familiares fragilizados ou rompidos, que necessitam de proteção integral e consistem em:

Acolhimento em diferentes tipos de equipamentos, destinado a famílias e/ou indivíduos com vínculos familiares rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral. A organização do serviço deverá garantir privacidade, o respeito aos costumes, às tradições e à diversidade de: ciclos de vida, arranjos familiares, raça/etnia, religião, gênero e orientação sexual. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2014, p. 44).

O serviço de acolhimento institucional é destinado às crianças, adolescentes, adultos e famílias, mulheres em situação de violência, jovens e adultos com deficiência e idosos. O município de Franca possui essas modalidades de acolhimento, e os serviços são ofertados em

unidades residenciais ou em unidade institucional, em ambas as modalidades devem possuir equipe técnica especializada, assegurar a convivência familiar, comunitária e social.

O que diferencia uma unidade institucional da residencial é o número de atendidos, pois a defesa é de que o serviço de acolhimento deve se assemelhar a uma residência, neste quesito a unidade residencial é a que mais se aproxima, pois, o acolhimento ocorre em uma residência com um número reduzido de atendidos. Já a unidade institucional não é uma residência, acolhe um número maior de usuários, o que dificulta um atendimento mais individualizado.

Na modalidade de acolhimento está previsto o serviço de acolhimento em repúblicas, que se destina para jovens, adultos e idosos. Este serviço tem como público, jovens que se desligam dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, adultos em situação de rua, em fase de reinserção profissional e social e idosos com potencial para conviver de forma mais independente. A cidade de Franca não possui esta modalidade de acolhimento.

Ainda na atenção às crianças e adolescentes, temos no município o serviço de família acolhedora, que consiste no acolhimento de crianças e adolescentes, afastados judicialmente da família de origem por medida de proteção, em residências de famílias que são cadastradas no programa “Família Acolhedora”. A permanência na família substituta ocorre até que seja possível o retorno para a família de origem ou encaminhamento para a adoção. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 101, parágrafo 1º:

O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade. (BRASIL, 1990).

O programa “Família Acolhedora” caracteriza-se como uma modalidade de atendimento onde a criança e/ou adolescente são acolhidos por uma família que deseja fazer parte desse serviço, portanto a acolhida é individualizada, pois a criança é recebida em ambiente familiar.

Os serviços de acolhimento institucional são ofertados para uma parcela da população com vínculos familiares fragilizados ou rompidos. Considerando a situação de pobreza da população, não raramente os familiares têm dificuldade de exercer sua função protetiva junto aos membros do grupo familiar.

O trabalho do assistente social nos serviços de acolhimento institucional devem pautar-se pelo direito, com cuidado para não culpabilizar e/ou responsabilizar as famílias pela (des)proteção de seus membros.

No âmbito da assistência social, o município de Franca avançou na implementação de novos serviços socioassistenciais, outros ainda precisam ser implementados, porém os mesmos estão sendo executados predominantemente pelas entidades da rede socioassistencial privada, ficando o poder público na gestão dos serviços, norteados pelas normativas federais.

A NOB-RH-SUAS define as equipes de referência que serão responsáveis pela execução dos serviços de proteção social, de proteção social básica e especial. Na composição dessas equipes de referência, o assistente social compõe o quadro de profissionais, já que o Serviço social caracteriza-se como uma profissão regulamentada em lei.

A referida norma disciplina que o Conselho Profissional dos profissionais que compõem as equipes de referência é o “[...] responsável pela fiscalização do exercício profissional, das condições de trabalho e do cumprimento do respectivo código de ética profissional.” (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2012, p. 30).

Neste contexto, considerando que o assistente social é um dos profissionais de nível superior que compõem a equipe de trabalhadores do SUAS, deve observar as orientações e diretrizes destas políticas, porém o que norteia o trabalho profissional é o Projeto Ético-político da profissão.

Independente do espaço de atuação do assistente social, o profissional deve buscar estratégias coletivas no trabalho social, visando ao acesso aos serviços socioassistenciais e à consolidação dos direitos sociais da população, independentemente de seu ciclo etário.

Os interesses que permeiam o trabalho do assistente social são antagônicos, historicamente foi legitimado pelo capital, na reprodução da ideologia dominante, para atender demandas individuais e pontuais da população. Considerando a autonomia profissional, a busca de estratégias coletivas, o fortalecimento da dimensão política no trabalho profissional deve fazer parte do cotidiano, rumo a uma ação transformadora, comprometida com as lutas da população, trabalhadores, por uma sociedade mais justa e igualitária.

Oportuno destacar a relevância do assistente social nos serviços socioassistenciais, seja no equipamento público ou entidade privada, pois é um profissional, com potencial crítico, que participou e participa ativamente na Política de Assistência Social. Que as referências éticas, teóricas e metodológicas da profissão possam dar direção ao trabalho profissional, rechaçando ações tecnicistas e normativas “engessadas” de políticas de governo nas diferentes esferas governamentais.

No próximo item, discorreremos sobre o reordenamento dos serviços socioassistenciais, as normativas federais e seus reflexos na execução dos serviços de proteção social no município.

2.5 O processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais

A gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é um desafio para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, considerando ser uma política que se tornou responsabilidade do Estado recentemente, pois questões que eram tratadas no campo da solidariedade, anterior a CF/88, passa a ser direto do cidadão e dever do Estado.

Apesar de toda a mobilização pela redemocratização do país, o Estado não conseguiu efetivar os direitos sociais previstos na Carta Magna, em virtude do avanço dos ideais neoliberais na década de 1990, em que o governo de Fernando Henrique Cardoso foi marcado por amplas reformas, que culminaram na desresponsabilização do Estado com as políticas sociais. A sociedade civil que já desenvolvia algumas ações pontuais junto a população no campo da filantropia, assume cada vez mais a execução de serviços socioassistenciais, via entidades sem fins lucrativos.

Pensar a política de Assistência Social no campo dos serviços e do direito num país como o Brasil, com diferenças regionais tão acentuadas, exige um esforço de todos, especialmente da área da gestão, que tem a responsabilidade de dar direção a esta política pública.

Um sistema público, único e descentralizado, com comando único das ações em cada esfera de governo é um desafio para todos os envolvidos, especialmente para o Distrito Federal e Municípios, que são os mais pressionados para a implementação e operacionalização dos serviços socioassistenciais junto à população, pois estão diretamente em contato com as demandas das mesmas.

O sistema descentralizado e participativo dá legitimidade à participação das entidades e organizações da sociedade civil na execução das políticas públicas, resultando na denominada rede socioassistencial não estatal ou ainda rede privada. Em que pese as críticas, às entidades e organizações privadas sem fins lucrativos¹⁷, é importante ressaltar que as mesmas conseguem chegar onde o Estado não alcança, desenvolvem relevantes serviços para a população.

¹⁷ Nos termos da Lei n. 9.532/1997, em seu “Art. 12, § 3º, considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.” (BRASIL, 1997).

Destaca-se que no modelo neoliberal, que vem sendo adotado a partir de 1990, o Estado tem assumido cada vez menos suas responsabilidades com as políticas sociais, portanto, de acordo com Montañó e Duriguetto (2011, p. 306), questões político-econômico-ideológica, estão sendo transformadas em técnico-operativa.

O fenômeno em questão não é, portanto, o desenvolvimento de organizações de um 'setor' em detrimento da crise de outro, mas a alteração de um padrão de resposta social à 'questão social' (típica de Welfare State), com a desresponsabilização do Estado, a desoneração do capital e a autorresponsabilização do cidadão e da comunidade local para essa função (típica do modelo neoliberal ou funcional a ele).

Assim, o “terceiro setor” é cooptado ideologicamente para executar serviços, de forma acrítica, “[...] sustentado na suposta parceria entre classes e entre sujeitos com interesses antagônicos, supostamente perseguindo objetivos comuns: o combate à fome, à miséria, a defesa do meio ambiente etc.” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 306).

Dessa forma, as entidades e organização sociais que deveriam se organizar coletivamente, juntamente com os usuários dos serviços, na defesa de serviços públicos de qualidade, se limitam a execução dos mesmos. E ainda na busca de sua “missão”, não raramente destinam contrapartida financeira, na execução de serviços de responsabilidade pública.

O SUAS tem como diretriz a “[...] primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social” (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2012), porém o Estado tem se limitado a executar somente aqueles serviços que estão tipificados de responsabilidade exclusiva do poder público, ocupando-se com a gestão e a regulação dos serviços ofertados pela rede socioassistencial privada, o que evidencia a ausência do Estado na execução das políticas públicas.

O Sistema Único de Assistência Social tem seus objetivos, princípios, diretrizes e seguranças que devem ser garantidas e ser seguidas por todos os entes federados. O Conselho Nacional de Assistência Social, que tinha por função inscrever entidades de assistência social, saúde e educação, a fim de conceder o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, a partir do ano de 2009 deixa de ter essa responsabilidade, após a publicação da Lei 12.101/2009.¹⁸

A partir de então o Conselho Nacional de Assistência Social, volta-se para as regulamentações e normativas da política de assistência social. Também em 2009 foi

¹⁸ A Lei n. 12.101/2009 “Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social.” (BRASIL, 2009).

publicada a Resolução n. 109/2009, denominada de Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, que contribuiu significativamente para a caracterização da política de assistência em todo o território nacional, momento em que todos os serviços da proteção social passam a ter o mesmo nome em todo o país, ou seja, são padronizados por esta resolução.

Esse momento foi marcado por amplas discussões em todo o país, de quais serviços se caracterizavam como de assistência social. Os Conselhos Municipais de Assistência Social, também deixaram de ter a responsabilidade de inscrever entidades que não eram da área da assistência social. Esse período gerou amplas discussões nos municípios e em Franca não foi diferente, pois todas as entidades que se caracterizavam como de assistência social deveriam solicitar nova inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social, com base nos serviços socioassistenciais que constavam na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Algumas entidades não conseguiram se “enquadrar na tipificação”, pois os serviços que desenvolviam não se encontravam tipificados. Isso provocou muitas divergências, pois algumas entidades tinham ações relevantes, porém no campo da solidariedade e algumas ações suscitaram dúvidas se eram da área da assistência social, pois não foram contemplados pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Esta resolução contribuiu no reconhecimento das entidades de assistência e aquelas que desenvolviam serviços no campo da solidariedade, não foram inscritas, já outras que possuíam serviços, mas não estavam tipificados na Resolução n. 109/2009, também saíram da área da assistência social.

Além da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, o CNAS e o MDS passaram a expedir orientações técnicas a fim de reordenar os serviços socioassistenciais, a exemplo do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV):

Por Reordenamento entende-se a unificação das regras para a oferta qualificada do SCFV, que visa equalizar/uniformizar a oferta, unificar a lógica de cofinanciamento federal, possibilitar o planejamento da oferta de acordo com a demanda local, garantir serviços continuados, potencializar a inclusão dos usuários identificados nas situações prioritárias e facilitar a execução do SCFV, otimizando os recursos humanos, materiais e financeiros. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2013b, p. 1).

A orientação a partir de então era reordenar serviços, pois muitas entidades foram inscritas, mas na percepção dos gestores da política de assistência social, os serviços

precisavam ser reordenados, pois não estavam em consonância com as diretrizes e orientações técnicas do Governo Federal. Esta pressão junto às entidades a fim de que reordenassem seus serviços provocou muitos conflitos, pois algumas entidades não conseguiram compreender o que precisava ser mudado ou ainda não reconheciam a necessidade de mudança.

As entidades e organizações da sociedade civil foram compelidas a reordenar seus serviços, na perspectiva de atender ao que o poder público estava exigindo, na execução dos serviços socioassistenciais.

Na percepção da assistente social participante desta pesquisa, o reordenamento poderia ter sido de forma mais dialogada:

No primeiro momento não houve um bate-papo, um trabalho em parceria com as entidades, foi muito de cima pra baixo, tiveram vários momentos que a entidade civil, acuada, com a 'faca no pescoço', porque esqueceram muito a questão da parceria. Era assim: "Eu mando, se vocês quiserem vocês fazem, tem que ser do meu jeito. (Dulce).

Na opinião do assistente social da gestão, o reordenamento contribuiu na reorganização dos serviços.

Eu acho que foi um momento muito importante para a gente sair, quebrar de vez com a prática anterior ao SUAS, à política de assistência social, porque assistência social cada um fazia de um jeito, aí veio o SUAS, vieram as normativas, as legislações, as orientações técnicas, mas o trabalho em si, lá na ponta, continuava muito parecido com o que era antes, cada um fazendo do seu jeito[...] (Isabel).

Isabel reconhece que foi um momento difícil, mas necessário, e que os erros não foram intencionais, no sentido de prejudicar, foram inerentes ao processo:

Eu acho que é doloroso, você reordenar assim mexe em questões que já estão acomodadas, mas eu acho que foi um processo muito importante. Acho que teve muitos erros que causaram problemas que poderiam ter sido evitados, mas que foram erros cometidos no processo. (Isabel).

A questão do reordenamento evidencia a questão mercadológica na assistência social, pois a fala de uma assistente social demonstra que ocorreu de algumas entidades perderem sua característica original, pois alteraram seus estatutos para atender as novas normativas e continuar com o financiamento.

Eu acho que teve algumas entidades que tiveram que perder um pouco da sua característica original por conta desse reordenamento de serviços e por conta delas continuarem a ser cofinanciadas. (Marcela).

Tanto os serviços realizados pelos equipamentos públicos como pela rede socioassistencial privada foram chamados a reordenar, alguns com orientações técnicas expedidas pelo Governo Federal, outros não.

O depoimento da assistente social, que trabalha no equipamento público, retrata uma questão que ainda traz muito estigma para a assistência social, pois é uma política destinada a quem dela necessitar, porém ainda existe a tendência em se considerar que é uma política que pode ser precarizada, uma vez que é “destinada para o pobre”.

Para mim o reordenamento foi uma tentativa de se colocar o público e os serviços, cada um no seu lugar, o reordenamento foi essa tentativa. Num primeiro momento a gente teve muitos tropeços, períodos em que se associou a questão da renda, depois a questão das vulnerabilidades, porque aí você via a questão como um todo e não só a questão da renda. Das questões sociais que a família estava vivendo, aí teve um período que se pensou muito nas questões das violências, daquelas pessoas mais sofridas, as crianças, os idosos, os adolescentes e de repente, se pensou que tinha que atender todo mundo. E hoje, vou começar pela básica que tem serviço de convivência para crianças, adolescentes e idosos, ela forma um público misto, apesar de que a criança e o adolescente, nosso público é da população mais empobrecida, mas de qualquer forma, principalmente no público idoso, hoje está muito misto, são classes sociais diferentes, que recebem o mesmo tipo de atendimento, o mesmo trabalho é feito com todos eles no mesmo grupo, então isso é bem interessante. (Márcia).

A profissional relata que especialmente no atendimento aos idosos(as) e mulheres, não é somente o público com vulnerabilidade econômica, pois estes segmentos estão sujeitos a outros tipos de violência. O idoso sofre com a violência patrimonial, isolamento, abandono entre outras. Já as mulheres vivenciam situação de violência exacerbada por parte do marido ou companheiro, em muitos casos de classe social alta.

Destaca-se a relevância de o assistente social fazer essa “leitura” das diversas manifestações das expressões da questão social, pois as orientações técnicas falam em público alvo prioritário, porém não excluem outros públicos. Dependendo da interpretação da norma, pelo profissional, pode haver negativa do direito, com a não inserção no serviço.

Na atualidade, verifica-se que dado à conjuntura econômica e social, os baixos salários, o emprego informal acentuado com a questão da flexibilização do trabalho, há mais demanda de famílias e indivíduos pela política de assistência social, seja em decorrência de uma situação eventual ou demanda por serviços de ação continuada.

Observa-se neste período, muitos excessos e legalismos, pois era um novo momento onde a legislação, normas e orientações técnicas eram muito recentes, dúvidas existiam e era

perfeitamente compreensível, porém havia uma pressão de que os serviços deveriam ser reordenados, alguns com orientações técnicas.

Referente às orientações técnicas e diretrizes apresentadas pelo Governo Federal, alguns profissionais veem de forma positiva, porém o assistente social não pode prescindir de um olhar crítico para essas orientações, pois a direção do Projeto Profissional do Serviço Social deveria sobrepor estas orientações.

Então é um importante instrumento para nós profissionais. Imagina saindo da faculdade agora, por onde você começa? Por outro lado ela te ajuda, são orientações técnicas, vai te dar um norte para você começar o seu trabalho. É claro que cada um vai ter o seu jeito, a sua metodologia, embora muitas orientações traz até o traçado metodológico [...]. É assim que eu vejo, muitas eu acho que me ajudaram. (Josiane).

Com a descentralização política e administrativa, os municípios têm autonomia na implementação da política de assistência, porém o gestor local da política é que dá o tom, depende do perfil do gestor, ora mais impositivo, ora dialogado. Na opinião da profissional da rede privada, o Governo Federal determina e o município executa.

O Federal acaba determinando e quem tá na base é o município que conhece a realidade e não tem muita opção, não tem muita palavra, tem que cumprir e isso, às vezes, não leva a resultados efetivos, esperados [...]. (Marcela).

A reflexão proposta referente a esse período é de que o saber profissional deixou de ser considerado, como se tudo que viesse do Governo Federal deveria sobrepor o trabalho profissional, ser seguido rigorosamente, sem uma reflexão crítica das mudanças que estavam sendo propostas e ainda com o risco do entendimento equivocado.

Todos os serviços sociaassistenciais possuem um assistente social como técnico de referência, seja do CRAS, CREAS ou da própria entidade executora dos serviços. A indagação em questão é o que norteia o trabalho profissional do assistente social?

Outra diretriz importante a considerar é o “[...] fortalecimento da relação democrática entre o Estado e sociedade civil.” (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2012). A relação deve ser mais dialógica, respeitando os múltiplos saberes e experiências. Para regular a participação da sociedade civil nas políticas públicas, foi publicada a Lei n. 13.019/2014, denominada de Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), que:

Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação [...]. (BRASIL, 2014).

Esta lei veio regulamentar as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, especialmente para contratação das entidades e organizações para execução dos serviços, programas e projetos, entre elas as entidades de assistência social. O diferencial apresentado pela norma é o “chamamento público¹⁹” para contratação da entidade candidata a desenvolver o serviço que o poder público quer implementar ou que já é realizado. O chamamento público assemelha-se a um processo licitatório, onde as entidades interessadas cumprem os requisitos do edital e concorrem entre si, visando ganhar o chamamento e realizar os serviços que o poder público deseja comprar.

Esta norma fortalece a relação mercadológica das políticas públicas onde os usuários dos serviços são tratados como mercadorias, pois se está sendo atendido por uma entidade e a mesma perde o chamamento público, para outra que teve melhor pontuação na documentação apresentada, o mesmo é “deslocado” para a outra entidade, desconsiderando o vínculo com a entidade em que era atendido.

De acordo com a Lei n. 13.019/2014, o chamamento público busca os princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, porém para os serviços da assistência social que são de ação continuada podem trazer sérias consequências, especialmente para aqueles usuários que já são atendidos em algum serviço socioassistencial.

A referida Lei traz a possibilidade da não realização de chamamento quando “Art. 30. [...] VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.” (BRASIL, 2014).

Neste contexto aquela entidade que já é contratada pelo poder público e realiza o atendimento a um público específico, poderá ser dispensada do chamamento público, sem prejuízo do cumprimento das outras exigências da Lei. No chamamento público, a entidade “B” pode ganhar o processo de chamamento para executar os serviços que a entidade “A” já

¹⁹ “Art. 2º [...] XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.” (BRASIL, 2014).

realiza. Os usuários são removidos para a outra entidade como se fossem “mercadorias”, desrespeitando a opção do usuário, o vínculo estabelecido com os profissionais da entidade onde frequentam, com o agravante que os termos de colaboração²⁰ findam. Essa situação se torna mais aviltante, quando se trata de serviços de acolhimento institucional para crianças e adolescentes e idosos.

Entendemos que a referida norma possa ser efetivada para a contratação de novos serviços ou ainda para ampliação dos serviços já existentes, mas para aqueles que já são executados, não é razoável e nem respeitoso com os usuários, essa questão deve ser analisada com muito critério pelos gestores das políticas públicas.

A gestão do SUAS frente as novas legislações é um desafio para os profissionais que estão na direção dessa política, entre eles o assistente social, que deve ter o cuidado para que as normas governamentais não sobreponha os princípios éticos do trabalho profissional.

As expressões da questão social, objeto de trabalho do assistente social acentuam a cada dia, e o assistente social se depara também com desafios na efetivação dos serviços socioassistenciais e dos direitos sociais. O Sistema Único de Assistência Social está se organizando enquanto política pública, mas os serviços não se apresentam como universais, os profissionais precisam trabalhar com público alvo prioritário, os benefícios possuem critérios de elegibilidade e ferem os princípios da dignidade humana, a reforma da previdência “assombra” todos os brasileiros, especialmente os trabalhadores, cujos direitos não chegaram a ser efetivados e já sofrem ameaças de retrocessos e o Estado se desresponsabiliza cada vez mais com as políticas públicas, seguindo a ótica neoliberal.

Frente a esse contexto, o assistente social precisa resistir, pois não existe espaço de trabalho privilegiado e para Yamamoto (2012, p. 75):

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidade para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade.

Concluimos que na sociedade capitalista, os interesses são antagônicos, na luta de classes, a burguesia busca sua hegemonia, acirrando-se forças com a classe trabalhadora, onde o capital tem se legitimado como modo de produção ideal.

²⁰ “Art. 2º [...] VII - Termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros.” (BRASIL, 2014).

Fica evidente que as políticas sociais não vão resolver as expressões da questão social, pois a situação é muito mais complexa, pois temos uma classe que concentra a riqueza e sobrevive da exploração da outra. As políticas sociais não conseguem resolver a questão das desigualdades sociais, especialmente na assistência social, que sozinha não consegue efetivar a proteção social dos que dela necessitarem, e neste sentido, não poderia prescindir de ações intersetoriais.

O Serviço Social tem importante contribuição nesse processo, considerando seu compromisso com a teoria social crítica e com um projeto profissional que vislumbra a construção de uma nova sociabilidade na perspectiva da emancipação humana. Portanto, posicionar-se criticamente e resistir a esse sistema é um desafio constante para o assistente social, na perspectiva de construção de sujeitos mais críticos e que sejam parte do processo da mudança desejada.

No próximo capítulo discorreremos sobre o trabalho profissional do assistente social no Sistema Único de Assistência Social, e os desafios e possibilidades na consolidação do Projeto Ético Político da Profissão, rumo a uma nova sociabilidade.

CAPÍTULO 3 TRABALHO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NO SUAS: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

3.1 Direção social da profissão: do movimento de reconceituação aos dias atuais

Pensar o Serviço Social a partir de seu processo histórico no Brasil permite apreender a trajetória da profissão até os dias atuais, em um movimento que não prescindiu de contradições e de diversidade de projetos, ora conservador, ora com proposta de ruptura com o conservadorismo. Aliado a esse período da profissão no Brasil, importante destacar a presença das entidades organizativas da categoria, que pensaram a formação profissional desde sua origem.

Como citado anteriormente, o Serviço Social surge da necessidade de profissionais que pudessem trabalhar visando o enfrentamento das expressões da questão social. Portanto, legitimado pelo Estado e empresas, para atender as demandas sociais dos trabalhadores e população em geral, pois as ações filantrópicas já não eram suficientes para atender a população.

A Igreja Católica tem importante participação na gênese do Serviço Social no Brasil. Na década de 1930, o Serviço Social sofre a influência religiosa com análise moralista das expressões da questão social, aliado ao sentimento cristão de servir. De acordo com Yamamoto e Carvalho (2005, p. 230), a ideologia dominante não é mais da Igreja “[...] passa a ser produzida e difundida por outras instâncias da Sociedade Civil e Política, que são monopolizadas e controladas pelos grupos e classes que mantêm o monopólio dos meios de produção.”

A Igreja não questiona o modo de produção capitalista, entende que a disfunção está no homem, em detrimento de uma apreensão crítica da realidade e se posiciona veementemente contra ao socialismo. Neste contexto o Serviço Social se desenvolve com base em valores morais e religiosos e não tem por direção a transformação social.

A sociedade apresenta seus antagonismos, onde a expansão do capitalismo monopolista contribui para o crescimento das desigualdades sociais, que requer do Estado políticas sociais para fazer frente aos “problemas sociais”, o qual busca no Serviço Social contribuição para o enfrentamento desta questão.

As expressões da questão social, manifestadas através da insurgência, resistência e organização dos trabalhadores, são consideradas como “desajustes” dos indivíduos, portanto, a ação do Serviço Social estava voltada para trabalhar com os indivíduos na perspectiva do respeito à ordem social vigente, associada às ações de cunho moral e religiosa; as

desigualdades sociais são naturalizadas, dispondo a sociedade de agentes sociais, abnegadas e dedicadas em servir ao próximo.

Depreende-se que ações conservadoras e moralizantes estão presentes no período, associadas à ausência da análise de conjuntura econômica, política e social, ocultando as divergências entre as classes sociais, responsabilizando os sujeitos sociais pelos seus infortúnios e dando ao Serviço Social a aparência de ação humanizada e desprovida de interesses.

A partir de 1945, com o fim da era do Governo de Getúlio Vargas, década de 1950 e início de 1960 o país vivenciou um período de estímulo ao desenvolvimento industrial, com governos populistas, maior abertura à redemocratização do país, concessões na área trabalhista garantidas na Constituição Federal de 1946.

De acordo com Couto (2010), no governo de Dutra os trabalhadores foram duramente reprimidos, fortalecendo o retorno de Getúlio Vargas, via eleição direta, que manteve seu controle junto aos trabalhadores com políticas trabalhistas, porém sua característica repressiva permanecia.

Em 1954, com a morte de Getúlio Vargas, os governos que o sucederam tinham forte apelo ao nacionalismo desenvolvimentista, especialmente Juscelino Kubitschek e João Goulart, que “[...] definia a orientação político, econômica e social para o desenvolvimento do Brasil, pretendendo desenvolver 50 anos em cinco anos.” (COUTO, 2010, p. 109-110).

Os anos subsequentes foram marcados por mobilizações dos sindicatos, de trabalhadores, resultando em parcos avanços na área trabalhista, considerando os movimentos sociais, inclusive de trabalhadores rurais, que não tinham seus direitos garantidos. Com as reformas pretendidas, o governo de João Goulart enfrentou muitas resistências dos segmentos conservadores, que foram acentuando, culminando no golpe militar de 1964, apoiado pelo movimento anticomunista, oligarquias rurais e exército.

Nos períodos de 1940 a 1960, alguns direitos foram efetivados, especialmente na área trabalhista, para outros havia a previsão constitucional, mas não foram consolidados, considerando a característica repressiva dos governos. As políticas sociais eram pontuais, destinadas a um público específico, insuficientes para as demandas da população. Os anos 1950 e 60 foram marcados pela ideologia desenvolvimentista, denominada de desenvolvimentismo.

A política desenvolvimentista, caracterizava-se pela retórica de que “[...] na ideologia desenvolvimentista o crescimento econômico passa a constituir solução para os problemas da nação, interessando a todos e a todos beneficiando com seus frutos”. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005, p. 356).

As técnicas do Desenvolvimento de Comunidade (DC) passam a ser utilizadas no Brasil, sob influência dos Estados Unidos, que foram incorporadas na política “assistencial” do Estado. A “participação” dos sujeitos sociais e a psicologização das relações sociais (foco no indivíduo), somadas a não apreensão das interferências das questões econômicas e sociais, manifestas nas expressões das questões sociais, marcaram este período.

Para Abreu (2011, p. 119) “[...] as funções pedagógicas desempenhadas pelo assistente social no âmbito da mobilização e participação populares nutrem-se da pedagogia autoritária dominante difundida pelo projeto de modernização conservadora.”

O Serviço Social amplia sua área de atuação no Desenvolvimento de Comunidade, despertando nos profissionais a criticidade sobre o trabalho profissional e os processos educativos desenvolvidos pelo mesmo, conforme apresentado por Iamamoto e Carvalho (2005, p. 357) a “[...] renovação de idéias, valores e orientações de comportamento” emanadas da nação hegemônica, as técnicas de DC, ao serem incorporadas pelo Estado, passam a se colocar como problema básico para o Serviço Social.”

A profissão busca repensar novas estratégias teórico-práticas, na perspectiva da organização dos setores populares. Porém, o período da ditadura militar foi marcado pelo autoritarismo, arbitrariedades, violação de direitos e regime de exceção. Os movimentos mais progressistas no campo da educação popular, entre eles a proposta pedagógica de Paulo Freire, são reprimidos pelo golpe militar, sendo retomados a partir da década de 1970.

O Serviço Social teve sua origem no pensamento conservador, se desenvolve nele, e segundo Iamamoto (2013, p. 36), após 1964, a profissão vivencia uma atualização da herança conservadora:

Essa atualização se manifesta em mudanças no discurso, nos métodos de ação e no projeto de prática profissional diante das novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital, para atender às exigências da política de desenvolvimento com segurança. Traduz-se numa modernização da instituição Serviço Social.

A profissão busca rever a ação técnica operativa, frente a esse modelo político que associou repressão e controle dos trabalhadores, considerando que o período não era favorável à crítica ao sistema econômico e político. As políticas sociais tinham por finalidade amenizar as tensões sociais, considerando a perda das liberdades, o autoritarismo, traduzido na censura, prisão, tortura, com perseguição àqueles que apresentavam divergências ideológicas e políticas.

De acordo com Iamamoto (2013, p. 36), o Serviço Social busca o aperfeiçoamento da profissão, do “[...] instrumental operativo, com as metodologias de ação, com a busca de padrões de eficiência, a sofisticação de modelos de análise, diagnóstico e planejamento [...]” ratificadas nos Seminários de Araxá e Teresópolis, realizados nos anos de 1967 e 1970 respectivamente, registrado nos ‘Documentos de Araxá’ e ‘Documentos de Teresópolis’.²¹

O Serviço Social, que se valia das ciências sociais, passa por um processo crítico de seu fazer profissional e procedimentos metodológicos. A influência da ideologia desenvolvimentista, em que a profissão se limita ao aperfeiçoamento técnico-instrumental, contribui para a atualização da herança conservadora.

As manifestações que expressam a intenção de ruptura com o conservadorismo no Serviço Social “[...] coincidem com a intensificação da radicalização política que marca o período final do pacto populista e tem por desfecho uma expressiva mudança na correlação de forças com o golpe de 1964.” (IAMAMOTO, 2013, p. 40).

A organização dos trabalhadores, o posicionamento de parte da igreja e questionamentos políticos fomentam nos assistentes sociais a iniciativa de rever o fazer profissional do Serviço Social, que não se concretiza em curto prazo.

A busca pela ruptura com o conservadorismo provoca a reflexão dos profissionais sobre a vertente modernizadora, pois a mesma não rompe com o conservadorismo da profissão.

A reconceptualização é, sem qualquer dúvida, parte integrante do processo internacional de erosão do Serviço Social ‘tradicional’ e, portanto, nesta medida partilha de suas causalidades e características. Como tal, ela não pode ser pensada sem a referência ao quadro global (econômico-social, político, cultural e estritamente profissional) em que aquele se desenvolve. (PAULO NETTO, 2011, p. 146).

Nesta perspectiva o Movimento de Reconceituação do Serviço Social tenciona o trabalho profissional voltado para a análise mais ampla do subdesenvolvimento, considerando as questões sociais, econômicas e políticas e como as mesmas incidem na vida das pessoas. Esse processo de ruptura requer do assistente social uma análise das contradições sociais, seus fatores determinantes, de forma que se coloque a serviço das classes subalternas.

Esse movimento não pode ser endógeno à profissão, deve ocorrer nas relações políticas e sociais, que se expressam de forma mais amplas na sociedade, onde os interesses das classes dominantes divergem da classe trabalhadora.

²¹ Esses Seminários, que tiveram repercussão no processo de renovação do Serviço Social, porém numa perspectiva modernizadora, o que pode ser consultado em Paulo Netto (2011).

[...] o profissional é mobilizado na implementação de políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional, contraditoriamente, reproduz, já que tende a ser cooptado por uma das forças em confronto. Essa compreensão é básica para tornar possível que o Assistente Social faça uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade e supere as ilusões de um fazer profissional que paira “acima” da história. (IAMAMOTO, 2013, p. 40).

Essa postura exige do profissional conhecimento teórico-metodológico e da realidade social, pois não raramente, a mesma apresenta-se metamorfoseada e a possibilidade do profissional cair em armadilhas do tecnicismo, de legalismos, com ações norteadas pelo senso comum²² se torna um risco eminente no cotidiano profissional.

O Movimento de Reconceituação aproxima o Serviço social com o pensamento marxiano, que de acordo com Paulo Netto (2011, p. 149) ocorreu com alguns equívocos, “[...] entretanto – e não há que perder de vista este aspecto –, o principal é que, a partir de então, criaram-se as bases, antes inexistentes, para pensar-se a profissão sob a lente de correntes marxistas [...]”, passando então o pensamento de Marx, a fazer parte do universo do Serviço Social.

O Serviço Social é repensado criticamente na perspectiva do pensamento marxista, questionando a sociedade capitalista e seus antagonismos, com a firme proposta de um Serviço Social combativo, em defesa de uma nova sociabilidade. Esse movimento tem contradições, não ocorre de forma homogênea, mas ainda assim, discute a ruptura com o tradicionalismo da profissão, a criação de um novo projeto profissional para o Serviço Social, comprometido com as classes subalternas, por uma nova ordem societária, bem como a reformulação da formação profissional, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e trabalho profissional.

Para Iamamoto (2012), a aproximação com o pensamento marxista “[...] contribuiu decisivamente para um processo de ruptura teórica e prática com a tradição profissional [...]” embora o “Movimento de Reconceituação” tenha sido permeado por muitas divergências.

Com a crise da ditadura, o Serviço Social se expande em nível nacional, inclusive no meio acadêmico e se fortalece na luta pela redemocratização do país, juntamente com os movimentos sociais e trabalhadores, contribuindo com a profissão na construção de seu projeto ético político.

²² “Enquanto expressão ideológica, o senso comum remete a um sistema de crenças e valores que, tomados separadamente, não passam de uma visão fragmentada do real, sem qualquer coerência.” (SIMIONATTO, 2009, p. 43-44).

Contribuiu ainda nesse processo de amadurecimento da profissão, o III CBAS (1979), conhecido como o “Congresso da Virada”, em que os assistentes sociais se fortalecem politicamente e se unem à luta dos trabalhadores, contra todas as formas de opressão e exploração. A profissão fortalece suas bases teóricas e políticas organizativas, contribuindo para um Serviço Social mais crítico, comprometido com os trabalhadores e com a redemocratização do país.

Na década de 1980 para 1990, o Serviço Social avança na construção do seu projeto profissional, norteado pela teoria social crítica, passando por um processo de amadurecimento que contribuiu para o movimento de ruptura com o conservadorismo da profissão e a elaboração de uma nova proposta, construída coletivamente. Teve participação ativa na elaboração das principais políticas públicas, com destaque para a assistência social, que a partir de 1988 se consolida como política pública de direito.

Nesse processo histórico a profissão avança na produção de conhecimento, e de acordo com Yazbek (2016, p. 21):

[...] na Pós-Graduação, o Serviço Social brasileiro vai desenvolver-se na pesquisa, estabelecer o diálogo e se apropriar do debate intelectual contemporâneo no âmbito das ciências sociais do país e do exterior, obtendo o respeito de seus pares no âmbito interdisciplinar, alcançando visibilidade da interlocução com as ciências sociais e humanas.

Ainda na percepção da autora, os profissionais de Serviço Social deixam de ser apenas executores das políticas sociais e passam a ocupar o campo do planejamento e gestão, num contexto de acentuadas desigualdades sociais. Compreender a conjuntura econômica e política pelo qual passa o país é fundamental para pensar as estratégias de trabalho do assistente social junto à população usuária.

A política de estabilização da economia, o avanço dos ideais neoliberais, a desresponsabilização do Governo com as políticas sociais e especialmente com a política de assistência social, traz para o Serviço Social novos desafios, seja na gestão, proposição, elaboração e execução de serviços.

As políticas sociais têm se configurado em importantes espaços ocupacionais, assim os assistentes sociais, norteados pelo seu projeto ético-político, têm lutado por uma sociedade mais justa e igualitária, mediação importante rumo à transformação social.

Indagados sobre o que norteia e dá parâmetro para o trabalho profissional, os assistentes sociais participantes da pesquisa se manifestaram de diferentes formas:

Eu acho que a primeira coisa que norteia é minha formação profissional, que apesar de ter ocorrido há tantos anos, em 1984, faltava muita coisa da assistência social mas eu acho que trouxe princípios, eu acho que o código de ética. Então primeiro a minha formação, ainda que há muito tempo, mas que foi importante, tive bons professores, eu estudei muito, eu li muito; o Código de Ética, eu acho que ele tem que estar sempre ali presente na atuação e depois as normativas, as legislações, as leituras, as conversas com todos profissionais, a troca de experiência, eu acho que é isso. (Isabel).

Importante observar que a formação profissional vem em primeiro lugar, depois a menção ao Código de Ética, seguido das normativas e legislações da política de assistência social. Neste sentido ressalta-se a importância da formação profissional, dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos na graduação, motivo de preocupação na atualidade, considerando o aligeiramento dos cursos de graduação, especialmente o ensino a distância (EaD).

No depoimento de outra profissional, é possível perceber que a teórica que embasa o trabalho profissional não converge com o Projeto Profissional do Serviço Social.

Já há alguns anos eu busquei outra formação, busquei a teoria sistêmica. Já fiz um curso na teoria sistêmica e hoje eu faço parte de um grupo de estudos que estuda a teoria sistêmica. Então hoje é isso que está me norteando. Eu gosto da teoria, eu acho que ela te dá um respiro. Você passa a entender as coisas de uma maneira mais completa, sem culpabilização. Ela permite que você veja o ser humano de outra forma e que você se veja de outra forma, enquanto profissional, enquanto pessoa, então hoje eu gosto dessa teoria. (Marcela).

Observa-se que embora a profissão tenha vivenciado um amadurecimento teórico e político, essa materialização fica prejudicada no cotidiano profissional, considerando que as mediações teóricas, éticas e políticas, necessárias ao trabalho profissional, não são incorporadas por todos os profissionais.

O que norteia o trabalho profissional no depoimento de outra entrevistada:

Acho que um pouco do que a gente estudou, a gente precisa das teorias que nos embasam quanto às concepções, até para dar o seu norte profissional, embora faz muito tempo, mas querendo ou não a gente está sempre lindando com as questões teóricas, as concepções conservadoras... Mas no dia a dia todo esse arcabouço que a gente tem da política, o assistente social não trabalha só o que é específico da área dele, tem que buscar, porque a gente tem que estar conversando com as outras políticas, com a saúde, educação, então tudo tem uma interface. (Josiane).

O profissional faz referência à formação profissional, seguido da política da assistência social, a direção social da profissão pode ficar fragilizada, especialmente se o trabalho for norteado pela política pública.

Importante ainda considerar, a importância dos órgãos profissionais, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), que foram relevantes na regulamentação do Código de Ética Profissional do Assistente Social, bem como na Lei que regulamenta a profissão, ambas no ano de 1993. A Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) teve também importante atuação na revisão das diretrizes curriculares no que diz respeito à formação profissional.

Na percepção de Barroco e Terra (2012, p. 48), “[...] a conjuntura da democratização da sociedade brasileira nos anos de 1980, favoreceu os avanços do Código de Ética, pois aconteceu no contexto de reorganização política dos trabalhadores, dos movimentos sociais e da categoria profissional.” De acordo com as autoras o mesmo não aconteceu em 1993, por ocasião de sua aprovação, pois o cenário político e econômico era outro.

O atual Código de Ética do/a assistente social buscou apoio na Teoria social de Marx, e de acordo com Barroco e Terra (2012), o mesmo inscreve a ética e os valores no âmbito da *práxis*, pois é na ação prática que os homens se comportam eticamente e constroem valores.

Importante refletir sobre que valores estamos incorporando no trabalho profissional, face à direção social proposta pelo “[...] projeto profissional radicalmente inovador e crítico, com fundamentos históricos e teórico-metodológicos hauridos na tradição marxista, apoiado em valores e princípios éticos radicalmente humanistas[...]” (IAMAMOTO, 2013, p. 4), considerando a dominação de classes, a concentração da riqueza, a exploração do trabalhador, tão presente na sociedade capitalista.

O Projeto Profissional proposto pela categoria requer dos assistentes sociais uma ação norteada pela teoria social crítica e que tenham um posicionamento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo referenciado nessa teoria, pois se constitui a única via para a ruptura com o conservadorismo da profissão e para a busca de uma nova sociabilidade, que seja capaz de superar a exploração do homem pelo homem e as crescentes desigualdades sociais impostas pelo sistema capitalista.

Refletir sobre mediações necessárias no trabalho profissional é um desafio para os assistentes sociais, na busca de estratégias para que nos espaços ocupacionais possam materializar os referenciais ético-político e teórico-metodológico, transformados em

conhecimentos e habilidades no cotidiano profissional. Tornar o projeto profissional hegemônico entre os assistentes sociais é um dos caminhos para que a profissão possa avançar na superação do conservadorismo e na busca por uma nova sociabilidade.

3.2 Competências profissionais e mediações que norteiam o trabalho profissional

Pensar o Serviço Social e sua trajetória histórica é reconhecer que a profissão passou por um processo de amadurecimento especialmente em relação aos seus referenciais teóricos, éticos e políticos, essenciais na sustentação da profissão. Essa maturidade não isenta a profissão de seu caráter contraditório, representado nos antagonismos das classes sociais.

O Assistente social, como trabalhador especializado, inserido na divisão sócio técnica do trabalho, vende sua força de trabalho ao empregador, para atender às requisições institucionais, porém com a finalidade de responder às demandas das classes subalternas, portanto possui relativa autonomia, pois:

Responde tanto a demandas do capital como do trabalho, e só pode fortalecer um ou outro polo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo desses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o motor básico da História. (IAMAMOTO, 2013, p. 116).

Estar ciente desse caráter contraditório é importante para o profissional, que vai imprimir em seu trabalho cotidiano a direção social para sua ação, que pode ou não estar em consonância com o projeto profissional do Serviço social. O Código de Ética do/a Assistente Social (CE) prevê “[...] ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções.” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 153).

Autonomia profissional significa independência técnica no trabalho profissional, pois considerando as questões éticas, políticas e técnicas do trabalho do assistente social, não pode ter interferência:

A autonomia técnica é aspecto, por outro lado, que possibilita ao profissional manter sua capacidade crítica e absoluta independência na sua atividade profissional, sem se submeter a imposições ou determinações autoritárias, infundadas, incompatíveis em relação ao seu fazer profissional ou mesmo com suas atribuições e competências inerentes ao seu conhecimento e que não sejam coerentes com os princípios firmados no Código de Ética Profissional. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 153).

De acordo com a autora, a autonomia profissional também pode ser conquistada na organização coletiva dos profissionais, na competência profissional para buscar mediações e reconhecimento no trabalho cotidiano.

No desenvolvimento de seu trabalho, o assistente social utiliza-se de instrumentos e meios que possibilitarão o alcance de suas finalidades. Um dos principais instrumentos de trabalho do assistente social é a linguagem, que no trabalho cotidiano, poderá ser utilizada na perspectiva de desenvolver suas atividades voltadas aos interesses da população usuária, conforme aponta Iamamoto (2013, p. 116):

[...] o assistente social dispõe de relativa autonomia no exercício de suas funções institucionais, o que se expressa numa relação singular de contato direto com o usuário, em que o controle institucional não é total, abrindo a possibilidade de redefinir os rumos da ação profissional, conforme a maneira pela qual ele interprete o seu papel profissional.

Outra questão importante que interfere no trabalho profissional, refere-se ao “[...] recorte das políticas definidas pelos organismos empregadores, que estabelecem demandas e prioridades a serem atendidas.” (IAMAMOTO, 2015, p. 421).

Estas interferências podem ser derivadas de instituições privadas ou públicas. As políticas sociais, especialmente a assistência social, através de suas orientações técnicas, têm determinado as condições, público, critérios de elegibilidade para a inserção no serviço socioassistencial. Cabe ao assistente social apropriar-se de seu código de ética profissional e da Lei de Regulamentação da profissão que estabelece as atribuições profissionais, bem como se fortalecer em espaços representativos dos trabalhadores, para fazer frente a essas determinações.

Assim, ter clareza das atribuições profissionais e identificar as possibilidades e alternativas concretas nos espaços de trabalho do profissional é essencial na busca da autonomia e na superação dos limites encontrados. Importante, ainda, o profissional se fortalecer junto à categoria e buscar sustentação nas dimensões ética-política e teórico-metodológica, que dão direção ao trabalho profissional.

Destaca-se que a sustentação teórica, ético-política não isenta os profissionais de conflitos, pois trabalham com projetos societários divergentes, que não raramente colidem com o projeto profissional.

É essencial que na ação cotidiana o profissional tenha conhecimento do seu objeto de trabalho, dos meios para auxiliar a realização do mesmo, para pensar as alternativas que possam objetivar a ação. É esperado, ainda, do profissional, o conhecimento da realidade bem

como das dimensões que norteiam a ação, visando imprimir competência técnica-operativa para o trabalho junto à população usuária.

Neste contexto, a mediação entre apreensão da realidade, fundamentos da profissão e trabalho profissional são essenciais na ação profissional, resultando na autonomia do assistente social frente os inúmeros desafios no trabalho cotidiano.

Observa-se no depoimento da assistente social, a tensão entre formação acadêmica e trabalho profissional:

[...] então o que eu sinto é, primeiro que a universidade não te prepara tanto para o mercado de trabalho, então tem um embate, tem um impacto muito grande da atuação, do seu histórico dentro da Universidade, do seu conhecimento, que é imposto a você, você pesquisa, com a atuação, a prática, porque dentro do SUAS você lê as designações é lindo, é perfeito, porém na atuação você encontra muitos embates, conservadorismo ao extremo, há profissionais formados há muito tempo que não se atualizam, enfim [...]. (Cecilia).

Pensar na autonomia profissional supõe considerar, além do conhecimento teórico, a visão de mundo os valores e crenças que dão sustentação para o exercício profissional. A percepção de que existe uma lacuna na formação acadêmica, também deve ser considerado diante do aligeiramento da formação, especialmente com o processo de mercantilização do ensino superior e dos cursos de Educação a Distância (EaD).

No exercício do trabalho profissional não há ação construída a priori, é no cotidiano que o assistente social vai construindo mediações, inerentes à profissão e ao campo de atuação, visando o enfrentamento das questões que se apresentam em seu trabalho, pois é um profissional que possui embasamento teórico, pois passou pelo processo de formação acadêmico em Serviço Social.

A busca pelo conhecimento é uma das mediações importante para o assistente social em sua trajetória profissional, o mesmo pode ser construído junto aos grupos de estudo e pesquisa, nos programas de extensão universitária, de especialização, de pós-graduação, entre outros. Essa proximidade com a universidade fortalece o profissional, pois extrapola a esfera individual, possibilitando conhecer a experiência de outros profissionais e a construção de projetos coletivos, que fortaleçam a organização popular e movimentos sociais.

Na percepção de Abreu (2011, p. 145): “As instituições universitárias passam a constituir na referida conjuntura espaços privilegiados para o desenvolvimento de experiências alternativas comprometidas com os interesses das classes subalternas.” Assim, a

proximidade com o universo acadêmico também proporciona condições objetivas para o fortalecimento da autonomia profissional.

Ciente de seu projeto profissional e de seu compromisso com a luta geral dos trabalhadores, o assistente social vai buscar mediações, a fim de atender às múltiplas expressões da questão social. Relevante, ainda, considerar a primazia do Estado na gestão e condução das políticas sociais, portanto deve garantir as condições necessárias para que os profissionais possam exercer seu trabalho na perspectiva dos direitos sociais.

E ao profissional cabe o compromisso com o Código de Ética do assistente social, que espera “Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional.” (BARROCO; TERRA, 2012, p. 130).

3.3 O trabalho do assistente social nos equipamentos públicos e entidades da rede socioassistencial privada: projeto profissional e projeto institucional

Neste item discorreremos sobre o trabalho do assistente social no SUAS, nos serviços de proteção social, em seus níveis de complexidade, nos equipamentos públicos e entidades da rede socioassistencial privada.

A partir da CF/88 a assistência social compõe a seguridade social e é reconhecida como política pública, no campo dos direitos sociais, porém esse direito não se concretiza na vida da população. A luta pela regulamentação desta política foi objeto da ação de muitos assistentes sociais, nos diversos espaços representativos, como conferências, fóruns, entre outros.

A Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), foi aprovada somente em 1993, porém de acordo com Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010, p. 186) “[...] a sua implementação revelou uma acentuada tendência à focalização, seletividade e fragmentação, comprometendo o princípio de universalidade, continuidade e sistematicidade das ações.” Algumas destas tendências permanecem até os dias atuais.

A assistência social se estrutura enquanto política pública, porém não sem resistências, dados aos ajustes econômicos e políticos ocorridos na década de 1990, especialmente no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), sob influência de organismos internacionais. A própria Lei Orgânica da Assistência Social sofre diversas alterações no governo de FHC, que foram contestadas em conferências, fóruns e outros espaços de participação social.

Neste contexto, a assistência social se configura como política compensatória, como forma de enfrentamento das expressões da questão social, na perspectiva da gestão das desigualdades sociais, conforme a noção de equidade do Banco Mundial:

Como explicitado no Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial de 2006, do Banco Mundial, o objetivo das políticas pró-equidade não é a igualdade das rendas, mas a expansão do acesso por parte das pessoas de baixa renda, aos cuidados da saúde, educação, emprego, capital e direitos de posse da terra. (MOTA; MARANHÃO; SITCOVSKY, 2010, p. 188).

Diante do exposto, a política de assistência se dá de forma compensatória, sem perspectiva de enfrentamento das desigualdades sociais. Neste contexto, a proteção social não se configura exclusividade da política de assistência social, mas faz parte, juntamente com outras políticas públicas.

No que diz respeito aos serviços socioassistenciais, observa-se que o público que tem se utilizado dessa política, não se restringe à população com alto índice de pobreza e desempregados, pois a vulnerabilidade de uma família ou indivíduo não se restringe à renda.

A assistência social no município de Franca está organizada em serviços para crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos(as), nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, em seus níveis de complexidade (básica e especial de média e alta complexidade).

Neste sentido, o SUAS tem se traduzido em espaços de trabalho do assistente social, considerando ser uma profissão especializada, inserida na divisão social e técnica do trabalho. Assim, desenvolve seu trabalho junto aos equipamentos públicos e também na rede socioassistencial privada, haja vista a desresponsabilização do Estado na execução das políticas públicas, sendo esta uma tendência da seguridade de acordo com Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010, p. 183):

Emergência de novos protagonistas, tais como a empresa socialmente responsável, o voluntariado, com suas práticas congêneres que amparam a redefinição da intervenção do Estado, agora atrelada à capacidade de participação da sociedade civil. Esta tendência reforça a proposta de um Estado-gerente com limitada capacidade operacional, posto que depende dos seus parceiros para executar os programas e projetos sociais, como é o caso do denominado terceiro setor.

Essa tendência é confirmada no município de Franca/SP, pois os serviços implementados nos últimos anos, foram realizados exclusivamente através da parceria das entidades e organizações da sociedade civil. A exceção está nos CRAS, CREAS, Centro Pop e

Família Acolhedora, que se constituem execução e gestão do município, nos termos do Plano Municipal de Assistência Social.²³ Destaca-se que os programas, projetos e benefícios da área da assistência social não foram objeto de estudo nesta pesquisa, que se limita ao trabalho do assistente social desenvolvido nos serviços socioassistenciais de Franca/SP.

Dos serviços realizados na Proteção Social Básica, temos assistentes sociais trabalhadores no poder público, nas cinco unidades de CRAS que executam o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Famílias (PAIF), localizados na cidade de Franca/SP, distribuídos nas regiões norte, sul, leste, oeste e centro. Neste mesmo nível de proteção, temos assistentes sociais nos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes; Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos e Serviços de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosos.

Já nos Serviços de Proteção Social Especial de média complexidade, os assistentes sociais atuam nos equipamentos públicos, entre estes, o CREAS que executa o Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). Em Franca existem dois CREAS, sendo um localizado na região central e outro no bairro Moema. Além do CREAS, o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), em parceria com a rede privada; Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (CENTRO POP), que realiza também o Serviço de Abordagem Social.

Na rede socioassistencial privada, os profissionais estão atuando no Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência Idosas e suas Famílias; Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), nas modalidades: Domicílio do Usuário, Centro Dia da Pessoa Idosa, Centro Dia da Pessoa com Deficiência e modalidade de Unidade Referenciada (atendimento à pessoa com deficiência que não se constitui público do Centro dia da Pessoa com Deficiência). Cabe ressaltar que este serviço reúne diversas modalidades de execução, podendo ainda ser executado pelo CREAS, caso haja interesse do município.

Nos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, executados pela rede socioassistencial privada, os assistentes sociais estão trabalhando nos Serviços de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente, na modalidade de abrigo institucional e Casas lares; Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, na

²³ O Plano Municipal de Assistência Social (2014-2017) é um documento que trata do planejamento, organização, definição de ações e metas a serem desenvolvidas na política de assistência no município de Franca.

modalidade abrigo institucional; Serviços de Acolhimento Institucional na modalidade Residência Inclusiva; Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias na modalidade abrigo institucional; Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência.

Na alta complexidade, o poder público executa o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes na modalidade de Acolhimento em Família Acolhedora.

QUADRO 1 - Síntese – espaços ocupacionais do assistente social nos serviços socioassistenciais em Franca/SP

Nível de proteção	Nome do Serviço de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais	Público	Privado
Proteção Social Básica	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);	X	
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – Crianças e adolescentes ²⁴ ;		X
	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – para idosos;		X
Proteção Social Especial:	Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.		X
Média Complexidade	Serviço de Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI)	X	
	Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua (Centro Pop)		X
	Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)		X
	Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência Idosas e suas Famílias, nas modalidades: Domicílio do Usuário, Centro Dia da Pessoa Idosa, Centro Dia da Pessoa com Deficiência e modalidade de Unidade Referenciada (atendimento à pessoa com deficiência que não se constitui público do Centro dia da Pessoa com Deficiência).		X
Alta Complexidade	Serviços de Acolhimento Institucional para Criança e Adolescente, na modalidade de abrigo institucional e Casas lares		X
	Serviços de Acolhimento Institucional na modalidade Residência Inclusiva		X
	Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias na modalidade abrigo institucional		X
	Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos, na modalidade abrigo institucional		X
	Serviço de Acolhimento Institucional para Mulheres em Situação de Violência.		X
	Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes na modalidade de Acolhimento em Família Acolhedora	X	

Fonte: Elaborado por Ernestina Maria da Assunção Cintra.

²⁴ Na equipe técnica dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, de acordo com as orientações técnicas, não existe a necessidade do profissional de Serviço Social, porém algumas entidades, contrataram o assistente social por entender que este profissional é essencial no serviço.

Destaca-se que todos os serviços executados pela rede socioassistencial privada são referenciados²⁵ aos CRAS e CREAS, de acordo com seus níveis de complexidade.

No quadro apresentado é possível verificar a predominância da oferta dos serviços socioassistenciais pela rede privada, o que comprova a desresponsabilização do poder público com a execução dos serviços socioassistenciais.

O SUAS traz em suas diretrizes estruturantes a “[...] primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social.” (BRASIL, 1993a). O entendimento é de que a centralidade na condução das políticas sociais é de responsabilidade do Estado, portanto, o mesmo está se confirmando como gestor desta política, ou ainda de acordo com Mota, Maranhão e Sitcovsky (2010, p.183) “[...] Estado-gerente com limitada capacidade operacional [...].”

Fica evidente a ausência do Estado na execução direta da política de assistência social, pois o mesmo “compra” os serviços das entidades privadas sem fins lucrativos/econômicos via chamamento público, pois o Estado não tem condições de assumir sua execução, mediante a justificativa de que está impedido de aumentar seu quadro de profissionais em decorrência da lei de responsabilidade fiscal.

Observa-se neste contexto, que as entidades sociais que poderiam se fortalecer na organização coletiva, enquanto movimento social de defesa de direitos sociais, estão se restringindo a executarem serviços públicos.

O projeto neoliberal se fortalece na década de 1990, privilegiando a política econômica em detrimento dos direitos sociais, que para Yamamoto (2015, p. 149) há “[...] uma inversão e uma subversão: ao invés do direito constitucional impor e orientar a distribuição das verbas orçamentárias, o dever legal passa a ser submetido à disponibilidade de recursos.”

Assim, os gastos com políticas sociais são contingenciados, substituídos por programas pontuais, fragmentados, com base nos mínimos sociais, destinados à população em situação de extrema pobreza, em detrimento da universalidade do atendimento.

O reflexo desse posicionamento por parte do Estado, reflete no atendimento direto à população. Buscamos saber junto aos profissionais se as requisições institucionais incidem no trabalho profissional e no atendimento das demandas da população usuária.

Tem, tem entraves que não é possível. Quando você vê limitações no número de atendimento, algumas profissionais se demonstram mais angustiadas com isso, na medida que ela não consegue atender todos, são regiões enormes, é

²⁵ Serviço referenciado indica que ele é articulado com os equipamentos públicos, ou seja, os CRAS e CREAS, considerando que os mesmos são referência para a população na política de assistência social e acompanham as entidades que desenvolvem serviços socioassistenciais em seus territórios.

uma população grande, uma demanda muito grande e não dá para atender todo mundo. Você precisa estar negando um atendimento que é direito, isso em relação à benefícios, em relação à programas e serviços. Então eu acho que interfere sim. São demandas que a gente precisaria para estar atendendo, é direito da população, toda a população da cidade que estiver em algum momento em uma vulnerabilidade, um risco, ela precisa ter esse atendimento da assistência e a gente não tem condições de atender. E é a instituição que estabelece, na medida em que a Prefeitura de Franca só tem condições de ter cinco CRAS e não tem as condições de ter as equipes mínimas, ainda que mínimas seriam insuficientes, eu acho que reflete sim, a população deixa de ter acesso a um direito que só teoricamente está assegurado. (Isabel).

Observa-se na fala da entrevistada, que o não atendimento aos direitos da população gera angústia nos profissionais, considerando que a prioridade não está centrada nas políticas sociais, conforme afirmativa de Iamamoto (2015), que discorre sobre a inversão de valores, em que o direito constitucional se submete à disponibilidade orçamentária.

As parcerias com organizações da sociedade civil se configuram numa forma de desoneração do poder público com a coisa pública, transferindo a execução de serviços públicos para as entidades e organizações privadas, que também não conseguem garantir os direitos sociais na sua plenitude. Na percepção da profissional as requisições institucionais interferem no trabalho profissional.

Acaba interferindo sim. Por mais que você tenha uma linha que você siga, que você acredita no trabalho, mas tem a questão da instituição, dos dirigentes da instituição, que não compactuam com aquilo. Eles tem outra ideia, outra forma de pensar, então isso conflita. conflita porque a gente luta para dar uma cara para a assistência, assistência como direito, com os princípios que regem, porém, os dirigentes da entidade tem uma outra visão. Geralmente a entidade nasce de uma necessidade religiosa, de se fazer o bem, na perspectiva mais da filantropia, às vezes choca. (Marcela).

Os espaços ocupacionais são permeados por tensões e desafios, o assistente social deve estar atento à direção social da profissão e ter sua ação norteada por uma apreensão crítica da realidade, em consonância com as concepções teórico-metodológica e ético-política, como medições essenciais na defesa incondicional da democracia, dos direitos sociais da população atendida, na perspectiva de uma nova sociabilidade.

[...] a gente avança e pode comungar ou colidir de acordo com quem está na direção, com a proposta que traz. Então em alguns momentos nós vamos somar e em outros momentos a gente vai ter que recuar, porque não dá para fazer determinada coisa e muitas vezes a gente sofre punições e os usuários também, porque na medida em que você deixa de atuar da forma que você vinha atuando em função do pensar e agir da proposta de determinado governo, aquele serviço fica... as vezes ele acaba, dependendo da diretriz ou

as vezes ele fica meio paralisado, deixado de lado e quem perde é a população atendida. (Josiane).

Sabemos que a trajetória profissional não ocorre sem tensões e desafios e esta pesquisa nos aponta que tanto no espaço público como no privado o projeto profissional diverge do projeto institucional. Neste contexto é essencial que o profissional tenha conhecimento teórico e das competências e atribuições profissionais, para enfrentar as determinações institucionais, buscar articulação com outras categorias profissionais, fortalecendo a mobilização dos trabalhadores em direção aos interesses da população usuária.

Em instituições privadas você não tem a mesma alçada de uma instituição pública, então vão havendo barreiras, porque você tem que prestar conta para uma diretoria, que presta conta para outra e assim, dentro desse espaço, tem pessoas que compreendem e tem pessoas que não compreendem. Interferem muito. Por exemplo, hoje você tem mais de uma função que te delegam. Por exemplo, uma assistente social hoje não consegue ser apenas assistente social. Ela faz captação de recursos, elabora projetos sociais, acompanha não só a criança, acompanha a família, vai muito além... ela faz a conexão entre a rede socioassistencial, mas muitas vezes por telefone ela não resolve, tem que ir pessoalmente, tem que enviar um ofício, então assim, ela tem que atuar um pouquinho ali no administrativo porque as vezes tem que elaborar um projeto que exige orçamento, ela tem que pensar em outras áreas muitas vezes. (Cecilia).

Neste contexto, percebe-se a burocracia, bem como a atribuição de funções secundárias, que incomodam o profissional, porém é fundamental buscar estratégias de trabalho e identificar possibilidades no trabalho cotidiano para enfrentar estas questões.

Na contradição, não há como negar que algumas aquisições que sinalizamos como não compatíveis com nossas atribuições profissionais, também nos favorecem e oferecem possibilidades, espaços, momentos, que podemos utilizar a nosso favor e oportunizar um atendimento qualificado na direção dos interesses e necessidades dos trabalhadores/usuários. (VASCONCELOS, 2015, p. 530).

Assim sendo, entendemos que os contextos adversos podem oportunizar situações propositivas e a construção de novas possibilidades para o profissional e população atendida.

3.4 Dimensão educativa e sua relação com as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa: os desafios no cotidiano profissional

Considerando o Serviço Social enquanto trabalho e as contribuições do mesmo no enfrentamento das expressões da questão social, importante pensar em novas mediações que

possam contribuir na realização do trabalho profissional junto às políticas sociais, em especial na realização dos serviços socioassistenciais do SUAS.

O assistente social historicamente teve atuação na política de assistência social, exerceu seu protagonismo na construção dessa política pública, embora sua ação não seja restrita a ela, atuando também junto à política de saúde, educação, habitação, entre outras, onde tem ocupado os espaços de gestão, elaboração e execução destas políticas sociais.

Faz-se necessário nesse processo a apreensão crítica da realidade social, que o assistente social identifique alternativas profissionais que façam frente à reprodução da ideologia dominante e à naturalização das desigualdades sociais; que fortaleça, ainda, iniciativas que privilegiem o trabalho coletivo e que sejam norteadas pelo Projeto Ético-político da profissão, tendo por referência as dimensões ético-político, teórico-metodológica e técnica-operativa, na perspectiva da dimensão educativa, pois:

Nestas relações contraditórias, a atuação do assistente social pode favorecer a interação entre os sujeitos sociais, estimulando a reflexão sobre a ideologia dominante, contribuindo com a mobilização social, com a instrumentalização da população atendida na busca de seus direitos. (JACINTO, 2017, p. 88).

Como trabalhador do SUAS o assistente social tem atuação nos equipamentos públicos ou na rede socioassistencial privada. Para Iamamoto (2012, p. 79), o desafio profissional nesses espaços consiste em:

[...] transformar espaços de trabalho, especialmente estatais, em espaços de fato públicos, alargando as possibilidades de apropriação da coisa pública por parte da coletividade, o que se choca com a tendência de privatização do Estado persistente na história política brasileira.

Compete ao assistente social, na perspectiva da efetivação do direito e do fortalecimento da participação popular, estimular a participação da sociedade civil nos diversos espaços de controle social, materializados nos conselhos de políticas públicas, nas conferências, em fóruns, entre outros. Destaca-se que esse processo de participação deve ser norteado pela ruptura de práticas subalternizantes, de reprodução da ideologia dominante, favorecendo a participação ativa dos sujeitos sociais no processo.

Assim, o projeto profissional do assistente social, construído coletivamente com a categoria, requer dos profissionais, nos diversos espaços ocupacionais, uma ação competente, crítica, comprometida com a qualidade dos serviços prestados à população e norteadas por valores emancipatórios.

3.4.1 Considerações sobre o trabalho profissional na perspectiva socioeducativa

A sociedade capitalista possui contradições que desumaniza as relações sociais, considerando as desigualdades entre os capitalistas - que detém os meios de produção - e os trabalhadores - que para garantir sua sobrevivência, vendem a sua força de trabalho, que também passa a ser propriedade do capitalista. Nesse processo de valorização do capital, o trabalhador se submete à condição de exploração, e não se apropria do produto produzido e que acentua o empobrecimento da classe trabalhadora.

O assistente social vivencia tensões postas nesse processo de correlação de forças expressa na sociedade capitalista, pois tem seu trabalho legitimado pelos detentores do poder econômico, e o compromisso da profissão é com a luta geral dos trabalhadores, na perspectiva da transformação social.

Encontrar novas estratégias na realização do trabalho profissional tem sido um dos desafios do assistente social na atual conjuntura, considerando os retrocessos nos direitos sociais, as múltiplas formas de manifestação das expressões da questão social e o seu enfrentamento por parte do Estado, com políticas sociais fragmentadas e pontuais.

Observa-se que no modo de produção capitalista, a classe dominante exerce forte influência na vida social, embora exista na sociedade interesses antagônicos, a tendência é a classe dominante educar para o consenso. Portanto, pensar o trabalho profissional na perspectiva da dimensão educativa, que faça frente ao processo de subalternidade imposto pela sociedade capitalista, é uma direção a seguir.

[...] uma ação de cunho socioeducativo na prestação de serviços sociais, viabilizando o acesso aos direitos e aos meios de exercê-los, contribuindo para que necessidades e interesses dos sujeitos sociais adquiram visibilidade na cena pública e possam ser reconhecidos, estimulando a organização dos diferentes segmentos de trabalhadores na defesa e ampliação dos seus direitos, especialmente os direitos sociais. (IAMAMOTO, 2009, p. 6).

Contribui com essa reflexão, Abreu (2011, p. 17), que discorre sobre “[...] a função pedagógica do assistente social, demarcada a partir de sua inscrição nos processos de organização da cultura – elementos constitutivos das relações de hegemonia.” Baseados nas considerações da autora, discutiremos sobre o Serviço Social e a pedagogia da “ajuda”, da “participação” e a construção da “pedagogia emancipatória” pela classe subalterna.

Tendo em vista o período histórico²⁶ em que as expressões da questão social eram consideradas como desajustes individuais, a pedagogia da ajuda “[...] consubstancia a ‘ajuda’ psicossocial individualizada, modalidade interventiva que traduziu a expressão mais elaborada da prática dos assistentes sociais na referida fase do desenvolvimento profissional.” (ABREU, 2011, p. 84).

No Brasil, a função pedagógica do assistente social baseada na “ajuda” considerava a questão social, como desvio moral do indivíduo, portanto a atenção era individualizada, com foco na reintegração social, para Abreu (2011, p. 88):

A sistematização do processo de ‘ajuda’ pelo Serviço Social nos marcos da racionalização da assistência social condensou, portanto, duas demandas fundamentais: a necessidade de eficiência na administração da ‘ajuda’ material, considerando as exigências do capital em manter baixos custos com a reprodução da força de trabalho e a eficácia quanto à imposição do cunho educativo, ressocializador, a essa administração, induzindo o indivíduo a determinada maneira de pensar e agir.

Assim, a assistência social tinha como foco o indivíduo, que deveria se ajustar à sociedade. As desigualdades sociais deveriam ser superadas através dos esforços individuais, pois eram inerentes à pessoa humana, desconsiderando os antagonismos de classes, decorrentes da relação capital e trabalho.

Nesse contexto, a pedagogia da “ajuda” psicossocial individualizada, naturaliza as desigualdades sociais e contribui com processos subalternizantes, em detrimento do desvelamento das determinações, econômicas, políticas e ideológicas das práticas da assistência.

Na percepção da autora a pedagogia da ‘ajuda’ [...] em seu desenvolvimento histórico, vem atualizando/reatualizando a perspectiva de subalternização e controle das massas trabalhadoras pauperizadas, envolvendo atitudes, mecanismos, instrumentos e rituais compatíveis com os interesses dominantes, em que se sobressaem a seletividade/elegibilidade e a qualificação/desqualificação dos sujeitos submetidos ao processo de ‘ajuda’. (ABREU, 2011, p. 101-102).

Nesse sentido a pedagogia da “ajuda” se reatualiza na política de assistência social, que tem a retórica do direito a partir da Constituição Federal de 1988, porém trabalha com público alvo prioritário para acesso aos serviços socioassistenciais, via critérios de elegibilidade. O cumprimento dessas normas foi acompanhado pelos gestores da política de

²⁶ O Serviço Social latino-americano tem influência norte-americana, “[...] tal proposta constitui-se vinculada à chamada perspectiva desenvolvimentista modernizadora, que marca as estratégias de expansão da hegemonia norte-americana no referido continente, nos anos 50 e 60.” (ABREU, 2011, p. 85).

assistência no processo de reordenamento²⁷ de alguns serviços socioassistenciais. Critérios estes, que se tornam mais excludentes quando analisamos os benefícios de transferência de renda, cujos usuários se submetem à comprovação de miséria, considerando a renda per capita estabelecida pelo Governo Federal.

Observa-se a racionalidade da política de assistência que exige dos profissionais o “enquadramento” dos usuários, frente aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo processo de reordenamento, ocultando a intencionalidade dessa política, que perpetua as situações de desigualdades sociais:

Posso dizer que Franca teve um grande avanço nessa parte de reordenamento, é um dos municípios mais avançados. No começo foi um pouco complicado para a população entender. Até para nós mesmo, a população tinha que ter as situações prioritárias, muitos que participavam nem tinham essas situações prioritárias. Foram mantidos, apenas as novas inserções que foram alteradas. (Flávia).

A Constituição Federal de 1988, prevê em seu capítulo II, da Seguridade Social, Art. 194, inciso I, a “universalidade da cobertura e do atendimento”, que não se consolida na prática, pois quando a população demanda o acesso a um serviço ou a programa de transferência de renda, tem que se submeter aos critérios de elegibilidade.

A assistente social entrevistada reconhece que os critérios de seleção excluem da assistência social famílias que possuem outras vulnerabilidades que ultrapassam a questão da renda. Ressalta-se que o critério estabelecido a partir da renda, reforça o estigma de que a política de assistência social é para a população pobre.

Uma coisa que como assistente social discutimos muito em equipe é que qualquer benefício, até o BPC é muito pautado no critério de renda e às vezes a vulnerabilidade da família é muito mais grave do que a renda e a família não tem o direito. Então, até talvez uma mudança nesse critério de renda, porque às vezes as famílias, por um centavo não tem acesso, é excludente, ainda tem essa questão de critério que precisaria ter um olhar também, porque tem questões muito mais complexas dentro da família, que não só a renda, que é uma necessidade. (Flávia).

Os critérios de elegibilidade para o acesso aos serviços e benefícios de assistência social reatualizam práticas conservadoras, pois as concessões feitas aos trabalhadores, especialmente referentes aos benefícios, limitam-se ao mínimo necessário para a sobrevivência, mantendo o “[...] trabalhador em permanente estado de necessidade quanto à

²⁷ O reordenamento se caracteriza por regras estabelecidas principalmente pelo Governo Federal na oferta de serviços socioassistenciais, que padroniza a oferta, unifica na perspectiva do financiamento, planeja a oferta com base nos territórios e potencializa a inclusão dos usuários em situações prioritárias.

sua subsistência, condição perversa da dominação a que está submetido.” (ABREU, 2011, p. 102).

[...] a seletividade é, pois, um instrumento pedagógico do processo de ‘ajuda’ desenvolvido pelo assistente social, constituindo uma das principais atribuições historicamente consolidadas deste profissional, mediante a qual interfere na qualificação/desqualificação dos usuários dos serviços assistenciais, considerando as contradições presentes nas relações entre o volume elevado da demanda das classes subalternas pelos serviços assistenciais e os limites dos recursos impostos pelas demandas da reprodução do capital. (ABREU, 2011, p. 103).

O capitalista exerce o controle dos processos e meios de trabalho e ainda mantém seu domínio sobre a força de trabalho dos operários. A pedagogia da “ajuda” acentua o processo de subalternidade desse trabalhador e se constitui num mecanismo de controle da classe, que tem no trabalho seu meio de sobrevivência. A apreensão dessa realidade e das tramas do sistema capitalista pelo assistente social é essencial, para que possa construir novas mediações no trabalho profissional, que materializem o compromisso com as classes subalternas.

Nos termos dos perfis pedagógicos da prática profissional, Abreu (2011) apresenta a pedagogia da “participação”, que se desenvolve no continente latino-americano a partir do Desenvolvimento de Comunidade (DC), sob influência da ideologia desenvolvimentista modernizadora²⁸, dos Estados Unidos da América.

A retórica da modernização é para Abreu (2011, p. 106) “[...] reutilizado também para dar conta das saídas para a crise estrutural do capitalismo sob a orientação neoliberal [...]”, que na conjuntura atual do Brasil, tem sido o discurso para justificar a alteração da legislação trabalhista, sob a falácia de que a reforma trabalhista não trará perdas à classe trabalhadora, considerando que a legislação trabalhista será modernizada.

Para Abreu a pedagogia da “participação” ultrapassa o processo de “ajuda”, em que a intervenção profissional se dá nas relações sociais:

Tal redimensionamento repercute na prática do assistente social, impulsionando alterações no perfil pedagógico, a partir de um rearranjo da função educativa deste profissional, plasmada pelos três vetores anteriormente assinalados, isto é, pelas: psicologização das relações sociais; manipulação material e ideológica de necessidades sociais e recursos institucionais via estratégias de assistência social; e, combinação entre processos persuasivos e coercitivos para a obtenção da adesão e do

²⁸ Para Abreu, (2011, p. 106) “A ideologia desenvolvimentista modernizadora vincula-se a uma concepção de desenvolvimento fundado na chamada teoria da modernização. Essa teoria explica o subdesenvolvimento como um estágio de transição entre tempos históricos distintos, correspondentes a padrões socioculturais constitutivos de polos atrasados e modernos presentes em uma sociedade.”

consentimento ao ‘novo’ ordenamento econômico e social sob o domínio do capital. (ABREU, 2011, p. 107).

Neste contexto o Desenvolvimento de Comunidade²⁹ (DC) prevê “[...] participação do próprio povo nos esforços para melhorar seu nível de vida e apoio técnico governamental para tornar eficazes os programas de ajuda mútua.” (AMAMNN, 1980, p. 32 apud ABREU, 2011, p. 110). Assim, o discurso da participação popular vem conformar mecanismos de persuasão e coerção, onde os profissionais, inclusive assistentes sociais, são chamados a desempenhar funções pedagógicas e intelectuais. Para Abreu (2011) o foco da ação na comunidade não supera o enfoque individualista psicologista e conservador da prática profissional.

A busca de estratégia à participação popular na perspectiva do fortalecimento das demandas coletivas dos trabalhadores, é um desafio para o assistente social, que no trabalho cotidiano deve conhecer os mecanismos de controle, coerção e estruturas de poder existentes na sociedade, exercidos junto as classes subalternas, pois estão presentes na atualidade de forma muito contundente e se expressam através das mídias e outras formas de comunicação.

A política de assistência prevê a participação da população, com especial atenção para os usuários, no planejamento, na execução e na avaliação dos serviços. Porém, a política se contradiz quando define em relação aos serviços, o seu público alvo prioritário; elege os critérios de acesso aos programas de transferência de renda; define as famílias que podem efetuar o cadastro no “Cadastro único”; publica orientações técnicas com traçados metodológicos para o desenvolvimento dos serviços socioassistenciais, entre outras orientações e normativas.

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA)³⁰, o Cadastro Único é a porta de entrada para o recebimento de programas sociais, porém o cadastro está restrito a famílias que recebem $\frac{1}{2}$ salário mínimo per capita. Neste contexto os critérios de renda e de acesso, foram definidos por quem detém o poder econômico e político, pois historicamente aparece nas conferências de assistência social a proposta de ampliação do per capita do Benefício de Prestação Continuada, mas é uma proposta que não se concretiza.

²⁹ “As experiências de DC têm suas raízes nos anos 20, considerando as iniciativas inglesas e norte-americanas, assinaladas por Castro (1984). Tais iniciativas objetivam, respectivamente, frear os movimentos emancipatórios nos domínios coloniais e neutralizar as contradições próprias do capitalismo monopolista, expressas na agudização e aprofundamento das desigualdades sociais, que impõem medidas controladoras e integradoras das forças sociais em confronto.” (ABREU, 2011, p. 106).

³⁰ O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) passou a chamar Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), quando o Presidente interino, Michel Temer assume o governo federal em 12/05/2016 e realizou a fusão entre Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome com o Ministério Agrário.

A participação dos usuários na política de assistência tem um forte apelo, especialmente por parte dos gestores dessa política, porém na prática os mesmos são minimamente ouvidos, pois já se manifestaram por diversas vezes que não se sentem confortáveis com a terminologia “usuários”, relatam que se sentem constrangidos. Retratado inclusive, no depoimento da assistente social participante desta pesquisa:

Uma coisa que nós precisamos pensar é no termo “usuário”, as pessoas que são atendidas não gostam desse termo. Precisamos repensar essa terminologia. (Márcia).

Nesse contexto, observa-se no discurso dessa política a retórica da participação, onde os sujeitos sociais são convidados a participar, porém, desde que seja na perspectiva do já instituído, pois as normas e critérios já estão definidos.

➤ **A educação popular como estratégia no trabalho profissional**

A profissão em sua busca de superar as amarras do Serviço Social tradicional, rumo à renovação da profissão passou por diversas fases, mas é na aproximação com a Educação Popular por volta da década de 1970, que a mesma começa a ser discutida, como processo de mudança social. Essa vertente vivenciou a repressão do período ditatorial, época em que seu idealizador, Paulo Freire, foi exilado, e retorna no período de redemocratização do país.

A educação popular configura-se em uma estratégia de trabalho do assistente social e apresenta-se como proposta de “intensão de ruptura” com o conservadorismo da profissão. Consiste em uma pedagogia diferenciada, que tem a “[...] perspectiva de construção de uma postura profissional assentada em princípios democráticos, em que a troca de saberes entre o profissional e os segmentos das classes subalternas é a principal tônica.” (ABREU, 2011, p. 157).

A presente pesquisa busca saber junto aos assistentes sociais entrevistados, se reconhecem o trabalho do assistente social como educativo. Relatamos abaixo a percepção dos profissionais:

Eu acho que é educativo, por conta da forma como eu penso a educação. Como eu falei, o meu referencial teórico mais presente é a educação popular, eu acho que ele é educativo na medida que ele dá essa horizontalidade, que eu aprendo com o outro e o outro aprende comigo, então é educativo nesse sentido. Não naquele sentido mais tradicional mais antigo, onde o trabalho do assistente social é educar a população, ensinar alguma coisa, como a gente já chegou a ouvir ‘vou fazer um grupo para ensinar as mães a educarem os filhos porque elas não sabem’. (Isabel).

Na perspectiva da educação popular, o gestor da política de assistência social em Franca/SP, buscou ofertar formação para a rede socioassistencial, pública e privada, cujo foco foi voltado aos serviços de proteção social, organizados de acordo com os seus níveis de complexidade. Para a execução dessa formação, contratou uma empresa que trabalha com a metodologia de Paulo Freire.

Observa-se que a retórica sobre educação popular está presente na fala dos profissionais, porém importante destacar que ainda existem equívocos presentes na interpretação da metodologia de Paulo Freire, cujo entendimento perpassa pela cultura de que educação está relacionada ao educador e educando, uma relação de ensino e aprendizagem.

Eu acredito que o trabalho do assistente social é educativo sim. Antigamente nós tínhamos OSPB, que falava de educação de moral e cívica, organização social de políticas sociais e hoje em dia não tem. Ninguém hoje toma conhecimento dos seus direitos e deveres, então existe uma falta de conhecimento tanto da população quanto da diretoria das entidades, quanto das empresas que tem tantos deveres e não cumprem, então eu acredito que cabe a nós sim essa função educativa. (Dulce).

Na educação popular o conhecimento é construído pelos sujeitos sociais, opondo-se ao modelo educacional onde o “[...] educando recebe passivamente os conhecimentos, tornando-se um depósito do educador” (FREIRE, 1982, p. 19).

Ressalta-se que a direção social que o profissional imprime a sua ação é que vai determinar a metodologia e técnicas utilizadas no trabalho do assistente social, pois na percepção da entrevistada abaixo, as ações coletivas são mais propícias para o trabalho educativo.

Considero, principalmente nos grupos, no trabalho que a gente desenvolve, é onde eu mais vejo a questão educativa, é onde você consegue refletir com as pessoas, sobre situações em que em nenhum momento elas pararam para pensar na vida delas. O atendimento individual tem a questão educativa, mas eu acho que fica muito num foco, só daquela pessoa ou só daquela família. Quando você leva ela na participação do grupo, quando tem esse envolvimento, há discussão, ela consegue sair dali com algumas informações e reflexões que até aquele momento ela não havia pensado, não havia refletido e muitas vezes ela leva isso para casa, outras pessoas da família chegam dizendo, contando aquela orientação. Eu vejo nesse âmbito, principalmente nos grupos e oficinas. (Márcia).

Observa-se, ainda, na fala da entrevistada, os resultados positivos para os usuários nas atividades coletivas, pois um aprende com a experiência do outro. Esses encontros fortalecem a participação dos usuários, a organização coletiva, bem como ações mais críticas e democráticas, e o assistente social pode ser um facilitador nesse processo.

Assim, entendemos que a metodologia da educação popular de Paulo Freire dá parâmetro para o trabalho do assistente social e se constitui em uma das alternativas de trabalho nos diversos espaços ocupacionais junto às classes subalternas, pois propicia uma percepção crítica da realidade, que pode ser transformada pelos sujeitos sociais, que são os principais agentes de mudança.

Neste contexto, o trabalho profissional na política de assistência social configura-se em um importante espaço de intervenção do assistente social, mas, não pode prescindir de uma reflexão crítica face às normativas dessa política, para não se limitar a serem executores dos serviços, submissos a uma política de governo, numa ação tecnicista, em detrimento do saber ético-político, teórico-metodológico da profissão.

Ressalta-se que a reestruturação econômica, política e social, associadas à orientação neoliberal vivenciada no país se constituem nas principais responsáveis pelo crescimento das desigualdades sociais, onde a necessidade crescente de acumulação capitalista, novas formas de organização do trabalho, a exemplo da flexibilização, fragilizam as formas de organização dos trabalhadores. Para Abreu (2011, p. 178) “[...] a flexibilização traduz alterações centradas na gestão e organização do trabalho, implicando enxugamento das empresas via processo de terceirização e a conseqüente redução do número de trabalhadores.”

Nesse processo de acentuada exploração do trabalhador, de desemprego e empregos informais, o assistente social tem sido requisitado cada vez mais a exercer seu trabalho profissional em diversos espaços ocupacionais. Neste contexto, a direção social dada pelo profissional, pode ocorrer na perspectiva de reforçar a subalternidade, quando:

Sob uma perspectiva conservadora, essa redefinição consiste numa reatualização da função pedagógica tradicional vinculada às modalidades de ‘ajuda psicossocial individualizada’ e de ‘participação’ para o ajustamento, integração e promoção sociais, mediante incorporação de novos elementos e mediações que refuncionalizam essas pedagogias no processo de reorganização da cultura pelos detentores do capital. (ABREU, 2011, p. 199).

Na atual conjuntura econômica e social, o assistente social deve estar atento aos antagonismos existentes nos diversos projetos societários e fazer a opção pela materialização do projeto profissional da categoria, que tem por horizonte uma nova sociabilidade, sem exploração de classe, contra a qualquer tipo de preconceito e discriminação. A dimensão educativa no trabalho profissional é uma alternativa na perspectiva da emancipação das classes subalternas, e configura-se em importante estratégia de trabalho nos diversos espaços ocupacionais que compõem o cotidiano do assistente social, considerando o potencial

transformador do trabalho social, quando realizado na perspectiva de fortalecimento e mobilização dos sujeitos sociais.

3.4.2 Dimensão ética política na perspectiva do trabalho profissional

Pensar a dimensão ético-política numa interface com a dimensão educativa é essencial para a consolidação do Projeto Ético e Político do Serviço Social. Ela nos instiga a pensar como sujeitos políticos, que valores estamos incorporando no trabalho profissional, em tempos de regressão de direitos, de naturalização das desigualdades, de criminalização da pobreza, de preconceitos e discriminações, onde o conservadorismo ainda se mostra tão presente em nossa sociedade.

Não cabe tratar a ética como teoria, e sim como ação prática, presente no cotidiano profissional, pois é no cotidiano que posicionamentos conservadores, acrílicos, imediatos, burocráticos, e de senso comum ameaçam o trabalho profissional. Para fazer frente a tudo isso, é imprescindível analisar criticamente os valores que norteiam o trabalho profissional, pois não podemos negar que o conservadorismo da profissão ainda se faz presente nos dias atuais, aliado a uma sociedade onde a “tradição” e os “bons costumes” têm sido a retórica dos segmentos mais conservadores, o que se constitui em uma ameaça à profissão.

Ainda de acordo com Barroco (2015), vivenciamos um Estado de exceção, em nome da moral e da manutenção da ordem, em favor de interesses econômicos e políticos, cujas vítimas são as populações mais vulneráveis, que não raramente são marginalizadas nas periferias das cidades.

Verificamos na atualidade, uma forte onda conservadora, em defesa da ordem, contrária aos avanços sociais e outras conquistas civilizatórias da humanidade, com rebatimentos nos trabalhadores e na população, que devido ao crescente processo de exclusão social, vive expropriada de seus direitos fundamentais. Os ideais conservadores permeiam diversos segmentos da sociedade, como a mídia, os representantes políticos, a igreja, entre outros, que têm forte influência na sociedade. O risco de retrocessos é eminente, especialmente quando esses grupos exercem sua pressão junto ao Estado.

A gestão da crise e das tensões adotada pelo Estado brasileiro em suas funções de articulação entre consenso e coerção passa a se objetivar através de programas sociais compensatórios e da institucionalização da repressão armada. (BARROCO, 2015, p. 627).

Grupos conservadores ganham a cada dia mais adeptos, inclusive de jovens, uma vez que a intolerância, a discriminação, a criminalização dos movimentos sociais, o preconceito racial, contra homossexuais manifestam-se de forma inescrupulosa e violenta em nossa sociedade.

Esse conservadorismo presente na atualidade tem repercussão na ação do assistente social, portanto a direção social da profissão é fundamental na consolidação do compromisso com a transformação da ordem social, por uma sociedade sem dominação ou exploração.

Na percepção da assistente social entrevistada, as questões éticas-políticas na atualidade apresentam-se com diversas nuances:

A questão ética é fundamental. Nós vivemos em um município de coronéis. É uma cidade de 320 mil habitantes, mas é uma cidade de coronéis, onde meia dúzia acham que tem o poder. Tem aquelas questões das famílias que mandam na cidade, daquilo que vai acontecer só se aquelas pessoas abraçarem as causas, os encaminhamentos que eles tentam forçar através de poderes, “olha isso vai ser assim porque eu sou da família do fulano de tal e isso vai acontecer”, então o desafio nosso é tentar manter um padrão ético, que a gente assinou enquanto profissional da área e se comprometer, manter a entidade aberta, dependendo de uma diretoria que vem dessas famílias de ‘coronéis’ e que não se abrem para o novo, para uma legislação, aqueles antigos presidentes donos de entidade. Mas o que me tranquiliza muito como profissional é que nós temos ferramentas para isso, para manter isso tem toda uma normativa, tenho fichas sociais que eu preciso acompanhar, tenho estudos de caso, então não é porque um vereador mandou eu atender uma pessoa que eu vou atender, aquele jeitinho brasileiro... (Dulce).

Observa-se na fala da profissional, de forma muito contundente a presença do conservadorismo, do autoritarismo e do clientelismo, onde o profissional precisa buscar estratégias ético-políticas no seu enfrentamento, para que consiga se fortalecer na defesa dos direitos sociais, fazendo frente a condutas autoritárias, intransigentes que permeiam o trabalho profissional.

Outra profissional aponta como um dos maiores desafios ético-político, a questão do atendimento às demandas dos usuários do serviço.

Eu acho que essa angústia de não poder... Às vezes a gente acolhe mas não da forma que gostaria, devido a sobrecarga... essa angústia de não poder atender. Eu tento fazer da forma de mais qualidade possível o atendimento, mas essa angústia que eu tenho, às vezes eu fico até com a consciência pesada, mas isso não depende de mim, são as limitações institucionais, também não é culpa só da gente. (Flávia).

As tensões que perpassam o exercício profissional, especialmente as limitações institucionais, angustiam o trabalhador. É necessário buscar estratégias profissionais que possam romper com esse sentimento de impotência frente ao não atendimento das demandas apresentadas. É necessário que utilizem mecanismos que estimulem a mobilização coletiva dos usuários dos serviços, privilegiando a liberdade, o exercício de sua autonomia, para que os sujeitos sociais possam fazer frente as suas demandas, na perspectiva da articulação política e ocupação dos espaços de participação social.

Na atual conjuntura social, política e econômica, de acentuada regressão de direitos, onde os trabalhadores vivenciam o desemprego, a flexibilização do trabalho, os baixos salários e a perda de direitos que nem sequer foram consolidados, exige-se que o assistente social seja firme no seu compromisso ético-político e um posicionamento crítico, comprometido com a defesa dos direitos dos mesmos.

O assistente social tem na dimensão ética-político diversas possibilidades para trabalhar na perspectiva educativa junto aos trabalhadores/usuários de seus serviços. Neste contexto, a direção social escolhida pelo profissional é que irá nortear o trabalho, que poderá contribuir para o fortalecimento ou enfraquecimento da classe trabalhadora.

Nesse contexto, a profissional entrevistada abaixo fala da relação de horizontalidade com os usuários dos serviços, onde o mesmo seja sujeito no processo.

O grande desafio, seja qualquer que for o campo da assistência, eu acho que até fora, em outras áreas da atuação é a questão da relação com o usuário, numa relação de fato horizontal, de poder ter uma troca, de não ser uma relação onde você vai levar, onde o usuário realmente possa ter acesso às possibilidades de direito que lhe são asseguradas. O grande desafio é esse, é ter uma relação com o usuário mais horizontal e realmente possibilitar o espaço de atuação emancipadora. Eu acho que esse é o grande desafio. (Isabel).

Importante considerar que a relação de horizontalidade faz frente ao autoritarismo, porém a consolidação da cidadania não ocorre na perspectiva de concessões, é uma conquista da base, de efetivação de direitos, mas, sobretudo, por uma sociedade sem exploração de classes, humanizada.

Na perspectiva teórica a visão social crítica dá direção para o trabalho do assistente social e recebe importantes contribuições de intelectuais da área, que buscaram em Marx a sustentação teórica para o trabalho profissional, ou seja, a análise social fundamentada na crítica da economia política.

A formação profissional na atualidade sofre com os rebatimentos da mercantilização do ensino, que repercute nos espaços ocupacionais. Relevante, ainda, considerar a fragmentação das políticas públicas, a “especialização” do trabalho profissional, e ainda a exigência de produtividade nas políticas sociais, demandando um esforço dos profissionais, para que possam trilhar a direção social proposta pelo Serviço Social.

O assistente social, enquanto trabalhador, vende sua força de trabalho e está sujeito à exploração como qualquer outro trabalhador. Buscar estratégias técnico-operativas considerando as dimensões ética-política e teórico-metodológica é um desafio diário no trabalho profissional, assim como buscar mediações entre o conhecimento teórico e o trabalho realizado, compreendendo a realidade a partir dos princípios do Código de ética, tendo a emancipação como o valor central e os demais princípios se configuram em formas de viabilização da emancipação humana, como a liberdade, a justiça social, a equidade e justiça social, a democracia, entre outros.

Neste sentido, espera-se que no exercício profissional, o assistente social fortaleça o Projeto Ético Político da categoria no âmbito individual e coletivo. Com destaque para o trabalho coletivo, onde a dimensão educativa é relevante na formação e organização dos usuários dos serviços e trabalhadores. A ênfase para o trabalho educativo se justifica, pois, quando os sujeitos sociais são parte do processo, sentem-se encorajados a participar ativamente, fortalecendo sua articulação política.

Portanto, é essencial refletir sobre o trabalho do assistente social nos diversos espaços ocupacionais, e se o mesmo tem sido desenvolvido numa perspectiva educativa. Para elucidar a ação educativa, recorreremos ao educador Paulo Freire que diz: “O homem deve ser o sujeito de sua própria educação. Não pode ser o objeto dela. Por isso, ninguém educa ninguém.” (FREIRE, 1982, p. 20).

Trabalhar numa perspectiva educativa é um horizonte a seguir pelos assistentes sociais, utilizando estratégias reflexivas onde os sujeitos sociais sejam parte do processo.

O profissional deve estar atento para não cair em armadilhas do sistema, de legitimar e/ou restringir o trabalho profissional às políticas sociais implementadas pelo Estado, que se apresentam de forma focalizadas, compensatórias, onde os sujeitos sociais recebem os serviços públicos e/ou benefícios como forma de amenizar as expressões da questão social e manutenção da ordem social.

É necessário considerar que na sociedade capitalista onde prevalece a lógica do mercado e o Estado provê os mínimos sociais, o trabalho educativo é imprescindível, e o assistente social deve ter por direção o fortalecimento dos sujeitos sociais, bem como a sua

representatividade enquanto classe social. Este trabalho propiciará estratégias de organização popular, de insurgência, de fortalecimento político das massas, visando o enfrentamento do sistema capitalista na perspectiva da garantia dos direitos sociais rumo à mudança desejada, pois:

[...] as atividades socioeducativas devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações da vida social e de analisá-las e explicá-las. Isso passa por um processo de conscientização. (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 53).

É consenso que a luta por uma nova sociabilidade não depende exclusivamente do assistente social, porém é imprescindível um trabalho norteado pela dimensão ética-político, numa interface com a dimensão educativa, para que coletivamente possa lutar pela transformação societária

3.4.3 Dimensão teórico-metodológica e a direção social da profissão

O Serviço Social em sua trajetória histórica passou por um processo de renovação em que busca a ruptura com “[...] concepções filosóficas conservadoras, fundadas no neotomismo, donde a prevalência de valores abstratos, da lógica da harmonia, do bem comum e da neutralidade” davam direção ao trabalho do assistente social (CFESS, 2011a apud BARROCO; TERRA, 2012, p. 9).

Vivenciamos na atualidade períodos de tensão com riscos iminentes de retrocessos, considerando tendências conservadoras, no que diz respeito à formação, com o discurso “[...] de que se perde muito tempo com fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos nos cursos de graduação em Serviço Social.” (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 214).

As reformas e a mercantilização do ensino, bem como o crescimento vertiginoso dos cursos de educação à distância (EaD), estão refletindo na formação do assistente social, especialmente com o aligeiramento da formação profissional. A precarização do ensino prejudica o processo de ensino aprendizagem, repercutindo nas bases teórico-metodológicas do profissional.

Trata-se de uma estratégia ofensiva para destituir de sentido os ensinamentos que possibilitariam às novas gerações o acesso ao pensamento crítico, por meio do conhecimento histórico da vida social, da trajetória das profissões e das razões histórico-ontológicas pelas quais as coisas são como são. (RAMOS; SANTOS, 2016, p. 214).

Os fundamentos teóricos-metodológicos e éticos-políticos dão sustentação ao trabalho profissional, portanto sua fragilização pressupõe o risco de formar profissionais pragmáticos, desprezando as evoluções e conquistas históricas da profissão.

[...] Yamamoto foi uma pessoa que me encantou, mas eu acredito que a parte teórica foi vinda em 2008/2009 quando eu comecei a faculdade, mas eu estou aqui desde 1993. Então eu entendo que a parte teórica complementou uma vivência que me foi mais importante, então assim, são profissionais que eu falo que quando eu crescer eu quero ser profissional como essa pessoa. Nós temos profissionais nos conselhos do idoso, profissionais que estão à frente de algumas entidades que fizeram tanto pelo município e eu quero fazer um pouco mais do que já faço para chegar ao ponto de ser igual a eles, mas a minha referência teórica é muito pouca. (Dulce).

O conhecimento teórico qualifica o trabalho do assistente social, pois o exercício profissional exige que o assistente social faça a apreensão da realidade de forma crítica, com base nos conhecimentos teórico-metodológicos da profissão, caso contrário, pode resultar no pragmatismo que não converge com o projeto profissional do assistente social, portanto:

A teoria possibilita, assim, ‘acelerar o processo histórico em ato, tornando a prática mais homogênea, coerente, eficiente em todos os seus elementos, isto é, elevando-a à máxima potência.’ A relação teoria-prática ‘é um ato crítico, pelo qual se demonstra que a prática é racional e necessária ou que a teoria é realista e racional.’ (GRAMSCI, 1999, p.260 apud SIMIONATTO, 2009, p. 44-45).

Outro risco recorrente é o profissional nortear-se por outras teorias, inclusive por orientações de políticas públicas, em detrimento das mediações teóricas, políticas e éticas do Serviço Social.

Eu tento me pautar em todas as legislações, no SUAS, na tipificação, os manuais de orientações técnicas do PAIFI e eu sempre recorro as legislações. Se eu tenho dúvidas sobre um atendimento, até questões éticas, eu recorro ao CRESS. Sou sempre atendida lá, orientada, sobre o que eu devo fazer. Quando eu tenho uma questão ética ou de sigilo a quem eu posso recorrer, então é importante o CRESS, a gente ter esse apoio e mesmo as legislações da assistência social, acho que é tudo para nós, ter esse respaldo da legislação. (Flávia).

Considerando que o trabalho do assistente social se dá, não raramente, na esfera individual, é essencial que o profissional seja norteadado pela teoria social crítica, pois a falta da direção teórica ou o ecletismo podem resultar em práticas contraditórias à direção social da profissão. Conforme relata Forti e Guerra, (2013, p. 8): “Observa-se que muitas vezes a

perfeita sintonia entre senso comum e a ação é captada como suficiente para a atuação do profissional, principalmente se se trata de situação(ões) que exige(m) solução(ões) rápida(s) ou imediata(s).”

Assim, no exercício profissional a fundamentação teórica-metodológica, bem como ética-política devem dar direção ao trabalho profissional, pois sem essa estrutura o risco de retrocesso na formação e no exercício profissional é iminente. A atuação profissional dissociada das concepções teóricas e metodológicas, torna-se funcional ao sistema capitalista.

Importante refletir que face à realidade social, o desafio para os profissionais é desenvolver um trabalho fundamentado no Projeto Ético Político da profissão. Projeto este que foi construído pela categoria, crítico, que assume o compromisso com a luta geral dos trabalhadores, frente às profundas desigualdades do modo de produção capitalista.

Para além do discurso do Projeto Ético-Político, está a materialização desse projeto no cotidiano profissional, superando análises superficiais, ecléticas, multifacetadas da sociedade capitalista, apresentando um conformismo que não condiz com uma profissão que tem por horizonte a busca de uma nova sociabilidade.

Eu admiro muito a questão da teoria Marxista, mas é o que eu acabei de falar, volta e meia a gente está no conservador. Faz parte o referencial Marxista na medida que você faz análise de conjuntura, que você consegue fazer essa análise da desigualdade social, então eu vejo que esse referencial ajuda a gente a ter essa compreensão da realidade social. Porque na outra perspectiva, na funcionalista, o que que acontece, tudo tem uma conexão, é normal, esconde essa desigualdade, então eu acabo utilizando esse referencial para análise geral, para me situar, porém eu acho que na prática, na hora que a gente vai executar, por mais que a gente busque a participação, por mais que a gente busque instrumentalizar a população com informações e tudo mais, a gente não avança, a gente faz uma prática conservadora, com base na teoria funcionalista, mas eu acho que a gente utiliza sim, tanto a teoria de Marx, e também um pouco de fenomenologia, eu acho que a gente tem faz um misto de referencial teórico, não tem uma coisa única para ser utilizado, não sei se pela dificuldade que a gente tem de mudar essa estrutura maior, porque ela é funcionalista mesmo e o referencial Marxista te dá essa condição de desvelar essa realidade e isso que vai instrumentalizar e propiciar alguma ruptura, então a gente usa disso, mas a prática é muito lenta e a prática vai se constituindo conservadora. (Josiane).

Desse modo, é essencial o profissional buscar as mediações profissionais na perspectiva teórico-metodológica e ético-político que dão sustentação para o trabalho do assistente social, pois o risco da ação profissional reforçar práticas contraditórias e reformistas é significativo, pois o trabalhador quando não se reconhece como agente de/em mudança, fortalece o conformismo, ações burocráticas e conservadoras.

Ressalta-se que no trabalho profissional o direcionamento teórico é essencial, porém o mesmo não pode ser desarticulado, precisa efetivar-se na prática, para Yamamoto (2012, p. 52):

O grande desafio na atualidade é, pois, transitar da bagagem teórica acumulada ao enraizamento da profissão na realidade, atribuindo, ao mesmo tempo, uma maior atenção às estratégias táticas e técnicas do trabalho profissional, em função das particularidades dos temas que são objetos de estudo e ação do assistente social.

Observamos na atualidade, especialmente na política de assistência social, a forte tendência em direcionar o trabalho profissional, considerando as normativas e orientações técnicas, que criam um padrão para os serviços, conforme descrito na Tipificação:

Esta normativa possibilitou a padronização em todo território nacional dos serviços de proteção social básica e especial, estabelecendo seus conteúdos essenciais, público a ser atendido, propósito de cada um deles e os resultados esperados para a garantia dos direitos socioassistenciais. (MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME, 2014, p. 4).

É fundamental reconhecer o avanço da política de assistência social na última década, em sua caracterização, bem como na implementação dos serviços, porém essas normas não podem ser horizontais, rígidas, impositivas, especialmente considerando o conhecimento teórico, ético, técnico, bem como a autonomia dos profissionais de nível superior, dentre eles o assistente social, que estão na execução da mesma.

A ação profissional articulada com as dimensões citadas, possibilitará o desvelamento das expressões da questão social e a aproximação da realidade social, para então, formular propostas de atuação, nos diferentes espaços ocupacionais.

Destaca-se a importância no âmbito da formação e da atuação profissional o fortalecimento da dimensão educativa do Serviço Social, contribuindo com a formação de sujeitos críticos. Que a ação educativa supere o aspecto doutrinador, que seja radicalmente crítica, anticapitalista, rumo à emancipação dos sujeitos sociais.

Que a perspectiva educativa seja uma estratégia do assistente social de desenvolver uma nova visão de mundo, junto às classes subalternas, e que se fortaleçam no coletivo na garantia dos direitos sociais e outras demandas, e que ocorra “[...] como um momento de um processo mais amplo de superação da ordem do capital e de construção de uma nova sociedade – a socialista.” (ABREU, 2011, p. 229).

3.4.4 A Dimensão técnico-operativa e seus desafios no cotidiano profissional

Considerando que o Serviço Social está inserido na divisão social e técnica do trabalho, refletiremos neste item sobre o trabalho do assistente social e a dimensão técnico-operativa, bem como os instrumentos e técnicas utilizados na operacionalização do trabalho profissional, associados à dimensão educativa e às demais dimensões, como importante mediação no exercício profissional.

No Serviço Social a dimensão técnica-operativa somada à ético-política e à teórico-metodológica, configuram-se em dimensões que vem dar direção e qualificar o exercício profissional. Dão materialidade à profissão, que não raramente aprisiona-se no cotidiano, seguindo normas de políticas públicas, orientações, leis, sem refletir muito sobre a intencionalidade, atribuições e competências do trabalho profissional.

Observa-se que o cotidiano profissional abstrai do profissional sua capacidade reflexiva, limitando sua ação à execução de tarefas, sem apropriar-se das dimensões intrínsecas ao exercício profissional, especialmente na dimensão técnico-operativa. Nesse sentido, é relevante, ainda, considerar que o instrumental se constituiu um meio e não um fim.

Indagadas na pesquisa de campo sobre as estratégias, instrumentos e recursos utilizados no trabalho profissional, os profissionais responderam:

[...] a gente tem a nossa ficha social que a gente preenche, tem o cadastro dos usuários. Aqui o serviço social é responsável pela parte da estatística, então eu tenho que estar ligada nessa questão de estatística, porque todo relatório que a gente faz, todo projeto pede essa questão de estatística, então o serviço social é responsável por isso, então tem que preencher certinho. (Marcela).

A intervenção profissional junto à população usuária é relevante no trabalho do assistente social, que pode ser propositiva, favorecendo a reflexão, a participação ou pode ser na perspectiva de educar consenso, entre outras.

Verifica-se que os profissionais estão acostumados a seguir as normas da política de assistência social e quando desenvolvem alguma ação no trabalho profissional que, em tese, não está explicitada na política, consideram que estão descumprindo a norma:

As estratégias são várias. Como eu disse anteriormente, algumas das nossas famílias, não deveria ser dessa forma porque não está posto assim na política, mas as vezes para você atender uma mulher vítima de violência, você primeiro precisa falar com o agressor, então para desenvolver o trabalho hoje, as vezes precisa conversar com o vizinho do lado, montar uma série de estratégias para conseguir realizar o trabalho que tem que ser

feito junto dessa família. Então a gente se utiliza... ela não é diária, não é cotidiana essa de falar com o agressor, mas a gente fala com o agressor, fala com o vizinho, a gente busca a família, a família extensa, toda a família... A gente busca todos os atores que fazem parte da vida daquela pessoa. Se ela não pode vir ao CREAS a gente faz o atendimento na própria casa dela. Agente vai as vezes até no trabalho da pessoa, se houver essa possibilidade, então, se busca todos os meios para atender essa família, a não ser que ela diga para a gente que não, e tem algumas que dizem que não querem o atendimento. (Márcia).

Cabe ao assistente social compreender a atividade a partir de sua finalidade, objetivos, instrumentos, técnicas, procedimentos, entre outros, considerando as dimensões ético-política e teórico-metodológica.

As dimensões citadas constituem o trabalho profissional enquanto totalidade, partindo do princípio de que:

[...] a dimensão técnico-operativa não pode ser reduzida à questão dos instrumentos e técnicas. Ela mobiliza as dimensões teóricas-metodológicas – para analisar o real e investigar novas demandas – e ético-políticas – permitindo avaliar prioridades, as alternativas viáveis para a realização da ação, bem como projetar a ação em função dos valores e finalidade e avaliar as consequências da ação [...]. (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 29-30).

Assim, para as autoras, o instrumental técnico-operativo vai além das técnicas e instrumentos, “[...] incluiria o conjunto das ações e procedimentos adotados pelo profissional, visando à consecução de uma determinada finalidade, bem como a avaliação sistemática sobre o alcance dessas finalidades e dos objetivos da ação.” (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 30).

Cabe esclarecer que de acordo com a Lei n. 8.662/1993, que dispõe sobre a profissão, o assistente social possui atribuições gerais e específicas, onde estão relacionadas às competências profissionais, como coordenar, elaborar, executar, supervisionar, encaminhar, assessorar movimentos sociais, realizar visitas, etc. Na realização destas atribuições o profissional utiliza-se de instrumentos e procedimentos³¹, assim:

[...] a dimensão técnico-operativa é constituída dos seguintes elementos: as estratégias e táticas definidas para orientar a ação profissional, os instrumentos, técnicas e habilidades utilizadas pelo profissional, o conhecimento procedimental necessário para a manipulação dos diferentes recursos técnico-operacionais, bem como a orientação teórico-metodológica

³¹ Procedimentos são os conjuntos de atividades que o profissional realiza, mobilizando os instrumentos (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 30).

e ético-política dos agentes profissionais. (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 31).

Nessa perspectiva, os elementos que constituem a dimensão técnico-operativa requerem do profissional a apreensão crítica da realidade, pensar na forma com que as expressões da questão social (objeto de trabalho do assistente social) se apresentam, para planejar as estratégias de intervenção em seu cotidiano.

As estratégias, instrumentos, recursos e meios utilizados no trabalho dão direção ao trabalho profissional, que pode ser de ruptura ou manutenção do conservadorismo. Portanto, a partir de atividades planejadas, o assistente social pode desenvolver seu trabalho na perspectiva da manutenção do sistema ou desenvolver uma ação que fortaleça a participação.

Dentre os principais instrumentos utilizados no exercício profissional, podemos citar as visitas domiciliares/hospitalares, reuniões, entrevista, etc. Para Santos, Souza Filho, Backx (2017, p. 35-36), não há consenso de que o trabalho com grupos seja um instrumento, pois levantam a hipótese de que seja uma estratégia, “[...] em função de assumir no Serviço Social um caráter sócio-educativo.”

Assim, o trabalho com grupos pode ser realizado de diferentes modos, utilizando diferentes técnicas, diferentes instrumentos, que serão escolhidos de acordo com a intencionalidade do profissional, que não é dada, apenas, pelo referencial teórico, mas, também, pela demanda, pela instituição, pelas necessidades reais dos usuários. (SANTOS; SOUZA FILHO; BACKX, 2017, p. 36).

Ressalta-se, ainda, a importância da utilização do grupo, numa perspectiva educativa, considerando que a organização coletiva privilegia a participação da população, e que dependendo da direção dada pelo profissional, configura-se numa forma de enfrentamento ao processo de subalternidade das classes.

A superação da condição de subalternidade requer, para Gramsci, a construção de novos modos de pensar, a elaboração de uma concepção de mundo crítica e coerente, necessária para suplantar o senso comum e tornar as classes subalternas capazes de produzir uma contra-hegemonia. (SIMIONATTO, 2009, p. 43).

Assim, fortalecer a dimensão educativa do Serviço Social, requer do profissional um profundo conhecimento da realidade, como estratégia no enfrentamento da mesma, tendo a teoria social crítica como direção no trabalho profissional, associada às outras dimensões.

Para Guerra (2017, p. 57) “[...] a dimensão técnico-instrumental, a qual, apartada das demais dimensões, torna-se presa fácil do pragmatismo.” Nesse contexto dependendo da

forma de apreensão da realidade e intervir nela pode trazer entraves para a ação profissional e o risco de desenvolver um trabalho baseado no senso comum. Assim, observa-se certo equívoco no entendimento das estratégias, instrumentos e técnicas, bem como a direção do trabalho profissional, que ocorre com base na legislação da política de assistência social.

É abrangente... Jogo de cintura, conhecimento, articulação, são três itens que são fundamentais para o trabalho profissional. Conhecimento das leis, articulação que eu falo é ficar sempre estudando para não ficar ultrapassado, porque é uma área que muda diariamente, tem resolução disso, tem a lei que alterou tal decreto, avançou muito. (Dulce).

Destaca-se que na política de assistência social os assistentes sociais têm sido compelidos a estudarem a legislação, normas e orientações desta política, pois os serviços têm que estar de acordo com o estabelecido. O profissional tem que seguir rigorosamente as normativas, portanto, para não sucumbir ao pragmatismo, deve buscar o norte na dimensão teórico-metodológica e ético-político, a fim de fortalecer sua ação profissional, de acordo com as atribuições³² inerentes ao Serviço Social.

Espera-se, ainda, que o assistente social busque mediações e estratégias para o trabalho profissional, utilizando-se dos instrumentos, técnicas e recursos inerentes à profissão, no enfrentamento das expressões da questão social.

Toda intervenção encontra-se imbuída de um conjunto de valores e princípios que permitem ao assistente social escolhas teóricas, técnicas, éticas e políticas. É no cotidiano profissional, tenha consciência ou não, que o assistente social se depara com demandas e interesses contraditórios e com um leque de possibilidades, o que lhe permite exercitar a sua autonomia, que sempre será relativa. (GUERRA, 2017, p. 65).

Nesse sentido, o fazer profissional deve ser direcionado pelo Projeto Profissional do Serviço Social, portanto, as escolhas teóricas, técnicas, éticas e políticas, devem estar baseadas no Projeto Ético-político da profissão, para que possam responder as suas atribuições e competências profissionais. Que o assistente social possa fazer frente às requisições institucionais, especialmente ao papel de executor das normativas estabelecidas pela política de assistência social, na execução dos serviços³³ socioassistenciais, como seus critérios seletivos.

³² Consultar (BRASIL, 1993a).

³³ O presente estudo se restringiu a pesquisar o trabalho do assistente social nos Serviços de Proteção Social, no âmbito do SUAS.

Que os profissionais possam enfrentar às armadilhas do cotidiano profissional, através da apreensão crítica da realidade e a partir das situações concretas trazidas pelos usuários dos serviços socioassistenciais, buscando realizar mediações para sua superação.

Espera-se ainda que o profissional possa associar a teoria à prática, e além dos instrumentos, recursos e técnicas, utilizem a linguagem, fundamentada no conhecimento teórico-metodológico, ético-político, para que no exercício profissional possa promover reflexões críticas, que estimulem e favoreçam ações coletivas, como meio de estimular a participação popular em busca de uma nova sociabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou uma reflexão sobre o trabalho do assistente social no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, considerando ser um profissional que está em constante movimento no sentido de questionar e posicionar-se criticamente frente a uma sociedade com profundas desigualdades sociais.

O assistente social tem ação relevante no SUAS, pois é dotado de conhecimento teórico-metodológico e ético-político, e conta com um projeto profissional que dá direção social à profissão, afirmando o compromisso com a luta geral dos trabalhadores, norteados pelos princípios do Código de Ética do assistente social.

Assim, o presente estudo buscou verificar o trabalho do assistente social no SUAS no município de Franca/SP e os principais desafios do profissional na sociedade capitalista, considerando a centralidade do trabalho na vida do homem. Refletiu sobre a política de assistência social e sua trajetória histórica no Brasil, especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, sua evolução nesse processo histórico, bem como a percepção do assistente social e do processo de reordenamento dos serviços dessa política. E por fim, porém não menos importante, buscou identificar os principais desafios profissionais no trabalho do assistente social na perspectiva da dimensão educativa e sua relação com a teórica-metodológica, ética-política e a técnica-operativa.

Com relação ao trabalho profissional, verificou-se que os profissionais não estão habituados a buscarem formação continuada na área do Serviço Social. Relataram falta de tempo, as requisições inerentes ao trabalho, bem como a necessidade de aprofundar estudos em relação às orientações da política de assistência social. Neste contexto, apreende-se que o profissional precisa buscar formação continuada no âmbito do Serviço Social, pois a formação ofertada pela política de assistência social não cumpre essa função, considerando que é o Projeto Ético Político da profissão que dá direção ao trabalho profissional e não uma política pública.

Referente à política de assistência social, especialmente ao processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais, parte dos profissionais entrevistados apontaram a ausência de uma relação dialógica, a focalização do atendimento na questão da renda e a lógica gerencial do Estado.

Outra profissional entrevistada, diz que as orientações técnicas do SUAS são importantes, especialmente para os profissionais que estão iniciando seu trabalho na política de assistência social, pois as mesmas norteiam o trabalho profissional.

Na reflexão sobre o que norteia e dá parâmetro para o trabalho profissional, os assistentes sociais citam a formação profissional, seguido das normativas da política de assistência. Verifica-se que os profissionais não têm a teoria social crítica como referência, pois não verbalizaram. Uma das profissionais admite, ainda, concepções conservadoras presentes no trabalho profissional, bem como outros referenciais teóricos.

Nesse contexto, ressalta-se a importância de o profissional ter como orientação a teoria social crítica e o trabalho profissional ser norteado pelo Projeto Ético-político da profissão, pois somente assim conseguirá resistir às tensões entre capital e trabalho e assumir seu compromisso com a defesa dos direitos sociais da população. Destaca-se a que o atual Código de Ética do assistente social buscou apoio na teoria social de Marx, e o movimento de ruptura com o conservadorismo efetiva-se no cotidiano do trabalho profissional, norteados pelos referenciais teóricos, éticos e políticos que dão sustentação ao Serviço Social.

Embora o Serviço Social tenha passado por um processo de amadurecimento especialmente em relação à dimensão teórica-metodológica, o seu caráter contraditório não isenta a profissão de tensões no exercício profissional. Não raramente o projeto profissional diverge do projeto institucional, portanto estratégias, instrumentos e meios de atuação são essenciais ao trabalho do assistente social, pois o mesmo possui autonomia, asseguradas pelo Código de Ética do assistente social

Os profissionais entrevistados relataram autonomia relativa no cotidiano profissional, porém a mesma é uma conquista que exige também mediação política, considerando que nas questões técnicas do fazer profissional, não pode haver interferência institucional. Ter conhecimento das atribuições e competências do assistente social é fundamental no desenvolvimento das ações profissionais e reconhecimento do trabalho realizado. Buscar mediações que privilegiem ações coletivas, junto aos usuários dos serviços e equipe de profissionais, fortalece os sujeitos sociais participantes no processo.

Sobre o processo educativo do assistente social, houve consenso entre os profissionais, porém observa-se divergência na compreensão do conceito de trabalho educativo. Há interpretações com discurso moderno sobre educação popular, relato de experiência de trabalho educativo, bem como equívoco no entendimento do processo educativo no trabalho social, compreendido como simples transmissão de conhecimento, em detrimento da construção conjunta, do fortalecimento da participação dos sujeitos sociais.

Entendemos que a função educativa do Serviço Social configura-se em importante mediação para o trabalho do assistente social, pois apresenta interface com as dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnica-operativa. O desafio profissional consiste em

apropriar dessa mediação, para que no exercício profissional tenha uma ação que fortaleça a participação popular, a organização, para que no coletivo possam criar estratégias de mobilização em defesa de seus direitos, rumo à transformação social.

O presente estudo pautou a dimensão ético-político, com o intuito de conhecer a opinião dos profissionais sobre os atuais desafios ético-político no trabalho do assistente social no SUAS, considerando o compromisso assumido pela profissão de ruptura com ações conservadoras, discriminatórias, preconceituosas, ainda tão presentes em nossa sociedade.

Os desafios apontados retratam uma sociedade conservadora, onde a classe dominante mantém sua hegemonia, manifesta no autoritarismo, clientelismo, entre outros. Outro desafio apresentado pelo profissional consiste na insuficiência de trabalhadores para o atendimento das demandas da população usuária da política de assistência social, demonstrando as limitações institucionais e seu impacto no trabalho do assistente social. Fortalecer a organização e mobilização destes usuários, para reivindicar junto aos órgãos competentes, na perspectiva da defesa de seus direitos, configura-se num movimento de fortalecimento da participação social.

Ressalta-se que em alguns espaços institucionais as questões éticas se apresentam de forma mais acirrada, a exemplo dos profissionais que trabalham com a população em situação de rua. Buscar estratégias profissionais para romper com o conservadorismo, a discriminação com relação a essa população é um desafio diário, bem como desenvolver um trabalho junto a essa população que garanta a dignidade humana.

No campo da dimensão teórico-metodológica, a qualificação do profissional apresenta-se como questão central no enfrentamento ao pragmatismo, considerando que é o conhecimento teórico que vai dar sustentação para o trabalho cotidiano do assistente social.

Nesta perspectiva, em relação ao referencial teórico que dá parâmetro para o trabalho profissional, a teoria social crítica não foi citada. Essa orientação teórica, que propicia condições de criticidade no trabalho do assistente social, ficou prejudicada, pois o trabalho profissional tem sido norteado pela legislação da assistência social, ou ainda se utiliza do pragmatismo e do ecletismo no exercício profissional.

Na dimensão técnica-operativa, buscamos conhecer quais as estratégias, instrumentos e recursos que são utilizados pelo assistente social no trabalho cotidiano. Destaca-se que esta dimensão, associada à educativa, ético-político, teórico-metodológica, materializa o trabalho do assistente social. Assim, a dimensão técnico-operativa não se reduz a seus instrumentos e recursos, pois associada às dimensões acima citadas, dão sustentabilidade para o exercício das atividades profissionais do assistente social.

Observa-se que existe uma visão restrita de instrumental, com menção a formulários, cadastros, entre outros. Outro depoimento retrata a busca de estratégias profissionais, em que a articulação profissional é relevante, considerando a importância da linguagem na promoção de reflexões críticas, que fortaleçam ações coletivas. Os instrumentais, técnicas e recursos tanto podem fortalecer ações transformadoras, que estimulem a participação, como podem reforçar ações tradicionais, vai depender da direção social assumida no cotidiano do trabalho pelo assistente social.

Desta forma, o presente estudo cumpriu com o objetivo de refletir sobre o trabalho do assistente social, no Sistema Único de Assistência Social, a partir de seu contexto histórico e social, bem como apresenta reflexões sobre os principais desafios postos ao Serviço Social rumo a consolidação do Projeto Ético-político da profissão.

Que o assistente social não perca a crença de que é possível uma nova sociabilidade, que concretiza-se no enfrentamento a todo tipo de exploração, opressão, discriminação, preconceito, conservadorismo, e que seja criativo na busca de novas mediações em seu cotidiano profissional, e que consiga na mobilização coletiva, fazer frente a toda ação que desumaniza o homem.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BARROCO, Maria Lucia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015.

_____.; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BERTOLD Brecht. Matosinho, 2017. Disponível em:
<https://www.pensador.com/autor/bertolt_brecht> Acesso em: 20 mar. 2017.

BOSCHETTI, Ivanete. **Assistência social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 18 setembro de 1946. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Rio de Janeiro-RJ, 25 set. 1946. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 jan. 1967. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm> Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 8 fev. 2017.

_____. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 set. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 9 fev. 2017.

_____. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 dez. 1993b. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8742compilado.htm>. Acesso em: 9 fev. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 dez. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9532.htm>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Ministério de Desenvolvimento e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social PNAS - 2004 - Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2016.

_____. Lei n. 12.101, de 27 de novembro de 2009. Dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social; regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 9.429, de 26 de dezembro de 1996, 9.732, de 11 de dezembro de 1998, 10.684, de 30 de maio de 2003, e da Medida Provisória nº 2.187-13, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 30 nov. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112101.htm>. Acesso em: 18 mar. 2017.

_____. Lei n. 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 7 jul. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112435.htm> Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Lei n. 13.019, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação; define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015). **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 1 ago. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113019.htm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Cadastro Único**. Brasília, DF, [2017]. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/cadastros/cadastro-unico/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 27 fev. 2017.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica**. 4. ed. São Paulo: Makron Book, 1996.

CFESS. **Atribuições privativas do/a assistente social em questão**. Brasília, DF, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?** 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. et al. **O sistema único de assistência social: uma realidade em movimento.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FORTI, Valeria Lucilia; GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. Na prática a teoria é outra? In: _____.; _____. (Org.). **Serviço Social: temas, textos e contextos.** 4. ed. São Paulo: Lumen Juris, 2013. (Coletânea nova de Serviço Social).

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIAQUETO, Adriana. (Org.). **A dimensão educativa no trabalho social: exercícios de reflexão.** Jundiaí: Paco, 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2014.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 21, n. 62, p. 5-34, mar. 2000.

GUERRA, Yolanda Aparecida Demétrio. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: _____.; BLACKX, Sheila; SANTOS, Cláudia Mônica dos. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos.** São Paulo: Cortez, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: CFESS. **Atribuições privativas do(a) assistente social em questão.** Brasília, DF, 2002.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.** Brasília, DF, 2009.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos.** 12. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.

_____. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____.; CARVALHO, Raul. **Relações sociais e Serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica.** 18. ed. São Paulo: Cortez; Lima: CELATS, 2005.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

_____. **Cidades@**: Franca. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351620&search=sao-paulo|franca>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

JACINTO, Adriana Giaqueto. Trabalho socioeducativo no Serviço Social à luz de Gramsci: o intelectual orgânico. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 84-92, abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n1/1414-4980-rk-20-01-00084.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2017.

LESSA, Sergio. **Serviço Social e trabalho**: porque o serviço social não é trabalho. Maceió: Coletivo Veredas, 2016.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, Vozes, 2013a.

_____. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: _____. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 33. ed. Petrópolis, Vozes, 2013b.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Período de 1934-1959**. Brasília, DF, [2013]. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/historico/periodo-de-1934-1959/>>. Acesso em: 30 maio 2017.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 145, 15 de outubro de 2004. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 out. 2004. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=101000>>. Acesso em: 14 abr. 2017.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 269, de 13 de dezembro de 2006. Aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 dez. 2006. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/legislacao/resolucoes/arquivos-2006/CNAS%202006%20-%20269%20-%202013.12.2006.doc/view>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF: 25 nov. 2009. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/noticias/resolucao_no_109_-_servico_de_protecao_e_atendimento_especializado_a_familias_e_individuos_-_paefi.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 17, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2011. Seção 1. Disponível em: <<https://conferencianacional.files.wordpress.com/2013/12/cnas-2011-017-20-06-2011.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução n. 33, de 12 de dezembro de 2012. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jan. 2013a. Seção 1. Disponível em: <<http://www.pg.pr.gov.br/cmas/wp-content/uploads/2013/01/Resolucao-CNAS-N-33-12.12.2012.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Departamento de Proteção Social Básica. **Reordenamento do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos: passo a passo**. Brasília, DF, 2013b. Disponível em: <<http://www.assistenciasocial.al.gov.br/sala-de-imprensa/eventos/Passo%20a%20Passo%20-%20Reordenamento%20SCFV.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2017.

_____. Secretaria Nacional de Assistência Social. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2017.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, Ana Elizabete; MARANHÃO, César H.; SITCOVSKY, Marcelo. O sistema único de assistência social e a formação profissional. In: _____. (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Cirlene A. H. da Silva; ELIAS, Wiataiana de Freitas. A dimensão sócio-educativa do Serviço Social: Elementos para análise. **Serviço Social & Realidade**, Franca, v. 14, n. 1, p.41-63, 2005.

PAULO NETO, José. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PRATES, Jane Cruz. Políticas sociais e neodesenvolvimentismo: o desafio de formar para além de procedimentalismos. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 1-8, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/18364>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. Secretaria Municipal de Ação Social. **Plano Municipal de Assistências Social 2014-2017**. Franca, 2015.

_____. **História da cidade**. Franca, 2017a. Disponível em: <<http://www.franca.sp.gov.br/portal/historia-franca.html>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA. **Cidade-dados**. Franca, 2017b. Disponível em: <<http://www.franca.sp.gov.br/portal/cidade-dados.html>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

RAICHELIS, Raquel. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, set. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ssoc/n107/03.pdf>>. Acesso em: 3 abr. 2017.

RAMOS, Sâmya Rodrigues; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. Projeto profissional e organização política do Serviço Social brasileiro: lições históricas e lutas contemporâneas. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

ROSSO, Sadi Dal. **Mais trabalho**: a intensificação do labor na sociedade contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; SOUZA FILHO, Rodrigo; BLACKX, Sheila. A dimensão técnico-operativa do Serviço Social: questões para reflexão. In: _____; BLACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Org.). **A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2017.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 12, p. 10-16, mar./abr. 2009. Disponível em: <https://acessibilidade.ufg.br/up/211/o/SASSAKI_-_Acessibilidade.pdf?1473203319>. Acesso em: 7 mar. 2017.

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. **Katálisis**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 41-49, jan. jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rk/v12n1/06.pdf>>. Acesso em: 30 abr. 2017.

VASCONCELOS, Ana Maria de. **A/o assistente social na luta de classes: projeto profissional e mediações teórico-práticas**. São Paulo: Cortez, 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. In: SILVA, Maria Liduína de Oliveira e. (Org.). **Serviço Social no Brasil: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

APÊNDICES

APÊNDICE A – CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

Nome ³⁴	Idade	Sexo ³⁵	Instituição de formação/ano	Tempo trabalho na Assist. Social	Vínculo Trabalhista
Isabel	Acima 50 anos	Feminino	FMU – Fac. Metropolitanas Unidas – SP - 1984	12 anos	CLT – Poder Público
Dulce	40 – 50 anos	Feminino	ULBRA – Univ. Luterana do Brasil - 2012	1 ano	CLT – entidade privada
Josiane	Acima de 50 anos	Feminino	UNESP – Franca - 1989	27 anos	CLT – Poder Público
Marcela	40 – 50 anos	Feminino	UNESP – Franca - 1989	15 anos	CLT – entidade privada
Cecília	30 – 40 anos	Feminino	UNESP – Franca - 2014	1 ano e 7 meses	CLT – entidade privada
Márcia	40 – 50 anos	Feminino	UNESP – Franca - 1994	15 anos	CLT – Poder Público
Flávia	30 – 40 anos	Feminino	UNESP – Franca - 2008	3 anos e 7 meses	CLT – Poder Público

Fonte: Elaborado por Ernestina Maria de Assunção Cintra.

³⁴ O nome é fictício, escolhido pelas entrevistadas.

³⁵ Utilizaremos a terminologia “do assistente social” para o gênero masculino e feminino.

APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Perfil dos sujeitos da pesquisa:

Idade: 22 – 30 anos () 30 – 40 anos () 40 -50 anos () acima 50 anos ()

Sexo: () masc () fem

Instituição de formação _____ ano: _____

Há quanto tempo trabalha na área da assistência social? _____

Vínculo empregatício: Estatutário () Contrato temporário () Contratado - CLT ()

1. Fale de seu trabalho no Sistema Único de Assistência social.
2. Quais os desafios no cotidiano profissional?
3. Enquanto assistente social, trabalhador do SUAS, qual a sua opinião sobre o processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais?
4. O que pensa sobre as orientações técnicas e diretrizes apresentadas para a Política de Assistência Social pelo Governo Federal?
5. O que norteia e dá parâmetro para seu trabalho profissional?
6. Em sua opinião quais os desafios ético-políticos na atualidade para o assistente social?
7. Qual o referencial teórico que embasa seu trabalho profissional?
8. As requisições institucionais interferem no trabalho profissional e no atendimento as demandas dos usuários? Se sim, de que forma?
9. Sendo o assistente social um dos profissionais que operacionaliza a Política de Assistência Social, quais estratégias, instrumentos e recursos que devem ser considerados no trabalho profissional?
10. Você considera o trabalho do assistente social educativo? Por quê?

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: Ernestina Maria de Assunção Cintra
 DATA DE NASCIMENTO: 04/12/1964. IDADE: 51 anos
 DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: SSP/SP Nº 18.427.298 SEXO: M () F (X)
 ENDEREÇO: Rua José Pignatti, 2435
 BAIRRO: Recanto Itambé CIDADE: Franca ESTADO: SP
 CEP: 14402-009 FONE: 16.3727-3829 / 16.99124-3238.

Eu, _____,
 declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **O Trabalho do Assistente Social no Âmbito do SUAS**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Ernestina Maria de Assunção Cintra**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social, área de concentração – Serviço Social: trabalho e sociedade/Mestrado**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **Adriana Giaqueto**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. **A pesquisa tem por objetivo refletir sobre o trabalho do assistente social nos serviços de proteção social do Sistema Único de Assistência Social no Município de Franca/SP**. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de _____ de _____.

 Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável
 Nome Ernestina Maria de Assunção Cintra
 Endereço: Rua José Pignatti, 2435 – Franca - SP
 Tel: 16. 3727-3829 – 16.99124-3238
 E-mail: tina.assuncao@hotmail.com

(assinatura)

Orientador
 Prof. (a) Dr. (a) Adriana Giaqueto
 Endereço:
 Tel: 16. 98134-5696
 E-mail: drigiaqueto@hotmail.com

ANEXOS

ANEXO A – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: O Trabalho do assistente social no âmbito do SUAS

Pesquisador: ERNESTINA MARIA DE ASSUNCAO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 61916216.2.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.849.534

Apresentação do Projeto:

O referido projeto de pesquisa encontra-se de acordo com a Legislação do Sistema CEP/CONEP.

Objetivo da Pesquisa:

Os objetivos são claros e exequíveis.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A presente pesquisadora apresenta maturidade intelectual e de vivência profissional para realizar a pesquisa de campo com critério ético.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os itens obrigatórios foram apresentados no curso do projeto detalhado.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP **Município:** FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 1.849.534

Considerações Finais a critério do CEP:

A coordenadora do referido CEP aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_824514.pdf	10/11/2016 18:22:13		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	10/11/2016 18:16:46	ERNESTINA MARIA DE ASSUNCAO	Aceito
Cronograma	Cronograma.pdf	10/11/2016 18:15:48	ERNESTINA MARIA DE ASSUNCAO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	10/11/2016 18:13:43	ERNESTINA MARIA DE ASSUNCAO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Assistencia.pdf	10/11/2016 18:12:58	ERNESTINA MARIA DE ASSUNCAO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	lansa.pdf	10/11/2016 18:12:35	ERNESTINA MARIA DE ASSUNCAO	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Infacape.pdf	10/11/2016 18:12:17	ERNESTINA MARIA DE ASSUNCAO	Aceito
Folha de Rosto	Folhaderosto.pdf	10/11/2016 16:42:02	ERNESTINA MARIA DE ASSUNCAO	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 05 de Dezembro de 2016

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br